Idéias em Destaque

Nº 27 - maio/ago. 2008

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Edição

Vice-Direção

Editor Responsável

Manuel Cambeses Júnior

Projeto Gráfico

Mauro Bomfim Espíndola

Wânia Branco Viana

Jailson Carlos Fernandes Alvim

Abdias Barreto da Silva Neto

Revisão de Textos

Dirce Silva Brízida

Nossa Capa

Vista da Estação de Passageiros de Hidroaviões do Aeroporto Santos-Dumont, inaugurada pelo Presidente Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1938. Atualmente o prédio - de concepção modernista - está sendo ocupado pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Impressão

Ingrafoto

Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Idéias em Destaque / Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. – n.1, 1989 –
v. – Quadrimestral.

Editada novamente pela Vice-Direção do INCAER a partir de 2007.
Irregular: 1991–2004.

1. Aeronáutica – Periódico (Brasil). I. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. II. INCAER.

CDU 354.73 (05) (81)

Apresentação

Apraz-me apresentar aos nossos prezados leitores a edição de número 27 da revista "Idéias em Destaque".

Nesta edição concernente ao segundo quadrimestre do corrente ano estão publicados vinte e três excelentes trabalhos da lavra de prestigiosos autores, o que a enriquece sobremaneira, e, conseqüentemente, confere galardão e respeito a esta já consagrada publicação.

Na oportunidade, desejo destacar o excelente nível de aceitabilidade de nossa revista junto ao nosso público-alvo, haja vista os inúmeros encômios que nos são dirigidos, seja por meio de correspondência postal ou de mensagens eletrônicas dirigidas a esta Direção, o que muito nos gratifica, estimula, e enche de justificado orgulho.

Esperamos poder continuar contemplando os nossos leitores com artigos que abarquem a ampla gama de assuntos de alta relevância histórico-cultural e de real interesse da Família Aeronáutica.

Gostaria de enfatizar que continuamos receptivos àqueles que desejarem colaborar com a nossa revista, nos remetendo trabalhos que se coadunem e estejam em total sintonia com a linha editorial de "Idéias em Destaque".

Que a leitura desta publicação lhes seja atraente, enriquecedora e gratificante, é o nosso ardente desejo.

Ten Brig Ar Refm Octávio Júlio Moreira Lima
Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Idéias em Destaque

Nº 27
maio/ago. 2008

Sumário

1. Páginas da Loucura 7
Rodrigo Moura Visoni

2. As Operações Combinadas, o Poder Aéreo e a Defesa Nacional 21
Mauro Barbosa Siqueira

3. A questão do Kosovo 39
Márcio Bonifácio Moraes

4. O Estado: Retorno aos Ideais da Idade Média?.....58
Manuel Cambeses Júnior

5. Crise Anunciada 61
Luiz Gonzaga Schröeder Lessa

6. Cumbica 64
Fernando de Almeida Vasconcellos

7. Projeto Calha Norte 68
Manoel Soriano Neto

8. Amazônia: Vulnerabilidade, Cobiça, Ameaça 76
Luiz Eduardo Rocha Paiva

9. O BAC One-Eleven na FAB 88
Aparecido Camazano Alamino

10. Guerra do Iraque: cinco anos depois 94
Manuel Cambeses Júnior

11. Júlio Cézar Ribeiro de Souza, o Brasileiro que não inventou o Dirigível.....97
Rodrigo Moura Visoni

12. O Bonde das Oportunidades na China 110
Luiz Augusto de Castro Neves

13. O Problema do Conhecimento em Miguel Reale
e o "Diálogo com Husserl".....113
Francisco Martins de Souza

14. Considerações sobre o Tibete 124
Marcelo Hecksher

15. Saudação do Ten Brig Ar Willian de Oliveira Barros,
Ministro do Superior Tribunal Militar 129

16. Discurso do Ten Brig Ar José Américo dos Santos,
Ministro do Superior Tribunal Militar 132

17. Macrotendências Globais e o Sistema
Internacional Contemporâneo 137
Severino Cabral

18. UFO's: Uma Análise Estratégica 142
Antonio Celente Videira

19. Em Defesa das Forças Armadas Brasileiras 163
Paulo Tadeu Rodrigues Rosa

20. Globalização, Segurança e Defesa 166
Hiram Câmara

21. O Brasil e o Eixo do Pacífico 170
Mário Gibson Barboza

22. A Política Indigenista Brasileira.....174
Armando Amorim Ferreira Vidigal

23. A Estrutura do Ministério da Defesa
e a Integração das FFAA 185
Tacarijú Thomé de Paula Filho

Páginas da Loucura

Rodrigo Moura Visoni

Desde 2000 vem ocorrendo uma verdadeira renovação nos estudos da vida e da obra de Alberto Santos-Dumont, o aeronauta brasileiro que, no começo do século XX, ganhou fama internacional devido às prodigiosas façanhas aéreas em balões, dirigíveis e aviões.

A aproximação dos centenários de invenção de importantes máquinas voadoras criadas por Santos-Dumont (o dirigível em 1901, o avião em 1906 e o ultraleve em 1907) estimulou a publicação de muitos livros referentes ao inventor. Infelizmente, a maioria desses volumes é oriunda de autores amadores, que se aventuraram a investigar um tema com o qual não possuíam qualquer familiaridade. Seria imprescindível a esses biógrafos um longo período de pesquisas e de intenso auto-aprendizado até eles adquirirem domínio do assunto e se tornarem aptos a produzir trabalhos de relevância e qualidade.

O que se verificou, contudo, é que os livros escritos decorrem de pesquisas prematuras e imediatistas, isto é, realizadas pouco tempo antes das datas comemorativas. Da pressa para publicação resultaram trabalhos fracos, permeados de erros e quase sem novidades. Assim, conquanto se haja notado uma renovação nos estudos relativos ao aviador brasileiro, não houve propriamente uma revolução. Algumas das obras disponíveis no mercado podem bem ser consideradas *"oportunistas"*, ou seja, obras que, embora não amparadas numa pesquisa madura, são lançadas com vistas a aproveitar uma época propícia para vendas e conquistar um público não-especializado interessado em conhecer melhor a figura de Santos-Dumont, um dos mais queridos personagens da História do Brasil.

É o caso da biografia *"Wings of Madness"* (Hyperion, 2003), do estadunidense Paul Hoffman, publicada no Brasil em 2003 pela Editora Objetiva, com o título de *"Asas da Loucura"*. O próprio Hoffman admite, no capítulo **Origens e Agradecimentos** do livro (p. 287):

"Como a maior parte das pessoas nos Estados Unidos, eu nunca tinha ouvido falar de Santos-Dumont antes de começar este projeto. Em 1996, meu

amigo Matt Freedman voltou de uma viagem ao Brasil. Matt sabia que eu estava procurando um assunto para o meu próximo livro e me sugeriu Santos-Dumont."

Quando do lançamento pela Objetiva, a biografia contou com um esquema de divulgação tão eficiente que logo se tornou uma das mais vendidas do mercado literário nacional. Constituinte desse esquema de divulgação é a própria contracapa do livro, na qual se lê:

"Pela primeira vez, o premiado jornalista americano Paul Hoffman narra a verdadeira e extraordinária história da vida do aviador brasileiro Alberto Santos-Dumont e dos primórdios da Aviação. Fruto de abrangente pesquisa, "Asas da Loucura" explora em minúcias, sem mitificação, os aspectos pessoais da vida do aviador e os detalhes de sua personalidade controversa. De suas páginas emerge o retrato sincero de um homem que contribuiu de forma única para a conquista dos céus para a Humanidade."

Estimulado por essa premissa, o autor destas linhas resolveu comprar o livro. Deve dizer que, à medida que avançava na leitura, ficava cada vez mais chocado com o que encontrava: o livro contém tamanho número de erros nas descrições históricas apresentadas, e tantas afirmações infundadas, que apenas uma pequena parte dos absurdos percebidos poderá ser comentada aqui.

Bartolomeu Lourenço de Gusmão

Boa parte do capítulo 1 do livro é gasta na coletânea de uma série de anedotas relativas aos primórdios da Aerostação, sem qualquer compromisso com a verdade histórica. A única menção feita a Bartolomeu Lourenço de Gusmão, o padre brasileiro inventor do balão a ar quente, em 1709, é desprovida do menor acerto (p. 34):

"Em 1709, o aeronauta brasileiro Lourenço de Gusmão, conhecido como o padre voador, foi condenado à morte pela Inquisição sob acusação de feitiçaria."

Essa única frase está repleta de erros. Gusmão nunca foi um aeronauta nem jamais foi condenado à morte pela Inquisição. Ele só veio a morrer em 1724, na Espanha. Hoffman lembra que o sacerdote ficou conhecido pela alcunha pejorativa de *"o padre voador"*, mas não diz que no Brasil e em Portugal ele é reconhecido como o *"Pai da Aerostação"*. Não é feita, aliás, qualquer referência à participação de

Gusmão na invenção dos balões. Um excelente livro sobre Bartolomeu de Gusmão é *"A Vida e as Obras de Bartolomeu Lourenço de Gusmão"*, de Divaldo Gaspar de Freitas, publicado pela SEDAI em 1967.

Os Irmãos Montgolfier

Referindo-se à (re)invenção dos balões na França, no ano de 1782, pelos Irmãos Montgolfier, Joseph e Etienne, Hoffman se limita a repetir as frivolidades que encontrou em algumas obras de divulgação (p. 21):

"Os irmãos Montgolfier construíram um grande invólucro em forma de pêra, de papel e seda, com uma abertura na base para ser inflado com a fumaça de palha queimada. Um relato dizia que a inspiração viera quando Joseph jogou despropositadamente uma embalagem cônica de papel de pão doce na lareira e surpreso a viu subir na chaminé sem queimar. Outra história a atribuía ao ver a camisola de sua mulher levitar depois que ela a colocara diante do forno para secar."

São histórias charmosas, por certo, mas inteiramente falsas. Bons historiadores da Aeronáutica já se dedicaram a pesquisar com rigor a trajetória dos Irmãos Montgolfier, e muito desvendaram. Um deles foi o francês Joseph Lecornu, autor de *"La Navigation Aérienne: Histoire Documentaire et Anédoctique"* (*"A Navegação Aérea: História Documental e Anedótica"*), publicado em 1903 pela Vuibert & Nony, sediada em Paris. No livro, Lecornu preocupou-se justamente em separar fato de ficção, anedota de realidade. Para isso, ele se familiarizou tanto com fontes secundárias (trabalhos de outros pesquisadores) quanto primárias (documentos originais, como cartas, relatórios, estampas, patentes, fotografias). Trata-se de trabalho amplamente documentado, resultante de uma pesquisa metódica e séria, que foi constantemente revisada e atualizada ao longo do tempo. Em 1913, o livro já estava na sexta edição. O que explica por que, embora essa seja uma obra bastante antiga, continue a ser considerada de referência na História da Aeronáutica. Tanto que em 2003 o livro mereceu ser editado em inglês pela *Intaglio Press*, sob o título *"Navigating the Air: A Documentary and Anedoctal History"*, em tradução de Henry C. Dentloff. Em 2004, Rénald Fortier, curador do Museu de Aviação do Canadá, utilizou a obra para escrever dois importantes livros sobre balões, *"The Balloon Era"* (*"A Era dos Balões"*) e *"Au Temps de Ballons"* (*"No Tempo dos Balões"*).

Como os Montgolfier reinventaram o balão? Lecornu conta no capítulo **L'Invention des Aérostats** (A Invenção dos Aeróstatos) que os irmãos observavam com freqüência, nos seus passeios, a formação e a ascensão das nuvens, e costumavam meditar acerca da suspensão dessas massas gigantescas no ar. Esse, de fato, parece ter sido o ponto de partida dos estudos aerostáticos deles. A evidência disso é um documento datado de 23 de dezembro de 1783, *Rapport fait à l'Académie des Sciences sur la Machine Aérostatique de MM. de Montgolfier, par MM. Le Roy, Tillet, Brisson, Cadet, Lavoisier, Bossut, de Condorcet et Desmarets* (*"Relatório feito à Academia de Ciências sobre a Máquina Aerostática dos Montgolfier, por Le Roy, Tillet, Brisson, Cadet, Lavoisier, Bossut, de Condorcet e Desmarets"*), da lavra de notáveis físicos da época. Nesse documento oficial pode ler-se:

"Parece que a questão sob a qual eles [os Montgolfier] vislumbraram este grande problema de elevar os corpos no ar foi aquela das nuvens, essas grandes massas d'água, que por causas que nós ainda não pudemos esclarecer, chegam a se elevar e flutuar nos ares a alturas consideráveis."

Querendo imitar fielmente as condições naturais do fenômeno, os Montgolfier tentaram encerrar vapor d'água num invólucro leve e resistente, mas o vapor depressa se condensava e o tecido voltava a cair murcho. Inspirados pela visão da fumaça que se elevava das chaminés francesas, tentaram também, sem melhor êxito, encarcerar num invólucro de pano o fumo produzido pela combustão da lenha. O saco chegava a inflar, mas não subia e logo caía por terra.

A situação mudaria com o aparecimento na França da tradução da obra *"Experiments and Observations on different Kinds of Air* (*"Experimentos e Observações quanto às diferentes Espécies de Ar"*), impresso originalmente em 1774 pela Casa J. Johnson, de autoria do químico inglês Joseph Priestley. Nesse livro, que teve influência decisiva no desenvolvimento da química, Priestley dava a conhecer muitos gases novos, expondo, em linhas gerais, as propriedades de cada um. Joseph leu esse livro em Montpellier, onde então se achava. De volta a Annonay, refletia quanto às descobertas relatadas no livro, quando ao subir a encosta de Serriere, disse ele no seu *Discurso à Academia de Lião* – ocorreu-lhe utilizar o mais leve gás mencionado, o *"ar inflamável"*, hoje conhecido como *"hidrogênio"*, para navegar na atmosfera. Logo que chegou em

casa ele comunicou a idéia ao irmão, que a recebeu com entusiasmo. O invólucro de papel de que se serviram, porém, era poroso e não retinha o gás. Após ensaiarem outros gases, lembraram-se de que a eletricidade, a qual pensavam ser a principal causa da ascensão e do equilíbrio das nuvens, poderia concorrer também para a subida do aparelho. Por isso empenharam-se em compor um gás com propriedades elétricas, e nesse intuito queimaram juntamente palha úmida e lã, pensando que o conseguiriam pela mistura de um vapor de características alcalinas com outro que não as tivesse. Verificaram então que, prendendo a mistura gasosa resultante num saco de papel, este subia com rapidez. Experiências posteriores os fizeram perceber ser apenas o ar quente o responsável pela subida do aparelho. No mês de novembro de 1782, em Avinhão, eles prepararam um paralelepípedo de seda de cerca de $2m^3$, deixando uma das faces aberta. Colocando o estranho objeto sobre o fluxo de ar quente produzido pelo fogo, viram com alegria o paralelepípedo inflar e subir. Assim renasceu a Aerostática!

Outros autores, antes de Lecornu, já haviam apresentado versões similares – tais como Gaston Tissandier, em *"Histoire de mes Ascensions"* (*"História de minhas Ascensões"*), publicado em Paris pela Maurice Dreyfus em 1878, e Guillaume Louis Figuier, em *"Exposition et Histoire des Principales Découvertes Scientifiques Modernes* (*"Exposição e História das Principais Descobertas Científicas Modernas"*), impresso em 1854 pela Langlois & Leclerc, também em Paris. Apesar da existência de bons estudos antigos como esses, Hoffman optou por não ter trabalho de pesquisa e escolheu uma versão popular dos fatos, mais simples e fácil de contar. As histórias ingênuas narradas, contudo, além de não estarem de acordo com o que os melhores historiadores da Aeronáutica afirmam, nada contribuem para a compreensão do processo inventivo. A evolução da ciência não se dá por acaso, é um trabalho coletivo, gradual, e não individual ou instantâneo.

Fazer-se Homem

Um vício constante e nada ético de Paul Hoffman é transcrever frases de Santos-Dumont extraídas de livros, entrevistas ou artigos, descontextualizando-as e reinterpretando-as de modo a *"demonstrar"* as suas teorias a qualquer custo. E como se sabe, toda narrativa que não apresenta os pensamentos de alguém de forma fiel é tendenciosa e parcial.

Em *"Asas da Loucura",* Hoffman trabalha com a hipótese de que Santos-Dumont era homossexual. Um dos argumentos que usa é um trecho de uma conversa que o pai de Santos-Dumont, Henrique, que se encontrava doente, teve com o filho pouco antes de morrer (p. 36-37):

"Henrique sabia que estava à morte e teve uma longa conversa com Alberto sobre seu futuro. Ele percebera como o filho mais novo fora feliz na Cidade Luz e, para tristeza de sua esposa, insistiu que ele voltasse sozinho para Paris, a despeito de preveni-lo ambiguamente que 'era o lugar mais perigoso para um rapaz'. Disse-lhe que não precisaria se preocupar em ganhar dinheiro para viver e adiantou-lhe sua herança de meio milhão de dólares. Despediu-se com o desafio: 'Vamos ver se você se faz um homem' – duras palavras que refletiam sua preocupação com o desinteresse do filho pelo sexo oposto."

Examinando-se a fonte e o contexto dessa conversa, percebe-se que Hoffman omitiu intencionalmente trechos essenciais que fornecem o real sentido da expressão utilizada, *"fazer-se homem"*. A fonte é o livro *"O que eu vi, o que nós veremos"*, de 1918, escrito pelo próprio Santos-Dumont, no qual se encontram na íntegra as palavras ditas por Henrique, lembradas com carinho pelo inventor (Editora Harbra, 2002, p. 21):

"Tenho ainda alguns anos de vida; vai para Paris, o lugar mais perigoso para um rapaz. Vamos ver se você se faz um homem; prefiro que não se faça doutor; em Paris, com o auxílio dos nossos primos, você procurará um especialista em física, química, mecânica, eletricidade etc., estude essas matérias e não se esqueça que o futuro do mundo está na mecânica. Você não precisa pensar em ganhar a vida; eu lhe deixarei o necessário para viver..."

Conhecendo-se os trechos que foram omitidos por Hoffman, é fácil deduzir que *"fazer-se homem"*, para o pai de Santos-Dumont, significava tornar-se uma pessoa importante, digna e respeitada na sociedade – pouco tinha a ver com o conceito de masculinidade. Tanto que uma expressão semelhante, utilizada por um francês que em 12 de julho de 1901 presenciou um dos vôos de Santos-Dumont em balão dirigível, foi reproduzida pelo inventor no mesmo livro (p. 43):

"No dia seguinte, em um artigo de fundo, monsieur Jaurés disse que 'até então tinha visto procurando dirigir os balões a sombra dos homens', hoje viu 'um homem'."

Aparentemente, Jaurés impingiu à palavra *"homem"* um sentido próximo ao de alguém tenaz, corajoso e impetuoso, tamanha a perseverança demonstrada por Santos-Dumont em resolver o problema da dirigibilidade aérea. Novamente, o termo pouco tem a ver com virilidade, mas sim com coragem, idealismo e dedicação.

A Experiência do Triciclo

Alguns biógrafos costumam enfeitar certos episódios da vida do biografado acrescentando detalhes que são não só desconhecidos como claramente fantasiados. Acabam por escrever uma biografia romanceada, na qual fica difícil ao leitor leigo discernir o que é verdade de fantasia. E é exatamente isso o que *"Asas da Loucura"* é: um misto de ficção e realidade (mais ficção que realidade...).

Um episódio claramente distorcido por Hoffman é a experiência realizada por Santos-Dumont em 1898 com um triciclo suspenso numa árvore, quando ele se preparava para iniciar vôos em balões motorizados (p. 53-54):

"Decidiu testar o novo motor e levou o triciclo ao Bois de Bologne à noite, quando o parque estava vazio. Contratara dois operários robustos para encontrá-lo lá, munidos de cordas resistentes, e recompensou-os generosamente para que não contassem a experiência noturna. Escolheu uma grande árvore com um galho bem grosso logo acima de sua cabeça. Os homens jogaram as cordas por cima do galho e as amarraram com firmeza nas extremidades do triciclo. Santos-Dumont subiu no veículo e pediu que o levantassem a alguns centímetros do chão. Pôs o motor em movimento e observou suas vibrações suspenso no ar; eram muito menos perceptíveis que na terra, onde havia um elemento de atrito. Ficou exultante com o teste, pediu mais uma vez segredo aos homens e esgueirou-se do parque antes que fosse preso por violar o regulamento."

São conhecidos três relatos desse episódio, todos do próprio Santos-Dumont: um é o artigo **The Sensations and Emotions of Aerial Navigation** ("As Sensações e emoções da Navegação Aérea"), publicado em janeiro de 1904 no periódico inglês *"The Pall Mall Magazine"*; outro consta do livro *"Os meus Balões"*, publicado originalmente na França, também em 1904; e o último está no livro *"O que eu vi, o que nós veremos",* de 1918. O relato original de

Santos-Dumont, publicado no *"The Pall Mall Magazine"*, possui claras diferenças da versão apresentada por Hoffman (p. 16):

"(...) peguei meu triciclo, tal como estava após eu haver deixado a corrida Paris-Amsterdã e, acompanhado por um homem competente, levei-o para um local isolado do Bois de Boulogne. Lá, na floresta, escolhi uma árvore grande de galhos baixos, em dois dos quais suspendemos com três cordas o triciclo motorizado. Quando havíamos estabilizado bem a suspensão, meu companheiro me ajudou a subir e a me sentar no selim do triciclo. Fiquei como em um balanço. (...) Dei a partida no motor. Não senti nenhuma vibração em particular; e eu não estava certamente sendo chacoalhado. Aumentei a velocidade – e senti menos vibração! (...) Foi o meu primeiro triunfo no ar!"

Portanto, conforme Santos-Dumont, foi apenas um homem que o auxiliou na experiência, e não *"dois operários robustos"*, no dizer de Hoffman. Esse homem o acompanhou na ida ao bosque, e não simplesmente o encontrou num local combinado. Tampouco houve pagamento para garantir segredo da experiência.

Um Almoço nas Alturas

Há vários outros detalhes fantasiosos acrescentados por Hoffman às memórias de Santos-Dumont, que afastam cada vez mais o livro de um *"retrato sincero de um homem que contribuiu de forma única para a conquista dos céus pela Humanidade"*, conforme os dizeres da contracapa. Outra dessas fantasias foi percebida por Alexandre Medeiros, autor do interessante *"Santos-Dumont e a Física do Cotidiano"* (Editora Livraria da Física, 2006). Assim Hoffman descreveu um almoço realizado por Santos-Dumont com o seu instrutor Aléxis Machuron, durante um vôo de balão (p. 43):

"Eles perceberam que voavam já há uma hora ao ouvir os sinos das igrejas tocando o ângelus ao meio-dia. Santos-Dumont, para quem cada refeição era uma ocasião especial, declarou que estava na hora de almoçar. Machuron franziu o cenho – ele não planejara descer tão cedo. Mas Santos-Dumont também não pensava em voltar. Com um olhar malicioso, abriu sua mala e retirou um suntuoso almoço: ovos cozidos, rosbife, frango, queijos variados, fruta, sorvete derretido e doces. Para deleite de Machuron, também abriu uma garrafa de champanhe, que lhes pareceu especialmente efervescente em razão da reduzida pressão atmosférica naquela

altitude. Santos-Dumont apanhou duas taças de cristal. Ao fazer um brinde ao seu anfitrião, comentou que jamais fizera refeições em cenário tão esplêndido. (...) Nenhuma refeição estava completa para Santos-Dumont sem um cálice de licor e o delicioso café brasileiro que ele carregava numa garrafa térmica."

Eis agora a excelente análise de Alexandre Medeiros sobre essa descrição, em *"Santos-Dumont e a Física do Cotidiano"* (p. 44-45):

"Hoffman afirma que Santos-Dumont teria completado aquela bela refeição nas alturas com um cálice de licor e com uma xícara de um delicioso café brasileiro que ele carregava em sua garrafa térmica. Hoffman nada acrescenta a respeito desta tal deliciosa xícara de café que na verdade não consta da narrativa original de Santos-Dumont. Isto nos parece um tanto esquisito e pode, além disso, induzir a um erro de interpretação física. A julgar-se pelo paladar tradicional daqueles que apreciam um bom café, ele deve ser servido bem quente. Apenas desta maneira os seus aromas mais penetrantes conseguem impressionar as papilas gustativas. Deduzimos, portanto, da narrativa de Hoffman, que se o suposto café, de fato, tinha parecido delicioso é porque ele ainda estava bastante quente ao ser servido. Algo, porém, parece intrigante nesta narrativa. Se o champanhe parecia bem mais efervescente que o normal isso é um claro sinal de que a pressão atmosférica reinante naquele local e momento era bastante reduzida. Se isso é um fato, como parece **ser**, *a pressão interna na garrafa térmica era bem maior que a pressão ambiente. Em tais circunstâncias o efeito de abrir a mesma seria o de tomar um banho de café quente e jamais do café escorrer tranquilamente como na superfície da Terra. Mesmo que Santos-Dumont abrisse lentamente a garrafa térmica para impedir o rápido espalhamento do café, isso apenas aumentaria a velocidade do fluxo devido ao princípio de Bernoulli. Mantida a diferença de pressão constante, qualquer estreitamento implicaria em um aumento na velocidade da vazão. Por outro lado ainda, mesmo descontado o possível banho de café, qualquer líquido quente àquela temperatura ambiente descrita anteriormente sofreria um rápido esfriamento. Em qualquer caso, o sabor do café seria claramente comprometido. Diante destas circunstâncias somos tentados a acreditar que Paul Hoffman romanceou exageradamente as memórias de Santos-Dumont sobre os fatos ocorridos e não se deu conta, ao fazê-lo, de que ao menos parte dos acontecimentos descritos por ele apresentava-se assim, de um modo fisicamente inverossímil."*

Outras considerações ainda podem ser feitas à narrativa de Hoffman. O escritor estadunidense afirma que Machuron não

sabia que Santos-Dumont levava uma refeição em sua mala, mas na descrição desse episódio feita pelo aeronauta brasileiro em *Os meus balões* (Editora Alhambra, p. 30), há a seguinte frase: *"Havíamos levado uma refeição, substancial: ovos duros, vitela e frango frios, queijo, gelo, frutos, doces, champanha, café e licor."*, o que dá a entender que o almoço nas nuvens estava previsto e Machuron tinha plena consciência do mesmo. Tanto porque um almoço dessa magnitude dificilmente poderia ser escondido numa maleta.

Este é um recurso literário utilizado com freqüência por Paul Hoffman: o de imaginar e descrever com surpreendente minúcia cenas que ele não presenciou, bem como externar as emoções e sentimentos mais íntimos de cada um dos protagonistas, conquanto estes não possam ser conhecidos.

Um Suposto Atentado

Na descrição da famosa ascensão de Santos-Dumont no dirigível *Nº 9*, realizada no dia 14 de julho de 1903, em que o piloto brasileiro sobrevoou uma gigantesca parada militar organizada em comemoração ao feriado nacional francês da Queda da Bastilha, Hoffman mais uma vez usa a imaginação (p. 198):

"No dia 14 de julho, o céu estava tranqüilo. Santos-Dumont ascendeu às 8h30 e permaneceu em uma altitude estável de 100 metros. O Presidente da República, Emile Loubet, passava em revista as tropas em formação em Longchamp. De súbito, ouviram-se tiros, e o Presidente abaixou-se com medo de um atentado. Membros de sua guarda pessoal o levantaram a tempo de ver a pequena figura de Santos-Dumont sobrevoando a tribuna de honra, disparando uma salva de 21 tiros de revólver."

A cena cômica do Presidente francês se abaixando com medo de um atentado é totalmente inventada por Hoffman, para tão-somente conferir humor à narrativa. Nenhum jornal da época registrou a gafe, que certamente não deixaria de ser divulgada, caso houvesse realmente acontecido. Uma boa fonte de informação quanto aos acontecimentos daquele dia é a edição do periódico francês *"L'Aérophile"*, de agosto de 1903 (p. 167):

"No momento em que o desfile ia começar, a aeronave de Santos-Dumont, cuja forma especial já é bem conhecida dos parisienses, aparece sobre o moinho.

Todos os olhares se dirigem para ele. Ele avança rapidamente, contorna o campo de provas a uma altura de 50 metros e coloca o cabo sobre a tribuna presidencial. Ao passar, Santos-Dumont saúda o Presidente da República com uma salva de 21 tiros de revólver, depois vira e começa a retornar ao hangar pelo mesmo caminho, seguido pelas prolongadas aclamações da multidão."

Outra discrepância que fica patente na descrição de Hoffman é a altura do vôo de Santos-Dumont. Enquanto ele diz que o piloto brasileiro se encontrava a 100 metros de altura, o jornalista do *"L'Aérophile"* – que presenciou o vôo – afirma que ele estava a 50.

Do Nº 8 ao Nº 11

Em *"Asas da Loucura"*, Paul Hoffman confunde alguns projetos de Santos-Dumont e fornece informações equivocadas de outros. Afirma que *"não existiu a aeronave Nº 8 porque ele achava que este número não dava sorte depois da queda no Trocadero, no oitavo dia do mês."* (p. 189). Ele também diz, à página 230, que *"a [aeronave] Nº 10, um aeroplano que carregaria dez pessoas, nunca ascendeu com mais de uma."* E, na mesma página, acrescenta que *"não se via o invólucro de hidrogênio no Nº 11; ele parecia um monoplano."*

A queda mencionada por Hoffman é a de 8 de agosto de 1901, na qual Santos-Dumont destruiu o dirigível *Nº 5* ao chocar o veículo acidentalmente contra o Hotel Trocadero, em Paris. Mas, ao contrário do que afirma tão categoricamente o escritor estadunidense, a aeronave *Nº 8* existiu, sim. Tratou-se de uma cópia do *Nº 6* encomendada ao inventor por um colecionador dos Estados Unidos chamado Boyce. E o *Nº 10*, que não era um aeroplano, e sim um dirigível provido de planos laterais, ascendeu algumas vezes com mais de uma pessoa. Do fato existe inclusive prova fotográfica: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui a fotografia de uma ascensão de Santos-Dumont com o Príncipe Roland Bonaparte no *Nº 10*, ocorrida em outubro de 1903. O correto seria dizer que o *Nº 10* nunca subiu com mais de um *passageiro*. Quanto ao *Nº 11*, este não era um monoplano, mas sim um dirigível semelhante ao *Nº 10*.

*Ascensão cativa de Alberto Santos-Dumont e Roland Bonaparte no dirigível Nº 10, em outubro de 1903. [**Fonte:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro]*

Tudo isso pode ser confirmado na edição de abril de 1904 do periódico francês *"L'Aérophile"*, em que se lê, no artigo **Le retour et les préparatifs de Santos-Dumont** (*"O retorno e os preparativos de Santos-Dumont"*), de G. B. (p. 91):

*"Ao lado do **Nº VII** e inteiramente terminado também, um novo aeróstato, o **Santos-Dumont XI**, aguarda o dia próximo de seus ensaios. Do mesmo tipo que o balão ônibus **Nº X**, do qual Santos não mais se ocupou após o seu retorno de São Luís [Estados Unidos], o **Nº XI** pertence a um rico americano que o aguarda impacientemente. Mencionemos a este propósito que um outro americano, o Sr. Boyce, adquiriu há tempos do célebre aeronauta o **Santos-Dumont VIII** e o colocou fora de uso na sua primeira ascensão. Sem ficar de modo algum desencorajado, o Sr. Boyce já comprou o **Santos-Dumont IX**, o pequeno aeróstato que maravilhou os parisienses no último outono e que deverá fazer fama em breve na atmosfera nova-iorquina."*

Libélulas e Senhoritas

As avionetas monoplanas que Santos-Dumont projetou e construiu a partir de 1907, consideradas os primeiros ultraleves do

mundo, ficaram conhecidas por dois nomes: *Libellule* e *Demoiselle*. O primeiro foi devido ao fato de os aeroplanos se parecerem com um inseto em vôo, uma libélula. Já o segundo, que significa *"senhorita"* em francês, foi motivado por outras características do avião, como beleza, leveza e fragilidade. Mas ao tentar explicar a origem dos apelidos dessas aeronaves, Hoffman só conseguiu deixar evidente a sua total falta de domínio do idioma francês (p. 247):

"As asas cobertas de seda davam-lhe a elegância de uma libélula, o que inspirou o apelido de ***Demoiselle*** *(libélula ou senhorita)."*

A tradução de *"demoiselle"* é apenas *"senhorita"*. Se Hoffman já não demonstra muita competência como historiador, menos ainda como tradutor...

Um Episódio sem Fundamento

Outro problema do livro é a impressionante liberdade que Hoffman se dá para criar *"fatos históricos"*. Na página 275 de *"Asas da Loucura"*, ele conta que Santos-Dumont, na década de 1920, teria escapado por um triz de sofrer um acidente fatal. Esse é um episódio teoricamente importante, pois é o que dá título ao livro:

"Ao longo dos anos de 1920, ele se internou em várias clínicas de repouso na Suíça e na França, geralmente em cidades afastadas, onde era menos provável que recebesse notícias do perturbador progresso da aviação. Passava os dias encadernando livros de poesia e, durante um curto período, retomou seu interesse pela aeronáutica. Colou penas em seus braços prendendo a eles asas movimentadas por um pequeno motor atado a uma mochila pendurada nas costas. Uma enfermeira psiquiátrica impediu-o de pular pela janela a fim de testar suas asas."

Hoffman não dá maiores detalhes desse suposto acontecimento. Não diz em que clínica o mesmo teria ocorrido; não fornece o nome da enfermeira que teria salvo Santos-Dumont da morte; tampouco dá a fonte na qual teria encontrado essa história. É mais provável que a cena se trate de mais uma invenção do *"biógrafo"* para conferir dramaticidade à narrativa. Ainda admitindo-se a hipótese de que a cena relatada fosse mesmo verdadeira, a falta da fonte é uma falha imperdoável na Historiografia.

Considerações finais

O maior erro de Paul Hoffman foi ter seguido o conselho de Matt Freedman. Acabou escolhendo como tema de um livro, assunto que lhe escapava por completo e que não poderia dominar em curto prazo. A grande quantidade de documentos importantes relativos a Santos-Dumont em idiomas nos quais o autor não é versado – português e francês – também prejudicou notoriamente a qualidade da pesquisa.

Muito outros erros poderiam ser apontados e muitas outras considerações feitas a respeito de *"Asas da Loucura"*, mas pensa-se que as falhas identificadas são suficientes para que se possa julgar o valor desse trabalho. Dentre os problemas do livro, estão: o desejo do autor em fazer uma obra popular, fácil de ler e pouco profunda; a mistura constante de ficção e realidade; a vontade do autor em querer provar a qualquer custo as suas interpretações e idéias, distorcendo evidências e ignorando outras; a transposição do autor para o passado de suas próprias emoções e sentimentos; o uso de retórica arrogante e presunçosa; a ausência de citação da fonte de muitos dos *"fatos"* apontados.

Como agravante, cabe notar que a tradução feita por Marisa Motta da obra original deixa muito a desejar. Em *"Asas da Loucura",* o vôo de 220 metros feito por Santos-Dumont em 12 de novembro de 1906 no *Oiseau de Proie III* (*14-bis* ou *Ave de Rapina*), aparece na página 238 como tendo durado *"21 minutos e dois segundos"*, quando, na verdade, o correto seria 21,2 segundos. Tal erro não existe na obra original, mas, curiosamente, é repetido na página 325 da edição brasileira. Diante de faltas tão graves, um cidadão que compre o livro pode considerar um processo contra a Objetiva por propaganda enganosa, uma vez que a contracapa anuncia um nível de excelência que a publicação longe está de ter.

O autor é Bacharel em Arquivologia e historiador.

As Operações Combinadas, o Poder Aéreo e a Defesa Nacional

Mauro Barbosa Siqueira

"As guerras terrestres, navais e aéreas independentes desapareceram para sempre. Se algum dia nos virmos novamente envolvidos numa guerra, combateremos com todas as forças armadas num esforço único e concentrado"

General-de-Exército Dwight Eisenhower
Comandante-Supremo das Forças Aliadas, na Segunda Guerra Mundial

"Os Três Grandes", Churchill, Roosevelt e Stalin, à frente de militares das Forças Armadas Britânicas, Norte-Americanas e Soviéticas, em 1945, na Conferência de Yalta
Fonte: http://isurvived.org/Pictures_Isurvived/ChurchillRooseveltStalin2BG.GIF

O Chefe do Estado-Maior das Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial, Marechal-do-Ar Sir Arthur William *"Lord"* Tedder, asseverava com perspicácia estratégica que *"a estratégia a adotar tem que integrar forças de terra, mar e ar"*. [1]

---

[1] *TEDDER, Arthur William. Air power in war: the Lees Knowles lectures by Marshal of the Royal Air Force. London: Hodder and Stoughton; St. Paul's House, 1954, p. 29.*

No livro *"Air Power in War"*, Tedder argumentava que apesar da decisão final ser obtida pelas Forças de Superfície, ela depende do que se passa no ar. Em suma, o oficial-general britânico defendia, veementemente, a colaboração aeroterrestre, todavia, afirmava que sem uma situação aérea favorável, a cooperação não seria eficaz.

Por analogia, a capital relevância do Estado-Maior de Defesa (EMD) [2] advém, prioritariamente, da união de esforços mútuos entre as Forças Armadas, em prol de objetivos comuns, rumo à sinergia das ações previstas para os planejamentos militares combinados, em face das hipóteses de emprego listadas na Estratégia Militar de Defesa.

O Ministério da Defesa, a Escola Superior de Guerra e o Ensino Militar

"Nós conhecemos certas características que o oficial de EM deverá ter futuramente: seu pensamento deverá ser claro, vigoroso, objetivo, independente e de escala global; ele deve ter a coragem e curiosidade intelectual para tentar novas coisas e novos métodos; precisa precaver-se contra a certeza de que aprendeu todas as respostas para a guerra futura, não aceitar o caminho fácil das respostas do passado, ao invés do caminho muito mais difícil de desencavá-las no futuro."

General Muir S. Fairchild, 1946

Distintivo de Organização Militar do Ministério da Defesa brasileiro
Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: http://www.defesa.gov.br

[2] *Compete ao Estado-Maior de Defesa, principalmente, o planejamento de emprego combinado das Forças Armadas brasileiras; o assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa na condução de exercícios militares e no trato da participação brasileira em operações de paz; a formulação de diretrizes para as operações de garantia da lei e da ordem e de apoio ao combate a delitos transfronteiriços e ambientais; a orientação de atividades militares para a defesa civil; a operação do Centro de Comando e Controle do Comando Supremo; e a elaboração de sumários de situação.*

Desde sua criação, em 1999, posterior vigência e implementação, o Ministério da Defesa (MD) brasileiro vem aperfeiçoando a estrutura de ensino da Escola Superior de Guerra (ESG) às necessidades decorrentes da evolução do saber e às exigências de Políticas de Pessoal e de Educação Profissional-Militar [3] coerentes e modernas.

Sob esse enfoque, o Ministério da Defesa, atento à conjuntura da Educação nacional e aos ditames legais vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, fixou objetivos em consonância com as normas e as diretrizes da legislação federal em vigor.

Em face das demandas educacionais na *Era da Informação*, o Ministério da Defesa Brasileiro estimula o uso de novas tecnologias, prepara o Corpo Docente, adapta os conteúdos curriculares e moderniza as instalações e os equipamentos da Escola Superior de Guerra, visando ao engrandecimento do campo cognitivo do seu Corpo Discente.

Por força de lei, as Forças Armadas Brasileiras devem estar preparadas para cumprir a destinação prevista na nossa Carta Magna [4] em vigor:

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destina-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."

Os oficiais da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira e do Exército Brasileiro constituem um segmento militar do Corpo Discente da Escola Superior de Guerra.

Portanto, a formação dos estagiários do Curso de Estado-Maior de Defesa assegura uma complexidade de conhecimentos necessários à qualificação de recursos humanos com competências condizentes para assumirem cargos requeridos nas seções de um Comando

---

[3] *Atualmente a Educação Profissional-Militar é denominada de Ensino de Pós-Formação nas escolas militares dos Estados Unidos, do Brasil e de outros países do Planeta.*

[4] *Art. 142, Capítulo II da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988.*

Combinado, em tempo de paz ou na guerra, e o desempenho de suas funções durante as operações combinadas e os exercícios simulados com nações amigas.

A Política de Defesa Nacional (PDN), editada em 1996, e que hoje não mais vige, afirmava:

> *"Diante do novo quadro mundial de desafios e oportunidades, é necessário promover no Brasil o desenvolvimento de modalidades próprias, flexíveis e criativas de pensamento estratégico, aptas a atender às necessidades de defesa do País."* [5]

Ao Ministério da Defesa incumbe, por força legal, coordenar as ações necessárias à Defesa Nacional e ao aprimoramento de competências desejadas aos integrantes das Forças Armadas, consoante as diretrizes e os objetivos estratégicos fixados, que norteiam as atividades relacionadas à Defesa Nacional no Brasil.

Portanto, as ações de planejamento no Ministério da Defesa são orientadas para o preparo e para o aperfeiçoamento profissional do contingente militar das Forças Armadas, para que se mantenham em condições de atender, permanentemente, às Hipóteses de Emprego consideradas e de cumprir a missão que lhes foi atribuída.

Ademais, formular e preparar a capacidade militar necessária à Defesa de uma nação pode decorrer de diferentes modelos estruturais em face de valores, tradições e percepções de seu povo. Num País continental como o Brasil, a situação se agrava.

A formulação da Política Militar de Defesa (PMD), documento elaborado pelo Ministério da Defesa e destinado às Forças Armadas, fundamenta-se em definições da PDN e em diagnósticos de cenários político-estratégicos.

Assim, a extensão do território nacional e a variedade de possíveis teatros de operações tornam amplas e complexas as tarefas da Defesa,

---

[5] *BRASIL. Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília, DF, 1996. Exposição de Motivos nº 01/CREDEN, de 7 de novembro de 1996. O documento em vigor é o Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 1º de julho de 2005. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/>. Acesso em: 19 de outubro de 2007.*

exigindo dos estrategistas e planejadores militares majorados níveis de criatividade e de profissionalismo.

Os objetivos fixados pela PMD orientam as Forças Armadas, a fim de capacitá-las para o atendimento das atuais demandas da Defesa Nacional.

De todos os objetivos listados, há ênfase na manutenção de forças militares estratégicas em condições de pronto emprego para ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais; e na interoperabilidade dos sistemas militares das Forças Armadas.

Diante da permanente evolução tecnológica do mundo moderno, é de fundamental importância que os planos e os programas do Ministério da Defesa sejam elaborados em consonância com as ações estratégicas estabelecidas. Estas ações visam orientar o processo de gerenciamento do aparato da Defesa do País, em todas as suas fases e na mais alta instância decisória, além de colaborar com a consecução dos objetivos firmados pela PMD e pela PDN ora sob vigência no Brasil.

No âmbito do Ministério da Defesa, o desenvolvimento de uma Política Militar de Defesa cristaliza-se no conjunto de diretrizes, manuais, doutrinas e normas diversas.

As diretrizes militares de defesa, apresentadas na PMD, são instruções norteadoras dos estudos da configuração do Poder Militar brasileiro.

Entre outras diretrizes, realçam, com veemência: incrementar o adestramento de operações combinadas e aprimorar as doutrinas e os planejamentos militares pertinentes; incentivar o interesse e o crescimento de núcleos de produção de conhecimentos em assuntos de defesa, sobretudo no setor acadêmico; e dar ênfase às atividades afins das Forças Armadas notadamente à capacitação dos recursos humanos.

Em atendimento às diretrizes supracitadas, as ações do Ministério da Defesa têm como propósito básico o elemento humano. O homem deve ser permanentemente preparado, para que possa, num ambiente de constantes e rápidas transformações, entender a importância de suas tarefas, bem como estar qualificado a empregar, racionalmente, os meios sob sua responsabilidade. Então, onde melhor prepará-lo?

A Escola Superior de Guerra (ESG)
Fonte: Site da ESG na Internet. Disponível em http://www.esg.br

Em *"A Arte de Pensar"* Pascal Ide [6] afirma:

"De fato, todos nascemos com uma inteligência, mas ninguém nasce com um manual de instruções para utilizá-la. Cabe à educação fornecê-lo".

Conceder educação de alto nível ao Homem é legado valioso. Uma das instituições à qual pertence o ser humano, ao longo de sua existência, constitui-se na escola, que acaba sendo um local adequado à troca de conhecimentos e experiências dos convivas de caserna e dos companheiros de sala de aula.

Para tanto, o processo educacional da ESG objetiva conceder aos recursos humanos um consciente entendimento de que o trabalho dignifica e valoriza o homem, melhorando sua qualidade de vida e promovendo a auto-realização profissional.

Sob essa ótica, o Ministério da Defesa do Brasil planeja, orienta, coordena e avalia cursos, pesquisas e projetos, no seu campo de ingerência, com o objetivo de administrar a execução da Política Militar de Defesa.

---

[6] *IDE, Pascal. A arte de pensar. São Paulo: Martins Fontes, 2000, prefácio.*

Por exemplo: o Ministério da Defesa brasileiro firmou convênio, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de fomento no âmbito do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA. Em linhas mestras, formula a premissa do mister intercâmbio com instituições de ensino civis no Brasil e, ainda, com escolas militares de altos estudos no exterior.

O processo educacional reveste-se de caráter especial e é uma exigência perene. Deve observar entre outros aspectos de relevo, porém, o desenvolvimento de atividades do ensino por meio da pesquisa científica e de metodologias modernas e eficazes.

Coadunando-se com essa concepção, três oficiais da Marinha do Brasil, cinco do Exército e um da Força Aérea completaram, no ano de 2007, o Curso de Estado-Maior de Defesa (CEMD). O Ministério da Defesa tem a responsabilidade legal e a competência normativa pelo Curso. À Escola Superior de Guerra, cabe, pelo programa letivo, gerenciar o CEMD, que, em 2007, foi ministrado em grau de excelência.

Portanto, percebe-se nitidamente a disparidade numérica, em termos de oficiais-alunos, entre as três Forças Armadas. O Comando da Aeronáutica poderia rever os processos de indicação e de voluntariado, de maneira que o CEMD venha a ser prestigiado com um quantitativo, quiçá similar àquele da Marinha de Guerra, de oficiais-alunos oriundos de Escolas Militares da Aeronáutica, de Forças Aéreas, de estados-maiores de Comandos Regionais (onde haja exercícios combinados previstos para anos subsecutivos) e do próprio Comando-Geral de Operações Aéreas.

O Poder Aéreo nas Operações Combinadas

"Se nós perdermos a batalha aérea, perderemos a guerra e perderemos rapidamente."

Marechal-de-Campo Viscount Bernard Law Montgomery

Recentemente, o debate acerca do poder aéreo completou um século. Durante estes cem anos, o cenário de guerra se modificou de modo considerável e drasticamente.

No início, as forças aéreas desenvolveram-se como partes dos exércitos e das marinhas. Na parte mediana desse período, os defensores do Poder Aéreo argumentavam a favor de uma posição separada, porém no patamar similar em importância estratégico-operacional. As concepções teóricas dos precursores do Poder Aéreo, Giulio Douhet e Sir Hugh Trenchard, demonstravam a preocupação precípua com o *"Domínio do Ar"*.

As teses do Marechal-do-Ar da RAF revelam a importância atribuída à obtenção e à manutenção de uma situação aérea favorável. Entretanto, um ponto é importante reter: Trenchard foi o único dos pensadores da primeira geração que considerou, abertamente, a cooperação do Poder Aéreo com os poderes Terrestre e Naval. No entanto, esta cooperação, segundo ele, deveria ser estudada na forma e no conteúdo, sem paixões sectárias, mas com pragmatismo, ressalvando a necessidade de um comando e controle centralizado dos meios, maximizando a flexibilidade que lhes está subjacente e evitando o seu desvio para tarefas sem significado. Apesar desta filosofia de cooperação, ele não deixa qualquer margem para dúvida quando defende que os recursos aéreos devem estar agrupados num ramo independente sob a alçada do Ministro da Defesa.

Em 22 de junho de 1941, foi desencadeada a Operação *"Barbarossa"*, na qual a *Luftwaffe* empregou meios aéreos, cuja missão consistia, necessariamente, na destruição do poder aéreo soviético e no apoio, numa segunda fase, às forças de superfície alemãs.

Na campanha da Rússia, o emprego da Arma aérea por parte da *Luftwaffe* foi afetado por vulnerabilidades internas, de certa forma, similares às que se verificaram na Batalha da Inglaterra. O bem-sucedido bombardeio da indústria soviética foi impossibilitado devido à indisponibilidade em aviões de maior raio de ação. No entanto, a seleção de alvos constituiu uma aplicação lógica da estratégia em vigor na época: destruir num curto tempo a capacidade de o inimigo fazer a guerra, desferindo ataques contra áreas de objetivos militares de interesse primordial.

Na Operação *"Barbarossa"*, o acento tônico foi posto na execução de missões auxiliares em detrimento de outras em que os vetores aéreos poderiam ter sido explorados em toda a sua magnitude. Se inicialmente

o Poder Aéreo foi empregado de forma eficiente, considerando os recursos disponíveis e a previsibilidade de uma operação de curta duração, a chegada precoce de um inverno rigoroso e a manutenção de uma estratégia de emprego desajustada, em face dos meios envolvidos, contribuiu para um dos capítulos mais trágicos da História da guerra – a Batalha de Stalingrado.

No início da campanha da *Luftwaffe* na Rússia, o emprego da Aviação soviética foi pouco eficaz. Na Batalha de Stalingrado, no entanto, houve um salto qualitativo importante. Este fato foi conseqüência da incapacidade da *Luftwaffe* em destruir a indústria aeronáutica russa, mas também do reforço tecnológico recebido da Grã-Bretanha, principalmente pela entrega de aviões Hurricane à Força Aérea Soviética.

Por outro lado a Aviação alemã teve os seus aeródromos avançados destruídos pelo Poder Aéreo soviético, o qual, num assomo de revitalização, impediu o apoio às Forças Terrestres alemãs por meios aéreos da *Luftwaffe* (monomotores e de autonomia reduzida), essenciais à manutenção de um fluxo logístico rápido e contínuo de abastecimento.

Se a campanha da Rússia constituiu um marco importante no emprego dos recursos aéreos na Segunda Guerra Mundial, pelos ensinamentos colhidos, outros acontecimentos tinham lugar, quase simultaneamente, no norte da África. Destes fatos, é possível, igualmente, absorver lições apreendidas, sobretudo, no âmbito de Comando e Controle. A derrota em Kasserine Pass, em 1943, demonstrou que, mesmo com uma relação favorável em termos de meios, é possível haver falhas. Caso eles sejam desviados para objetivos secundários, por comandos subordinados, pode-se perder o combate que, em tese, tinha as condições favoráveis para ser ganho. A falta de coordenação, no sentido de obter em primeiro lugar a Superioridade Aérea, dispersando os meios em missões de Apoio Aéreo Aproximado foi desastrosa, tendo convencido, mesmo os mais céticos, da imprescindibilidade de um comando centralizado.

É um exemplo disto a Operação *"Torch"*, a qual visava obter uma plataforma de apoio à invasão da Europa pelo sul. Esta operação veio, uma vez mais, pôr em confronto teses diferentes sobre o emprego

dos meios aéreos. Por outro lado, ajudou a clarificar e a consolidar uma determinada estratégia de emprego. A conferência realizada em Casablanca, em janeiro de 1943, contribuiu de forma clara e inequívoca para atingir tal desejo. Churchill e Roosevelt autorizaram o General Eisenhower a reorganizar as Forças Aliadas no norte da África, com base em três comandos distintos: aéreo, terrestre e naval. Esta providência de caráter estrutural ajudou a resolver um problema antigo, mas simultaneamente básico e premente no desenvolvimento da guerra moderna. Tratava-se da questão de como empregar eficazmente o Poder Aéreo.

Qual seria, então, o ideal emprego da Arma aérea para obter os fins desejados, em ações independentes ou no apoio à manobra de superfície? O planejamento aéreo tornou-se, portanto, parte integrante do planejamento combinado do teatro de guerra.

Sob essa ótica, o General Eisenhower previu, em 1944, que os futuros conflitos armados, cujas ações militares fossem independentes, estariam com seus dias contados.

Caso a Humanidade presenciasse novamente, no futuro, coalizões de países para trabalharem unidos, em uma hipotética Terceira Guerra Mundial, Eisenhower dizia que as Forças Armadas dessas nações antagonistas estariam lutando, conjuntamente, em uníssono e num esforço concentrado e sinérgico.

No milênio recém-inaugurado, o Poder Aéreo pode ser a derradeira peça no complexo *jogo de guerra* das operações combinadas. Analogamente, seria aquela ferramenta que transforma partes desarticuladas em homogênea falange macedônica.

Com veemência Flores [7] (2002, p. 9-16) afirma que *"as lideranças militares"* nem sempre aceitam bem a mudança; se ela implicar em questionamento de interesses e competências consagradas, *"são propensas ao conservadorismo protetor da carreira"* e acusadas de conduzir o preparo militar pelo passado, em vez de adaptá-lo ao futuro.

---

[7]*FLORES, Mario Cesar. Reflexões estratégicas: repensando a defesa nacional. São Paulo: É Realizações, 2002, p. 12. O autor é Almirante-de-Esquadra (reformado) da Marinha do Brasil.*

Para Flores [8] (2002), o problema é real, existe em todo o mundo e tem fundamentos político-estratégicos. Os interesses corporativos dos militares, que geram votos, pesariam mais na discussão política do que as questões propriamente de Defesa.

Nos Estados Unidos, os debates nos últimos vinte anos foram permeados pelo conceito de *"atuação de forças em operações combinadas"* e pela Lei Goldwater-Nichols, que reorganizou a Defesa e influenciou as operações militares de forma significativa.

Sem esta Lei, há dúvida de que os Estados Unidos lograssem o êxito em ambas as guerras do Golfo. As operações Escudo do Deserto e Tempestade no Deserto podem ser classificadas como as primeiras ações operacionais da guerra combinada moderna pelas Forças Armadas americanas e servem de paradigma para os demais países.

Os eventos do *"Onze de Setembro"* validaram o conceito de ações combinadas, pois se criou um senso de urgência para *"transformar"* as Forças Armadas dos EUA, a fim de que pudessem ser empregadas com maior eficácia contra os *"inimigos invisíveis"*. Então, como o Poder Aéreo pode contribuir, em conflitos de baixa intensidade, para o atendimento dos intentos políticos predeterminados? Como o Poder Aéreo atua e pode ser empregado em *"conflitos assimétricos"*? Em 2006, Israel viu 33 dias de *"assimetria"*. "*Vitória de Pirro"*?

Mapa Mundi e a idéia de ubiqüidade do Poder Aéreo
Fonte: Almanaque Abril

[8] *Id. Ibid. Na página 11, o Almirante Mario Cesar Flores cita uma frase que, provavelmente, foi cunhada pelo historiador e teórico militar Liddel Hart: "Só existe uma coisa mais difícil do que pôr na cabeça de um militar uma idéia nova: é tirar a antiga".*

A Força Aérea Israelense bombardeou o Líbano, em julho de 2006, atingindo alvos em todo o país. Os ataques destruíram sedes do Hezbollah, depósitos de armazenamento de mísseis e armas, além de linhas de comunicação e de locais de lançamento de foguetes. Mais de 1.800 alvos foram atingidos nas operações aéreas de Israel no Líbano. O Ministro da Defesa, Amir Peretz, admitia a probabilidade de uma ampla ofensiva terrestre. O então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, dizia que uma ação terrestre de Israel significaria uma *"escalada muito séria"* no conflito. Foi em vão.

A Operação Liberdade para o Iraque também validou o conceito de atuação de forças combinadas. Entretanto, a campanha militar agregou valor ao argumento de que o Poder Aéreo era um meio pelo qual as forças navais e terrestres poderiam ser integradas.

Deste modo, as teorias de *Lord* Tedder [9] podem ter sido comprovadas, pois o Poder Aéreo seria o instrumento que levaria as forças militares à sinergia almejada.

Para Tedder, a estratégia a adotar teria que ser geral, integrando forças de terra, mar e ar. Independência, flexibilidade, concentração e mobilidade são princípios, segundo ele, que devem balizar o emprego do Poder Aéreo, única forma de maximizar as características inerentes aos meios aéreos, tornando eficaz a sua prestação operacional.

O processo de criação de teorias sobre o instrumento de Poder Militar – Naval, Terrestre ou Aéreo – é análogo ao processo de conduzir um automóvel. É importante olhar pelos espelhos retrovisores, para o passado, e extrair lições úteis da História e das experiências alheias, mas é crucial olhar pelo pára-brisa, para o futuro, tentando discernir o que se poderá encontrar à frente. Neste campo, o que parece estar adiante é a ratificação da indiscutível relevância do emprego combinado do Poder Militar.

Destarte, o Poder Aéreo já tem o seu *dever de casa* a ser impendido. Precisa definir-se em termos estratégicos, operacionais e táticos, de modo que possa operar, primeiramente, na busca da superioridade aérea, a fim de interditar de forma secundária o poder do oponente, isolar o campo de batalha e apoiar as forças co-irmãs.

---

[9] *Vid WESTENHOFF, Charles. Military Air Power: The CADRE digest of air power opinions and thoughts. Montgomery: Air University Press, 1990. Tem-se os doze princípios atribuídos a Tedder.*

A Complexidade da Guerra e a Interoperabilidade

"É uma tendência própria dos organismos envelhecidos frear as inovações e lutar para sobreviver, invocando sempre direitos adquiridos, que se acrescem cada vez mais."

Marechal-de-Campo **Montgomery**

Desde a época do general prussiano Clausewitz [10], a guerra tornou-se mais complexa. A despeito desta complexidade ampliada e do maior *"atrito"* na guerra, as organizações militares mantiveram uma estrutura semelhante e a mesma mentalidade organizacional de combate. Há casos em que os nomes mudaram, mas o pensar não.

Atualmente, os especialistas concordam que as Forças Armadas não combaterão sozinhas, pois as missões de uma Força Singular já não serão o habitual no combate. Em vez disso, estabelecer-se-á um tratamento integrado, utilizando mais de uma Força. Como diria Clausewitz, no futuro as operações militares terão mais *"fricção"*. Então, as Forças Armadas precisam ajustar seu caráter institucional e suas estruturas para acolherem os novos desafios aguardados e que irão requerer coragem e competência.

Segundo a *Joint Vision* 2020 das Forças Armadas dos EUA, *"é mandato a interoperabilidade para qualquer força combinada, pois ela é o alicerce às operações combinadas eficazes"*. A *Joint Vision* impõe a interoperabilidade entre *"os sistemas de logística, de comunicações e de inteligência"*. *"Apesar de a interoperabilidade técnica ser essencial, ela não é suficiente para garantir operações eficientes"*. Deve haver um *"foco apropriado em elementos processuais e organizacionais"*. Os tomadores de decisão devem *"entender as capacidades e as restrições uns dos outros"*. Deve enfatizar-se a interoperabilidade, mormente em áreas como *"treinamento e educação, experiência e exercícios, planejamento cooperativo e ligações experimentadas"*, em amplos espectros da força combinada, pois *"vencerão não apenas as barreiras da cultura organizacional e prioridades diferenciadas, mas ensinarão os membros das equipes combinadas a valorizar a vasta gama de capacidades das Forças à disposição deles"*. [11]

---

[10] *CLAUSEWITZ, On war, Peter Paret e Michael Howard. 8th ed. New York: Princeton University Press, 1984, livro I-1, p. 119-121.*

[11] *Joint Vision 2020. Published by: US Government Printing Office, Washington-DC, June 2000, p. 20-21. Disponível em: <http://www.dtic.mil/jointvision/jvpub2.htm.*

Um Futuro de Forte Cooperação e que Promete Profundas Mudanças

"O que é necessário é um plano de integração, no qual cada Força Armada seja chamada a desempenhar o papel que lhe é próprio, partindo de um princípio de colaboração e não de competição"

Montgomery, Comandante das Forças Terrestres Aliadas na Normandia

Distintivo de Organização Militar do Estado-Maior de Defesa Brasileiro
Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: http://www.defesa.gov.br

Protágoras (*apud* IDE, 2000, prefácio) dizia que *"o homem é a medida de todas as coisas"*. Sob este argumento, denota-se a visão prospectiva daqueles que idealizaram, no passado, o projeto-piloto do Curso de Estado-Maior de Defesa (CEMD) na ESG.

Em resposta às questões geradoras do empreendimento educacional concretizado pelo MD em 2007, torna-se notória a intenção do EMD em fortalecer o Curso, resguardando-se o nível gerencial à Escola e o estratégico ao Ministério da Defesa.

O basilar objetivo do CEMD é fortalecer e aprimorar a capacidade operacional das Forças Armadas para que cumpram sua missão. A fim de atingi-lo com êxito, ações planejadas são dirigidas ao adequado preparo de seus recursos humanos para comporem um Comando Combinado em exercícios militares e em tempo de conflito armado.

A Operação Pantanal 2007 é uma operação militar combinada, coordenada pelo Ministério da Defesa, com o objetivo de adestrar as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) no planejamento e na execução de operações visando à interoperabilidade.

Símbolo da Operação Pantanal 2007
Fonte: http://www.pantanal.mil.br/inicial/pagina.Principal.completa.php

No período de 11 a 19 de outubro, foram realizados exercícios com tropa no terreno no estado do Mato Grosso do Sul. Na ocasião, foi dada especial ênfase ao planejamento de Estados-Maiores Combinados e das Forças Componentes constituídas.

Desse modo, consegue-se a necessária qualificação de homens para atender as características necessárias e desejáveis daqueles que devem desempenhar o papel afeto às Forças Armadas brasileiras, o qual lhes foi atribuído pela Lei Maior em 1988.

Para as Forças Componentes, a *PANTANAL* 2007 teve finalidades como adestrar o Estado-Maior na execução de planejamento de Operações Combinadas; treinar o Estado-Maior e os diferentes níveis operacionais no âmbito da estrutura de Comando e Controle unificado, nos moldes utilizados nos mais recentes conflitos internacionais; e exercitar os diferentes estados de alerta para suporte a um Comando Combinado.

Assim se adestrando, as Forças Armadas mantêm-se atualizadas e treinadas para atuar, a qualquer momento, em qualquer ponto do território nacional, com a finalidade de cumprir sua destinação constitucional e o previsto em leis complementares.

Ao elemento humano, por conseguinte, cabe o cumprimento da missão atribuída. Ele deve ser constante e progressivamente preparado para, num ambiente de rápida evolução tecnológica, entender a

importância do propósito de estar capacitado e habilitado a empregar racionalmente os meios sob sua responsabilidade.

Faz-se mister, também, disseminar no âmbito das Forças Armadas o conceito da busca pelo conhecimento por iniciativa própria, estimulando os indivíduos a procurarem caminhos de desenvolvimento pessoal e profissional, vinculando-os, sempre, aos interesses do Ministério da Defesa e da nossa Nação.

No livro *"A Quinta Disciplina"*, Peter Senge [12] introduz um conceito inovador ao definir os contornos da *"organização que aprende"*. Segundo o autor, *"as pessoas são o principal meio de alavancar processos de mudança. Empreender mudanças é uma tarefa audaciosa, talvez até impossível, para as empresas, trabalhando sozinhas"*.

O autor norte-americano fomenta a idéia de um grupo de pessoas em organizações diversas, labutando juntas num esforço sustentado para assentar as disciplinas de aprendizagem na prática gerencial do dia a dia. Assim podem ser vistas, também, as Forças Armadas do Brasil, ao perpetuarem a milenar instituição militar.

Portanto, o Ministério da Defesa brasileiro deve e pode contribuir, em esforço conjunto com toda a sociedade, para o alcance dos objetivos políticos da Nação de maneira econômica, eficiente e eficaz.

Para concretizar a empresa, vislumbra-se o cenário prospectivo: civis e militares construirão, de mãos dadas, a argamassa que sustenta um sólido e novo templo.

Epílogo

"Com raríssimas exceções, não haverá batalhas terrestres e marítimas independentes."

Dwight David Eisenhower, trigésimo-quarto Presidente dos EUA

Criar algo novo, mudar paradigmas e empreender esforços, como foi no caso do MD, há cerca de nove anos, de fato constitui-se

---

[12] *SENGE, M. Peter. A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Nova Cultural, 2002, p. 24.*

em árdua tarefa e torna-se missão quase impossível, pois o medo da falha pode trazer-nos o amargo do arrependimento. O futuro pode reservar-nos um *"mundo plano"* [13] e deveras inconstante, devido às rápidas mudanças globais, regionais e locais. Permanecer atento aos sinais é dever e é sábio.

Portanto, espera-se a abertura de um fórum de debates em torno do assunto em epígrafe, e que o aperfeiçoamento do tema se faça sempre presente nos anais deste periódico de renome, no meio acadêmico e entre os oficiais das três Forças Armadas do País.

Faz-se mister, também, a assiduidade de oficiais, de estudantes universitários e de professores civis, com diversas visões sobre o tema, pois o Ministério da Defesa brasileiro ainda não completou dez anos de atividades e conta com a colaboração das esferas civis, do estamento militar e da comunidade para amalgamar conhecimento, cuja tônica contemporânea da *"Era da Informação"* é tê-lo como sinônimo de Poder.

O MD consolidou-se, neste exíguo período, porém, como o baluarte da Nação brasileira e como órgão excelso da Defesa Nacional do Brasil. Muitas pessoas e instituições diversas contribuíram para a consecução do intuito, iniciado em 1999, e colaboraram das formas mais distintas, em momentos muito diversos. De fato, aqui não seria o momento de listá-las e, sinceramente, não se deseja vir a esquecer de nenhuma delas. Conseqüentemente, torna-se uma questão de gratidão e de reconhecimento agradecer a todas aquelas que fizeram, com seus aportes valiosos, o Ministério da Defesa Brasileiro exeqüível, no âmbito interno, e respeitado no contexto mundial.

Portanto, impõe-se a obrigação de planejamento, de assessoria e de estratégia militar aos jovens oficiais de Estado-Maior de Defesa, os quais têm a nítida noção de que as operações combinadas são fato consumado. Mas, acima de tudo, incumbe o dever de lapidar o legado firmado, com *"engenho e arte"*, por líderes das Forças Armadas de outrora e civis do atual MD, em benefício da sociedade brasileira do porvir.

---

[13] *FRIEDMAN, Thomas L. O mundo é plano: uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, passim.*

Há duzentos anos, um visionário herói embevecido de esperança, o ***Tiradentes***, assegurava à totalidade da nação brasileira e ao mundo, com visão estratégica, que *"se todos quisermos podemos fazer do Brasil uma grande nação"*. Os homens de terra, mar e ar devem, combinadamente e em uníssono, fazê-la com devoção e patriotismo.

O autor é Tenente-Coronel-Aviador e mestrando da Universidade Federal Fluminense no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política. Atualmente é Adjunto da Coordenadoria de Pós-Graduação da Universidade da Força Aérea.

Apreciação sobre a Situação do Kosovo

Márcio Bonifácio Moraes

Introdução

O presente trabalho tem o propósito de apresentar um quadro estratégico sobre a questão do Kosovo. Torna-se complexo estabelecer uma linha de tempo que bem defina quando se inicia a questão e que permita ao leitor um perfeito entendimento do tema. Assim, para dar uma maior amplitude e abrangência ao assunto foi adotada a seguinte sistemática para a elaboração desta Apreciação. Inicialmente, serão apresentados alguns aspectos fisiográficos dos Bálcãs. Seqüencialmente, será elaborada uma síntese histórica da região dos Bálcãs, onde se insere o Kosovo. Posteriormente, serão abordados aspectos referentes ao período de governo do Marechal Tito, ocasião considerada de grande importância para todos aqueles que se dedicam ao estudo do tema Kosovo, pois foi durante esse período que ele recebeu sua autonomia. Em seqüência será feita breve abordagem sobre as causas da desintegração da Iugoslávia e suas repercussões. Finalmente, à guisa de conclusão, serão abordados alguns aspectos referentes à independência do Kosovo e mostrados os futuros e possíveis desdobramentos da questão.

Aspectos Fisiográficos dos Bálcãs

A península balcânica é a situada mais ao leste das três penínsulas européias banhadas pelo Mar Mediterrâneo. Enquanto as da Itália e da Espanha são separadas do continente europeu por cadeias de montanhas [1], a península balcânica, ao norte, não possui uma barreira natural bem definida. Para fins geográficos e de estudo ela pode ser delimitada, fisicamente, pelos rios Danúbio e Drava.

---

[1] *A Itália pelos Alpes e a Espanha pelos Pirineus.*

São considerados balcânicos os povos da Albânia, da Bósnia-Herzegovina, da Bulgária, da Croácia, da Eslovênia, da Grécia, da Macedônia, do Montenegro e da Sérvia.

A região dos Bálcãs [2] caracteriza-se por ser montanhosa. A maioria de seu território situa-se, pelo menos, a quinhentos metros acima do nível do mar. Enquanto os Alpes Julianos chegam até à Eslovênia, e os Alpes Balcânicos dominam a região da Macedônia e da Sérvia Central, são os Alpes Dináricos e as montanhas adjacentes que predominam no relevo da Bósnia-Herzegovina, do Montenegro e do sul da Croácia (Dalmácia). Os Dináricos são formados por rochas calcárias que absorvem a maior parte das chuvas, mantendo o solo seco e árido para o cultivo. Entretanto os canais subterrâneos existentes nesse tipo de rocha acumulam água, permitindo a perenidade dos rios que sustentam as pastagens durante os meses de verão.

O lado nordeste dos Alpes Dináricos, que abrange parte da Bósnia e da Sérvia Ocidental, e a totalidade dos Alpes Balcânicos são constituídos de rochas cristalinas. Elas retêm água em sua superfície, oferecendo maiores chances para a agricultura, particularmente nos altiplanos e vales próximos aos rios Sava e Morava.

Os montes Cárpatos, embora não façam parte do relevo da Região Balcânica, exercem uma importância fundamental em seu clima. Eles formam um escudo protetor da Grande Planície Húngara, impedindo a chegada, no inverno, dos ventos polares que passam pelas estepes russas.

Outro aspecto importante é que, em razão do relevo acidentado de toda a região dos Bálcãs, com poucas passagens naturais, ocorreu uma tendência dos povos que viriam habitar essa região de se manterem isolados um dos outros.

Definidas como terras baixas, que são as de altitude média de trezentos metros acima do nível do mar, elas compreendem o norte dos Bálcãs, fazendo parte da denominada Grande Planície Húngara (Panônia). Elas se concentram ao norte da Eslovênia, da Croácia [3] e da Sérvia [4]. São terras muito férteis e propícias à agricultura.

---

[2] *Bálcãs é uma palavra de origem turca, que significa montanha.*
[3] *Regiões da Eslavônia e Baranja.*
[4] *Região da Vojvodina.*

Com referência aos seus limites geográficos, a antiga Iugoslávia possuía 255.804 quilômetros quadrados de fronteiras distribuídas da seguinte forma: ao norte com a Itália, Áustria e Hungria; a leste, com a Romênia e Bulgária; ao sul com a Grécia e a Albânia; e a oeste com a Itália, dividindo o Mar Adriático.

Quanto à hidrografia, o Danúbio é, sem dúvida, o mais importante rio da Região Balcânica. Com 2.850 quilômetros de extensão, ele nasce na Alemanha (Floresta Negra), cruzando a Áustria, a Hungria, a Eslováquia, a ex-Iugoslávia, a Romênia e a Bulgária, desaguando no Mar Negro, sob a forma de um grande delta. Esse rio possui importância estratégica para a área, pois é a sua principal hidrovia. Durante a guerra civil ocorrida no período de 1992 a 1995 e no conflito de 1999 [5], o Danúbio teve o seu tráfego de embarcações interrompido.

Outro importante rio é o Sava, que nasce nos Alpes Julianos e atua como divisor entre os territórios da Croácia e da Bósnia-Herzegovina. É o maior rio, em extensão, dentro do território da ex-Iugoslávia. Seus principais afluentes são os rios Una, o Bosna e o Vrbas, que nascem nos Alpes Dináricos. O Sava deságua no Rio Danúbio, próximo a Belgrado.

O Rio Drava nasce nos Alpes Julianos, cruzando a Eslovênia, a Croácia, onde delimita a fronteira com a Hungria, desaguando no Rio Danúbio.

O Rio Morava, formado pelo Zapadna Morava (Morava do Oeste) e pelo Južna Morava (Morava do Sul), conecta o interior da Sérvia ao Rio Danúbio. Não é utilizado como hidrovia, pois seu curso é acidentado.

O Rio Vardar nasce ao oeste da Macedônia, desaguando no Adriático próximo à cidade de Tessalônica. É navegável apenas em território grego.

Finalmente, cabe mencionar o Rio Ibar, que nasce ao sul da Sérvia, percorrendo a região do Kosovo e encontrando o Rio Zapadna Morava.

---

[5] *Entre os meses de março e junho de 1999, a Sérvia foi bombardeada por forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), devido à não aceitação dos termos impostos pela Organização para a solução do problema da região do Kosovo, situada no sul da Sérvia.*

A região dos Bálcãs se estende, aproximadamente, entre os paralelos de 36º até 45º de Latitude Norte, que define o seu clima como de zona temperada. A região continental se caracteriza por ter verões quentes e os invernos bastante rigorosos e com neve. Na região costeira, o clima é mediterrâneo com verões quentes e secos e invernos fracos e chuvosos.

Sob o aspecto demográfico, o último censo realizado em 1991, na ex-República da Iugoslávia, mostrava um total de cerca de 24.000.000 habitantes, divididos pelas seis repúblicas, de acordo com o quadro abaixo:

República	Extensão	População	Capital	População
Sérvia	88.361 Km^2	9.776.040	Belgrado	1.470.000
Croácia	56.538 Km^2	4.763.941	Zagreb	880.000
Bósnia-Herzegovina	51.129 Km^2	4.365.639	Sarajevo	450.000
Macedônia	25.713 Km^2	2.088.951	Skopje	550.000
Eslovênia	20.251 Km^2	1.974.839	Ljubljana	350.000
Montenegro	13.812 Km^2	632.568	Podgorica	135.000

Dados demográficos da ex-República Federativa da Iugoslávia (censo de 1991)
Fonte: Yugoslavia. The former and the future. UNRISD.

Quanto aos grupos étnicos existentes no país, estavam divididos da seguinte forma: sérvios 36,30%, croatas 19,75%, eslovenos 7,82%, macedônios 5,97%, montenegrinos 2,58%, albaneses 7,72%, muçulmanos 8,92, iugoslavos 5,44% e outros 5,51%.

O Kosovo possui 10.400 quilômetros quadrados e uma população de 2.200.000 habitantes. Noventa por cento são de albaneses e 10% de sérvios, muçulmanos, montenegrinos e outros.

Cabem aqui as seguintes considerações: a idéia da palavra *"muçulmano"* está diretamente ligada à religião. Entretanto, no caso da Iugoslávia, pela Constituição de 1963, foi introduzido o conceito étnico de que todos aqueles que praticavam o islamismo poderiam considerar-se de nacionalidade muçulmana. Esse fato ocorreu, especialmente, na Bósnia-Herzegovina e na região do Sandžak, na Sérvia.

De acordo com o censo realizado em 1991, existiam as seguintes religiões:

– Bósnia-Herzegovina: muçulmanos 40%, ortodoxos 31% e católicos romanos 15%;

– Croácia: católicos romanos 76,5%, ortodoxos 11%, muçulmanos 1,2%, protestantes 1,4% e outros 11%;

– Eslovênia: católicos romanos 94%, ortodoxos 2%, muçulmanos 1% e outros 1%;

– Macedônia: ortodoxos 59%, muçulmanos 26%, católicos romanos 4% e outros 11%;

– Sérvia e Montenegro: ortodoxos 65%, muçulmanos 19%, católicos romanos 4% e outros 12%.

Síntese Histórica dos Bálcãs

Ao final do século V e no início do século VI, algumas tribos eslavas migraram para a região dos Bálcãs, instalando-se às margens do Rio Danúbio. Podem ser distinguidos como quatro diferentes grupos: o ramo que iria dar origem aos croatas estabeleceu-se na região de Ilíria; os eslovenos ocuparam o norte da costa do Mar Adriático e contrafortes dos Alpes Julianos; os sérvios [6] se estabeleceram em uma vasta área no centro da Península; e os búlgaros se fixaram na parte sudeste dos Bálcãs.

Entre os séculos VII e IX foram formados os estados feudais da Panônia, da Macedônia, de Hum ou Zahumlje (atual região da Herzegovina), da Dalmácia, da Travúnia (sul da Herzegovina e da Dalmácia), da Pagânia ou Neretva (Dalmácia Central), de Zeta (denominada, inicialmente, de Duklja ou Dioclea e, atualmente, Montenegro) e de Raška ou Ráscia, região onde se insere a região do Kosovo, e que é conhecida como Stara Srbija ou Antiga Sérvia.

No século VII, os sérvios instalaram-se entre os rios Drina e Ibar. Desejosos de obter uma saída para o mar, e aproveitando-se da fraqueza demonstrada pelos bizantinos, passaram a utilizar suas rotas de carga através das terras de Zeta.

---

[6] *Os sérvios – palavra que seria derivada de serboi, originária de tribos Sarmatianas – são descendentes diretos dos eslavos.*

Nos séculos VIII e IX, ocorreu a conversão dos eslavos ao Cristianismo. Os croatas e eslovenos foram cristianizados por missionários católicos romanos de Aquiléia [7], adotando o alfabeto latino. Os sérvios, os macedônios e os búlgaros foram cristianizados por missionários ortodoxos gregos, passando a utilizar o alfabeto cirílico [8].

Na metade do século IX, o Príncipe Trpimir foi considerado o primeiro governante independente da Croácia que, a essa época, não incluía os territórios da Eslavônia e da Dalmácia. Na primeira metade do século X, o Rei Tomislav I fundou o estado medieval da Croácia e, no século XI, os croatas expandiram seus domínios até à Dalmácia, interrompendo suas relações com Bizâncio, e com a Igreja Ortodoxa.

No início do século XII, a Croácia perdeu a sua independência em favor da dinastia húngara de Koloman, fato que perduraria até ao fim do Império Austro-Húngaro.

Os eslovenos, no ano de 623, passaram a viver em união com outras tribos eslavas [9] em um estado feudal de nome Carinthia, e sob a liderança do Príncipe Samo. Após a sua morte, a Carinthia sobreviveu independente até ao ano de 745, quando passou a ser dominada pelos bávaros. Os eslovenos só tiveram restaurada a sua soberania territorial após o desmembramento da Iugoslávia. Eles falam um idioma distinto dos sérvios e dos croatas.

Na Sérvia, um *župan* de nome Stefan Nemanja (1168-1196) foi o fundador da Dinastia Nemanjić, que passou a dominar a região de Raška (Kosovo) e, a despeito da reação dos bizantinos, fundou um Estado Independente em 1180. A cidade de Prizren transformou-se no centro desse Estado. Rapidamente, foram incorporados à Raška, o Estado de Zeta até à parte da região costeira entre a Baía de Kotor e Dubrovnik.

Em 1196, após o falecimento de Nemanja, assumiu o trono seu filho Stefan, que se tornou oficialmente o primeiro rei sérvio, com o reconhecimento de Constantinopla.

---

[7] *Atual Trieste, na Itália.*

[8] *O alfabeto cirílico ou glagolítico foi criado pelos irmãos Cirilo e Método. Dele derivaram as escritas russa, sérvia e búlgara.*

[9] *Essas tribos eram os lužički srbi e os tchecos que, mais tarde, se deslocaram, respectivamente, para a região da Saxônia (Lausitz), na Alemanha, e para a área onde se situa a República Tcheca.*

Um dos filhos de Nemanja, posteriormente canonizado como Santo Sava, foi um dos articuladores da formação da Igreja Ortodoxa sérvia, ocorrida em 1219. Ela passou a observar o ritual da Igreja Ortodoxa grega e a liturgia eslava. A cidade de Peć, situada no Kosovo, transformou-se na sede do primeiro episcopado ortodoxo sérvio.

Em 1331, chegou ao poder o mais famoso dos reis sérvios, chamado Stefan Dušan. Em suas conquistas, ele praticamente duplicou as dimensões do território sérvio, chegando até ao sul da Grécia. Em 1346, na cidade de Skopje, hoje capital da Macedônia, Dušan foi coroado o Czar dos Sérvios e dos Gregos. Entretanto, em 1355, Dušan veio a falecer durante uma batalha travada contra os bizantinos.

A conquista otomana recebeu um novo impulso sob o reinado de Murad I (1359-1389), filho e sucessor de Orkhan. No continente europeu, a expansão turca foi facilitada pelas desavenças entre os príncipes cristãos bizantinos e os sérvios. Assim, em 1361, os otomanos ocupam as cidades de Filipópolis e Adrianópolis [10]. Prosseguindo na expansão de seus domínios, Murad ocupou a Trácia e transferiu sua capital de Bursa para Adrianópolis (1364).

Em 1371, prosseguindo na direção norte, o Sultão Murad entrou em contato, pela primeira vez, com os sérvios. E foi o senhor feudal sérvio de nome Uglješa Mrnjavčević déspota da localidade de Serre [11], que entendeu o perigo que representava essa expansão dos turcos. Em setembro do mesmo ano, um exército composto por sérvios, húngaros e valáquios [12], e liderados por Uglješa, foi emboscado quando tentava cruzar o Rio Maritza [13]. A batalha foi violenta e todos os comandantes militares sérvios foram mortos, inclusive Uglješa, junto com a metade de suas tropas, e os otomanos se sagraram vencedores. Esse fato deu início à expansão otomana na Europa.

Assim, os sérvios, os bizantinos e os búlgaros passaram à condição de vassalos dos otomanos, precisando recolher taxas e fornecer efetivos militares para os seus novos senhores.

---

[10] *Atual cidade de Edirne.*
[11] *Situada em uma região da Grécia e cujo atual nome é Serrai.*
[12] *Povo que habitava um antigo principado do Danúbio no fim do século XIII. Ficaram vassalos da Turquia a partir de 1396. Tornaram-se independentes em 1856. A Valáquia faz parte da Romênia.*
[13] *O Rio Maritza está localizado no atual território da Bulgária, próximo à cidade de Plovdiv.*

É importante frisar que a expansão dos otomanos se deu, inicialmente, para noroeste, pois eles temiam um contato com os mongóis, que dominavam a Ásia Oriental.

Um fato marcante ocorreu no ano de 1389. No dia 28 de junho, foi travada, na região de Kosovo Polje [14], uma batalha, que colocaria fim ao estado medieval sérvio. Combatentes sérvios, comandados pelo Príncipe Lazar, posteriormente canonizado pela Igreja Ortodoxa sérvia, deu combate aos guerreiros otomanos chefiados pelo Sultão Murad I. Logo de início, os sérvios, que se faziam acompanhar de bósnios, valáquios e albaneses, levaram certa vantagem nos combates, mas o Príncipe Lazar, bem como o Sultão Murad, foram mortos, e a vitória final coube aos otomanos. Em lugar do Sultão Murad assumiu seu filho Bayezid (1389-1402). A Batalha do Kosovo deu ensejo a um grande êxodo de sérvios para o norte dos Bálcãs e marcou o fim do domínio sérvio na região. A região do Kosovo foi incorporada ao Império Otomano e só seria retomada pelos sérvios após o término da Primeira Guerra Mundial.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, o Príncipe Aleksandar Karadjordjević foi proclamado regente por seu pai, o Rei Petar I (1918-1921). Em 1º de dezembro de 1918, foi criado o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (*Kraljevina Srba, Hrvata i Slovenaca*). Ele foi formado pelos antigos reinos da Sérvia, do Montenegro e por substancial parte do território, originalmente pertencente ao Império Austro-Húngaro [15].

Em 6 de janeiro de 1929, revogou a Constituição, dissolveu o Parlamento e decretou uma série de novas leis. Uma delas mudava o nome do país para Reino da Iugoslávia [16].

---

[14] *Campo dos Pássaros Negros, no idioma sérvio.*

[15] *Em 4 de junho de 1920, foi assinado o Tratado de Trianon. Pelos termos do acordo, a Romênia recebeu a região da Transilvânia, parte do Banat, incluindo a cidade de Timisoara. A Eslavônia, a Croácia e a Vojvodina passaram a fazer parte, oficialmente, do Reino dos Sérvios.*

[16] *Jug no idioma servo-croata significa Sul. Assim, o nome Jugoslávia ou Iugoslávia quer dizer, terra dos eslavos do Sul.*

A Iugoslávia de Tito

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, surgiu um movimento de resistência contra a ocupação das forças do Eixo nos Bálcãs. Ele passou a se denominar movimento Partisan. De orientação comunista, o seu chefe máximo foi Josip Broz, codinome *"Tito"*. Ao término da Guerra, esse movimento sagrou-se vitorioso e assumiu o poder na Iugoslávia.

Em 11 de novembro de 1945, foi realizada uma eleição para a formação de uma Assembléia Constituinte. Em 29 do mesmo mês, durante a sua primeira sessão, a Assembléia aprovou uma declaração abolindo a monarquia e proclamando a República Federativa Popular da Iugoslávia (*Federativna Narodna Republika Jugoslavija – FNRJ*). Conforme planejado anteriormente, ela foi formada por seis repúblicas: Sérvia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e duas províncias autônomas (Vojvodina e Kosovo), como parte integrante da República da Sérvia. Tito foi eleito primeiro-ministro. O idioma oficial do país passou a ser o servo-croata.

Em 31 de janeiro de 1946, foi promulgada a nova Constituição da Iugoslávia. Ela guardava muitas semelhanças com a Constituição soviética promulgada em 1936, durante o período de Stalin. Assim, o país ingressou em uma era de comunismo rígido e ortodoxo, nos moldes do regime soviético.

Nesse ponto, cabe uma breve explicação: dentro dessa nova concepção, surgiu um conceito de uma sociedade multiétnica, muito similar ao que também ocorria na União Soviética (dividir povos para melhor governar). Assim, cidadãos nascidos na Iugoslávia poderiam optar pela nacionalidade de origem de seus ancestrais (sérvios, croatas, eslovenos, bósnios, albaneses, húngaros, macedônios e outros). Poderiam ainda optar por serem iugoslavos – filhos oriundos de casamentos entre membros de diferentes etnias. Esse conceito, de difícil entendimento, e que não é aplicado na maioria dos países (Brasil, Estados Unidos e outros), transformou a Iugoslávia em um grande mosaico de etnias e foi um dos fatores fundamentais que contribuiu, posteriormente, para sua desintegração.

Retomando a narrativa, Tito, ao sagrar-se vitorioso na campanha dos Bálcãs, praticamente sem a ajuda do Exército Vermelho, emergiu

como um novo líder regional, fato que começou a desagradar os soviéticos. Contrariamente aos demais países do Leste Europeu, a Iugoslávia não possuía tropas russas estacionadas em seu território, o que contribuiu para que se mantivesse independente do bloco que se formava.

O desgaste entre Tito e Stalin atingiu o seu clímax, quando a Iugoslávia propôs um pacto com os governos comunistas da Bulgária e da Albânia, para que se unissem sob a forma de uma federação.

No dia 28 de junho de 1948, o *Kominform* [17], reunido em Bucareste, condenou a atitude de Tito, não admitindo as atitudes independentes que estavam sendo adotadas pela Iugoslávia e expulsando-a da organização. Em uma nota dirigida ao país, a URSS considerou a Iugoslávia como inimiga, postura também adotada pelos demais membros do grupo. Embora tenha ficado isolada do bloco soviético, o incidente deu a Tito o apoio popular no país e abriu caminho para a sua aproximação com o Ocidente.

Em 1953, foram realizadas emendas na Constituição e o Marechal Tito foi eleito Presidente da República.

O falecimento de Stalin marcou uma nova etapa na Política externa iugoslava, tendo sido iniciada uma reaproximação com a União Soviética. Conhecedor de sua importância estratégica no contexto geopolítico da *"Guerra Fria"*, Tito também conseguiu uma aproximação com o bloco ocidental, transformando o país em um *"Estado Pivot"* entre o ocidente e o bloco soviético.

Em 1956, Tito reuniu-se com o Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser e o Primeiro-Ministro da Índia Jawaharlal Nehru, na Ilha de Brioni. Nesse encontro, os três países assinaram uma declaração, fundando a Liga dos Países não Alinhados. O compromisso era o de manter a coexistência pacífica entre as nações, de trabalhar pelo desarmamento e pelo fim dos blocos de poder. Após incentivar a entrada de outros países para o movimento, Tito patrocinou o primeiro encontro formal entre eles.

---

[17] *Em outubro de 1947, os comunistas criaram uma organização internacional cujo nome era Bureau Comunista de Informações (Informbureau), conhecido no ocidente como Cominform. Ele substituiu o Comintern, extinto durante a Segunda Guerra Mundial. Era integrado pelos seguintes países: União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária e Romênia.*

Em 1963, entrou em vigor uma nova Constituição, e o país passou a se chamar República Federativa Socialista da Iugoslávia (*Socialistička Federativna Republika Jugoslavija – SFRJ*). Essa Constituição recebeu emendas em 1967, 1968, 1971 e 1973, aumentando a descentralização da Federação e aumento os poderes das seis repúblicas e das províncias autônomas (Kosovo e Vojvodina).

Em 21 de fevereiro de 1974 foi promulgada, finalmente, a mais polêmica das constituições iugoslavas. Era composta por 406 artigos. Complexa e confusa, em razão de sua abrangência, foi praticamente impossível sua tradução para outro idioma. Os direitos das repúblicas e províncias foram reforçados mais uma vez, sendo criada a figura do Presidente de cada unidade federativa (seis repúblicas e duas províncias autônomas). Tito foi eleito Presidente vitalício da Iugoslávia. Em razão de sua idade, ele já não tinha uma participação ativa no cenário político.

A crise do petróleo que atingiu o mundo causou um choque na economia iugoslava, pois o país já possuía um grande déficit orçamentário.

Em 5 de maio de 1980, com oitenta e oito anos de idade, morreu na Eslovênia o Marechal Tito, colocando fim a uma era.

A Desintegração da Iugoslávia

Com a morte de Tito, o país passou a ser governado por um Presidente eleito pelos representantes de cada república e das províncias autônomas, seguindo um critério de rotatividade. Todas as decisões deveriam ser aprovadas por esse conselho, por unanimidade. O fato gerou mais perturbações, na já desgastada e burocratizada máquina administrativa do Governo.

Em 1985, com a chegada de Mikhail Gorbachev ao poder, teve início na União Soviética um movimento que defendia a necessidade de uma distensão com o Ocidente e introduzia profundas reformas políticas e econômicas na então União Soviética. Esse processo influenciou politicamente os países do Leste Europeu e desestabilizou a Região Balcânica. Na Sérvia, a mais importante e populosa das repúblicas iugoslavas, a mudança ocorreu justamente no sentido oposto, tendo como um dos responsáveis Slobodan Milošević [18], Presidente da Liga dos Comunistas.

---

[18] *Milošević é natural da cidade de Požarevac. Era antigo membro do Partido Comunista Iugoslavo. Seguiu uma carreira burocrática como Diretor de um banco estatal.*

Em 1987, com o apoio do Exército Federal Iugoslavo (cuja maioria da oficialidade era de origem sérvia) e do aparelho comunista, ele assumiu o controle da televisão de Belgrado e do periódico *"Politika"*. Milošević agarrou-se à bandeira do nacionalismo sérvio, condenando a Política Econômica até então vigente e a divisão do país em repúblicas e províncias autônomas realizada por Tito. Apoiado em um memorando, de cunho nacionalista, elaborado pela Academia de Ciências de Belgrado, passou a propagar a união de todos em torno do plano de construir uma *"Grande Sérvia"*. Esse plano previa a retirada ou limitação da autonomia das províncias do Kosovo e da Vojvodina, centralizando todo o poder na República da Sérvia.

Em outubro de 1988, durante uma visita à província autônoma da Vojvodina, forçou a demissão coletiva de seus dirigentes substituindo-os por pessoas de sua confiança. Na Croácia, eclodiram vários motins, conduzindo à exacerbação das tensões étnicas nas áreas rurais, onde viviam cerca de 200.000 sérvios (antiga fronteira militar entre austro-húngaros e otomanos; conhecida como Vojna Krajina).

Em meados de 1989, já não existiam entidades federais distintas como no tempo de Tito, mas um bloco sérvio homogêneo, controlado por Milosevic.

Ainda em 1989, a Croácia iniciou sua marcha para a independência. Surgiram os primeiros partidos: a União Democrática Croata (*Hrvatska Demokratska Zajednica – HDZ*), de orientação fascista, e o Partido Social-Liberal Croata.

Em Trepca, junto à cidade de Kosovska Mitrovica, no extremo norte do Kosovo, está instalado o maior centro mineiro da região e um dos mais importantes da Sérvia. Em 20 de fevereiro de 1989, cerca de mil e trezentos operários *kosovares* (denominação dada aos cidadãos de origem albanesa nascidos no Kosovo) da mina de carvão de Stari Trg entraram em greve, realizando a sua ocupação. Os mineiros alegavam, inicialmente, falta de segurança nos poços. Com a continuidade do movimento, as reivindicações se transformaram em protesto político, que exigia reformas constitucionais e mais autonomia para o Kosovo. Iniciou-se, assim, uma crise entre as lideranças sindicais e Belgrado. Os dirigentes da mina foram detidos sob acusação de cumplicidade com os grevistas. A agitação albanesa regressou às ruas de Prístina e novos

conflitos ocorreram, exigindo a ação enérgica de forças federais para pôr fim à desordem. Estava deflagrado o processo que iria culminar com o início dos debates na Assembléia Federal, visando promover uma emenda constitucional que retiraria do Kosovo o *"status"* de província autônoma.

Em 28 de junho de 1989, em um evento comemorativo dos seiscentos anos da batalha do Kosovo, em Prístina, Slobodan Milosevic fez um discurso político de fundo nacionalista, exaltando a presença sérvia na região, fato que exacerbou ainda mais as diferenças entre sérvios e *kosovares*.

Em 20 de janeiro de 1990, durante um congresso da Liga dos Comunistas Iugoslavos, os representantes da Eslovênia apresentaram uma proposição que outorgava independência plena aos partidos comunistas de cada república. O texto foi rejeitado pelos sérvios, provocando o desligamento das delegações da Eslovênia e da Croácia.

Finalmente, em junho de 1990, a tensão atingiria o seu limite máximo. A Assembléia de Belgrado aprovou a nova Constituição, retirando a autonomia do Kosovo e da Vojvodina.

Na região da Vojvodina (cerca de 2.000.000 de habitantes) não ocorreram protestos, pois a região é povoada por cerca de 1.100.000 sérvios (54,4%), que constituem maioria étnica, em oposição a 380.000 húngaros (18,9) e outras minorias (eslovacos, romenos, ucranianos e rutenos). Entretanto, na região do Kosovo (à época com cerca de 1.700.000 habitantes), cuja maioria étnica é de albaneses e, segundo pesquisas realizadas em 1991, o percentual havia chegado a 85% contra 15% de sérvios, eclodiram novos movimentos de descontentamento.

Ao longo do ano, atuando como entidades separadas, todas as repúblicas realizaram, pela primeira vez desde 1927, eleições livres. Na Croácia, sagraram-se vitoriosos os nacionalistas do HDZ, liderados por Franjo Tudman. Na Eslovênia foi eleito o comunista Milan Kučan; na Bósnia-Herzegovina, os três partidos nacionais mantiveram sua coligação elegendo o muçulmano Alija Izetbegović. Na Macêdonia, venceu o Partido Comunista representado por Kiro Gligorov.

Na Sérvia e no Montenegro, os vencedores foram os comunistas Slobodan Milosevic e o Momir Bulatović, respectivamente.

O desmembramento da Liga dos Comunistas Iugoslavos (LCI) e os diferentes rumos dos processos eleitorais deixaram a Iugoslávia politicamente dividida e à beira de uma guerra civil. Ainda sobreviviam três instituições federais: a Presidência, o Governo e as Forças Armadas.

A Presidência, integrada por um representante de cada república, já não se reunia mais em Belgrado. O Governo Federal era um organismo quase impotente. As Forças Armadas, instituição que continuava ativa e que teria sido capaz de evitar a desintegração da República, se manteve fora da questão.

Em novembro de 1990, os governos da Eslovênia e da Croácia adotaram medidas para colocar sob controle as respectivas forças de defesa territoriais. A iniciativa recebeu a desaprovação do Alto-Comando do Exército Federal Iugoslavo.

No mês de julho de 1991, o Governo da Croácia já havia perdido totalmente o controle sobre a área de Knin (situada no sul do país), a qual passou a ser dominada pelos sérvios que habitavam a região.

Em 15 de maio de 1991, expirou o mandato do sérvio Borislav Jović, na presidência da Iugoslávia. De acordo com a rotação de cúpula, prevista anteriormente por Tito, um croata deveria assumir o cargo. Neste caso, a vez cabia a Stipe Mesić, membro destacado do HDZ croata e pessoa ligada a Franjo Tudman. Os quatros representantes do bloco sérvio (Sérvia, Montenegro, Vojvodina e Kosovo) votaram contra Mesić, ao contrário da Croácia, da Eslovênia, da Macedônia e da Bósnia. O empate bloqueou o sistema, ficando a Iugoslávia sem Chefe de Estado.

A 25 de julho de 1991, a Croácia e a Eslovênia declararam-se independentes, iniciando-se, assim, a guerra civil. Em setembro, um *"referendum"* proclamou a *"República do Kosovo"*. Foi formado um Parlamento clandestino e Ibrahim Rugova, poeta, declarado Presidente. Todavia o Governo permaneceu em exílio na Alemanha e sem o reconhecimento da comunidade internacional.

O Governo da Iugoslávia tentou sufocar o movimento separatista enviando forças federais. Os objetivos eram manter a unidade territorial e proteger os sérvios que habitavam algumas regiões da Croácia. A luta na Eslovênia durou cerca de duas semanas e terminou com a retirada das forças federais. Entretanto, na

Croácia, várias regiões foram ocupadas por forças sérvias. Foi, assim, materializada a criação da República Autônoma dos Sérvios na Krajina (RSK), cuja capital passou a ser a cidade de Knin.

No início de 1992, a Comunidade Econômica Européia (CEE) reconheceu a independência da Croácia e da Eslovênia (15 de janeiro), e da Bósnia (6 de abril).

Em 27 de abril de 1992, foi formada a nova República Federativa da Iugoslávia, composta, agora, pela Sérvia e pelo Montenegro.

Os seguintes fatores teriam contribuído para a desintegração da República da Iugoslávia:

– Estagnação econômica provocada pela não modernização do sistema;

– Desigualdades regionais;

– Ausência de uma liderança nacional capaz de ocupar a posição do Marechal Tito;

– Envelhecimento do modelo político;

– Lideranças políticas baseadas nas diferenças culturais (ideologia x etnia e ateísmo x religião);

– Desintegração da União Soviética e fim da *"Guerra Fria"*;

– Ressurgimento dos nacionalismos.

Aspectos referentes à Independência do Kosovo

No contexto histórico, o Kosovo sempre foi parte integrante do território da Sérvia, reconhecido oficialmente pela ONU e pela comunidade internacional. Entretanto, com o passar dos séculos e em razão da ocupação otomana, os sérvios foram, paulatinamente, deixando essa região e migrando para o norte, como anteriormente mencionado. Em termos geopolíticos, o vazio deixado pelos sérvios fez com que os albaneses, em razão da pressão demográfica e em busca de melhores condições de vida, cruzassem as fronteiras penetrando em territórios vizinhos, tais como a Grécia, a Macedônia, o Montenegro e a Sérvia.

Após a desintegração da Iugoslávia, mais precisamente a partir de 1997, passou a atuar de forma intensa na região do Kosovo, um

movimento guerrilheiro que se denominou *"Exército de Libertação do Kosovo"* (ELK). Com bases na fronteira da Albânia, tinham o propósito de criar Zonas Liberadas na região do Kosovo. Utilizavam técnicas de guerrilha e intimidação contra a minoria sérvia.

Os recursos financeiros que suportavam as ações do ELK eram provenientes de:

– Narcotráfico (uma das maiores rotas de heroína passa exatamente nessa região);

– Recursos financeiros enviados por cerca de 500.000 albaneses que vivem na Europa e nos Estados Unidos;

– ONG e *lobbies* muçulmanos.

Faziam parte dessa organização:

– Ex-integrantes do antigo Exército Iugoslavo, de origem albanesa;

– Albaneses que lutaram no Exército croata durante a Guerra de Independência;

– Ex-membros do Exército albanês;

– Mercenários do Iêmen, do Afeganistão, da Arábia Saudita, da Bósnia, da Croácia, da Alemanha, do Reino Unido e de outros países.

Diante desse quadro, em 1998, o então Presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, intensificou a presença militar sérvia na região, enviando forças federais (Exército e Polícia) para dar combate aos guerrilheiros do ELK, restaurar a ordem e manter a soberania sérvia no Kosovo. A comunidade internacional (entenda-se pelos Estados Unidos da América e por alguns países da União Européia) posicionou-se contra a Sérvia, alegando que o Exército e a Polícia estavam praticando *"limpeza étnica"* contra os *kosovares*.

Ainda no mesmo ano, a OTAN tomou a frente da situação e iniciou negociações com a Sérvia, para solucionar a crise. Estas se prolongaram até março de 1999, sem que as partes tivessem chegado a um acordo. Em 24 de março do mesmo ano, sem uma declaração formal de guerra e sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, foram iniciados os ataques aéreos contra o território sérvio (bases militares e alvos civis). Esses só iriam cessar em 12 de junho do mesmo ano. A partir dessa data a Sérvia perdeu o controle sobre o território do

Kosovo, que passou a ser administrado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ocupado militarmente por forças da OTAN.

Passados nove anos, apesar dos esforços diplomáticos da Sérvia, e diante de forte pressão dos Estados Unidos e de alguns países da União Européia, em 17 de fevereiro de 2008, o Kosovo foi proclamado independente.

Nesse meio período, os Estados Unidos, em razão da nova ordem na Europa e considerando a política de expansão do seu Eixo Estratégico para o leste e para o sul, aproveitaram a oportunidade para intensificar a sua presença nos Bálcãs. No Kosovo foi construída a Base de ***Bondsteel***, localizada em Urosevac, com cerca de 360.000 metros quadrados e com o efetivo de 4.000 homens.

A outra base é a de ***Camp Monteith***, perto da região de Gnjilane, também no Kosovo. A Base de ***Bondsteel*** é utilizada como centro de detenção para prisioneiros oriundos do Afeganistão e Iraque.

A presença norte-americana não se restringe ao Kosovo. Na Macedônia ela se utiliza do polígono de exercícios para artilharia e carros de combate de Krivolak, com cerca de 250 quilômetros quadrados, considerado um dos maiores da Europa Ocidental. Na Bósnia-Herzegovina, mais precisamente na região da cidade de Tuzla, possui um complexo militar (aeródromo e facilidades) de grande porte conhecido como ***Eagle Base*** (***Lukovac Base, Comanche Base e Steel Base***), também utilizado como campo de detenção de prisioneiros oriundos do Oriente Médio.

Quanto à questão política do Kosovo, após sua independência deve ser mencionado que o atual Governo da Sérvia está dividido. Seu Presidente, Boris Tadic (democrata e cumprindo seu segundo mandato), está tentando resolver a questão de maneira diplomática e compreende que a perda do Kosovo é um fato consumado. Seu objetivo maior é o de integrar o país na União Européia, desejo esse de grande parte da população. Por outro lado, o atual Primeiro-Ministro Vojislav Kostuniça (primeiro Presidente eleito após a queda de Slobodan Milosevic em 2001 [19], e que também era democrata)

---

[19] *Slobodan Milosevic deixou o poder em 2000, tendo sido levado para julgamento em Haia em 2001, onde deveria responder por crimes contra a Humanidade. Morreu em 11 de março de 2006, sem que o julgamento tivesse sido encerrado.*

vem se posicionando contra o Presidente Tadic e deseja postergar todas as tratativas para o ingresso da Sérvia na União Européia. Como ponto básico, condiciona a questão da soberania da Sérvia sobre o Kosovo. Quem se está aproveitando da situação é o atual líder do Partido Radical (nacionalista e de direita) Tomislav Nikolic [20]. Ele deseja uma maior aproximação do país com a Rússia e não exclui a possibilidade de retaliações militares. Cabe ressalvar que, após o conflito de 1999, as Forças Armadas da Sérvia, assim como seu Serviço de Inteligência – outrora muito respeitados, sofreram um forte abalo e estão mal armados, desequipados e desatualizados. Qualquer aventura militar no sentido de retomar o Kosovo teria resultado desastroso.

Cabe ainda ressaltar que a União Européia (UE) condiciona a entrada da Sérvia no bloco à questão da independência do Kosovo e à entrega, para julgamento no Tribunal de Haia, de alguns militares e políticos que teriam participado de crimes contra a Humanidade durante a guerra de independência.

Na verdade, todos os políticos sérvios entendem que a questão do Kosovo é um caminho sem volta e que dificilmente será resolvido em seu favor. Entretanto, nenhum deles é capaz de exprimir esse sentimento publicamente, pois não desejam ser, posteriormente, responsabilizados pela perda do território.

Por outro lado, o povo sérvio parece cansado de tantas guerras e intervenções externas e não deseja mais envolver-se em um novo conflito. O povo não possui qualquer ligação real com a região. Ela é apenas emocional e no imaginário do povo, uma vez que permanece viva a imagem da Batalha do Kosovo (1389), como um símbolo da resistência sérvia contra os otomanos. Ademais, o Kosovo é o núcleo geohistórico do país e foi o centro da Igreja Ortodoxa sérvia. Atualmente, lá residem apenas entre 5 e 10 % de sérvios centrados na região de Kosovska Mitroviça (cerca de 150.000 habitantes). As últimas manifestações ocorridas em Belgrado após a independência do Kosovo (17 de fevereiro), e que resultaram em atos de vandalismo contra diversas embaixadas, dentre elas a norte-americana, e outros

---

[20] *O Presidente do Partido Radical ainda é Vojislav Šešelj, atualmente preso em Haia e sendo julgado por crimes contra a Humanidade.*

estabelecimentos, não foram manifestações populares e sim atos orquestrados por membros do Partido Radical e praticados por minorias, sem qualquer apoio popular.

A despeito dos esforços da Sérvia de envolver a Rússia na questão, esta parece ser uma possibilidade remota, pois os russos, considerados como tradicionais aliados dos sérvios, já falharam em outras situações cruciais, tais como: o primeiro levante dos sérvios, em 1804, contra os otomanos; após o atentado em Sarajevo, em 1914; durante a Segunda Guerra Mundial, quando somente em 1944 passaram a apoiar o movimento dos *"partisans"*; e, mais recentemente, nos bombardeios realizados pela NATO, em 1999. Assim, é difícil acreditar que os russos tomarão alguma medida concreta nessa questão, além de esforços na área diplomática.

Apesar do reconhecimento oficial do Kosovo como país por alguns países importantes da União Européia (Alemanha, Reino Unido, França e outros) e pelos Estados Unidos, muitos outros países se mostram preocupados diante da situação. Outras regiões da Europa com acentuadas tendências separatistas tais como os bascos e catalães na Espanha, os irlandeses, os escoceses, os belgas, os corsos e os chechenos, poderiam seguir o mesmo processo.

Finalizando, poderíamos dizer que na História das guerras, territórios são ganhos e perdidos. Esse parece ser o final da questão do Kosovo.

O autor é Capitão-de-Mar-e-Guerra e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

O Estado: Retorno aos Ideais da Idade Média?

Manuel Cambeses Júnior

O consagrado filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel escreveu, em 1802, um dos livros mais importantes do século XIX: a Constituição Alemã. Nele fazia um chamado à formação de um Estado unitário alemão como requisito indispensável para que os germânicos adentrassem nos tempos modernos. Naquela época, entretanto, a Alemanha se achava dividida em reinos, principados, ducados, territórios eclesiásticos e entidades autônomas dos mais variados matizes. Dentro dela, Áustria e Prússia não somente se haviam convertido em duas forças dominantes, assim como eram os únicos territórios que encarnavam verdadeiros Estados no sentido moderno. Em sua obra, Hegel fazia referência ao princípio de organização feudal que prevalecia na Alemanha e que reconhecia e garantia, a cada um de seus integrantes, o direito de livre arbítrio. Tratava-se, efetivamente, de um direito definido por todos e assentado na chamada *"liberdade alemã"*. Para Hegel esta *"liberdade"*, que servia de base à desunião, não passava de um anacronismo que mantinha a Alemanha de costas para a História. Isto submetia os alemães a uma manifesta condição de atraso frente aos grandes Estados nacionais da Europa, como França e Inglaterra.

Friedrich Hegel formulava um vigoroso chamado à conformação de um verdadeiro Estado alemão. Entretanto, várias décadas tiveram de se passar para que isso se transformasse em realidade. Foi em 1871 que essa aspiração unitária se consolidou com a criação do moderno Estado germânico.

Também na Itália, a partir de 1815, começou um movimento a favor da unificação do país, o qual, semelhante à Alemanha, se encontrava dividido em múltiplos reinos, principados e ducados, bem como em um Estado papal. Este movimento, que ficou conhecido como o *"Ressurgimento"*, teve como seu maior expoente intelectual o célebre Mazzini. Este, diferentemente de Hegel, que escrevia suas obras em um alemão comum a todos os alemães, utilizou o idioma francês

para escrever o seu trabalho literário. A razão disto é que havia tantos dialetos e variações do idioma italiano, que não existia uma linguagem que fosse comum a todos.

Após longos anos de conspirações e combates, o novo Estado italiano pode tornar-se realidade, em 1861. Desta maneira, os italianos conseguiram emergir da Idade Média para adentrarem as filas da modernidade. Foi a partir da conformação desse Estado unitário que pode surgir também outra nova criação: uma linguagem comum a todos os italianos.

Quando homens talentosos como Hegel, Bismarck, Mazzini ou Garibaldi lutaram pela conformação de Estados unitários, estavam convencidos de que a força da História os acompanhava. Estavam convictos de que, ao banir as divisões territoriais e autônomas herdadas da Idade Média, ingressariam nos novos tempos e se adaptariam às exigências do futuro. Poderiam eles imaginar que ao finalizar o século XX, a modernidade se identificaria com os fracionamentos, as divisões territoriais, as autonomias desatadas e a proliferação de diversas linguagens no interior de vários Estados? Faz-se mister ressaltar que este processo não é novo. Como exemplo pode-se citar a Espanha que, na década dos anos trinta, enveredou por estes caminhos, sob o rótulo de *"modernidade"*. Em 1931, uma das inteligências mais brilhantes deste País, em todos os tempos, José Ortega Y Gasset, propugnava nas cortes constitucionais a necessidade de dar rédeas soltas às autonomias regionais. Não obstante, foi com o colapso do comunismo que este processo recuperou toda sua força. De fato, bem poderia afirmar-se que o muro de Berlim não somente representava a última muralha de contenção do pensamento político frente ao avanço do setor econômico, bem como do ideológico em face do avanço do cultural. Com a queda do Muro de Berlim a economia passou a ocupar espaços de preeminência que antes eram reservados ao setor político. Porém, ao mesmo tempo, com o desaparecimento das barreiras ideológicas, o fenômeno cultural pôde atingir plena força e vigor. Durante muito tempo as identidades, sinônimo do cultural, estiveram reprimidas em função das imposições ideológicas. Com a fratura das ideologias, o surgimento do cultural ocorreu de forma inevitável.

Dele nos fala Samuel P. Huntington, em sua famosa obra *"The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order"*. Segundo suas

palavras, *"no mundo do pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. São culturais. Os povos e as nações estão tentando responder à pergunta mais elementar que os seres humanos podem formular: quem somos? Os povos estão definindo-se a si próprios em termos de religião, linguagem, História, valores, costumes e instituições. Eles se identificam com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações. Os povos estão utilizando a política, não somente para promover seus interesses, como também para definir suas identidades".*

Diante deste novo cenário, a marcha dos tempos aponta em direção aos particularismos culturais. Cada município, cada cidade, cada região, busca encontrar sinais definitórios de seu próprio ser. Reivindicar tradições locais ou regionais, dialetos, costumes específicos, está em moda no mundo atual. Inevitavelmente isto somente é possível à custa do poder e do sentido unitário dos Estados centrais. O poder que até pouco tempo eles detinham flui agora em duas direções distintas: para cima, em direção aos organismos supranacionais e coletivos; para baixo, em direção a regiões cada vez mais autônomas, as quais se consideram mais representativas de uma identidade étnica ou grupal. Sob esta ótica, o Governo inglês decidiu tomar a iniciativa de reformar as bases constitucionais da Nação, devolvendo à Escócia e ao País de Gales autonomias perdidas há séculos. O curioso deste processo é que o próprio Estado central se transformou em artífice de seu debilitamento, assumindo frente a tais regiões à *"venda"* da idéia autonomista. Se bem que no caso da Escócia o estado de ânimo prevalecente favorecia este processo. Em Gales foi necessário que o Governo central pusesse todo o seu poder de convicção frente aos reticentes eleitores locais.

No momento em que o Kosovo volta à cena, nenhum europeu deve se esquecer da tragédia que motivou a intervenção da comunidade internacional. Em realidade, enfrenta-se hoje o último avatar do esfacelamento da ex-Iugoslávia.

Diante desta curiosa realidade, que diriam Hegel ou Mazzini desta volta aos ideais da Idade Média?

O autor é Coronel-Aviador, conferencista especial da Escola Superior de Guerra, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Vice-Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Crise Anunciada

Luiz Gonzaga Schröeder Lessa

A iminência de um conflito armado e a grave crise diplomática que hoje testemunhamos na América do Sul há muito estava anunciada, pois eram crescentes as tensões políticas e as diferenças ideológicas entre Venezuela e Colômbia.

O Equador apareceu como conseqüência. Não resta dúvida de que a Colômbia deve ao país vizinho explicações e desculpas pela invasão do seu território. A soberania do Equador foi de fato violada e somente à Colômbia cabe desanuviar as tensões que gerou e esvaziar o sensível contencioso diplomático estabelecido, o que na realidade se tornou mais difícil pelo rompimento de relações diplomáticas entre os dois países.

O que causa espécie, mas não surpresa, é a virulência com que Hugo Chávez atacou a Colômbia, como se a agressão tivesse acontecido contra a Venezuela, que há muito sofre com as freqüentes violações da sua fronteira pelas milícias das FARC, que seqüestram, matam, expropriam.

A confirmar essa grave denúncia colombiana, fica mais do que provada a indesejada e a descabida interferência venezuelana nos assuntos internos da Colômbia, apoiando as ações arbitrárias e violentas das FARC e promovendo, em contrapartida, ruidosa campanha contra um Governo legitimamente eleito pelo seu povo.

A participação da Venezuela como incentivadora do agravamento da crise demonstra o quão perigoso é o programa de rearmamento que está em curso no país e que se já estivesse adiantado, daria ao conflito uma nova e preocupante dimensão.

Felizmente, as Forças Armadas venezuelanas estão com seu poder de combate contido e os deslocamentos realizados para a fronteira têm muito mais valor simbólico do que real. As aeronaves Sukhoi, recém-compradas da Rússia, são ainda em número muito insuficiente para assegurar até mesmo uma superioridade aérea, vital na eventualidade de um conflito armado. Muito diferente seria

a situação se o vultoso programa de reequipamento estivesse em conclusão, o que motivaria um desequilíbrio de forças muito grande no continente sul-americano.

Armas, em mãos ditatoriais, sempre foram um perigo, principalmente quando o ditador do momento enfrenta grande queda na sua popularidade, motivada por sério desabastecimento de produtos básicos, e busca um enfrentamento externo para superar as dificuldades internas. É o modelo que está sempre à disposição das ditaduras. O Governo de Rafael Correa no Equador, populista, legitimamente eleito, sofre também a forte influência política e ideológica de Hugo Chávez, embora não tanto quanto Morales na Bolívia.

É claramente simpático às FARC, apoiando-as ostensivamente. Os recentes documentos liberados por Álvaro Uribe comprovam os estreitos laços entre o Governo equatoriano e o movimento guerrilheiro.

É de se perguntar: o que fazia um grande grupo de guerrilheiros colombianos em território equatoriano, por um período de cerca de 10 dias, chefiado por um dos homens mais importantes da organização, sem que houvesse nenhuma reação das forças militares?

Há que se compreender que não é fácil, em uma região como aquela, de mata densa, detectar a presença de grupos guerrilheiros, mas o que chama a atenção é a liberdade de ação e a desenvoltura com que atuavam, estando mesmo à espera de uma prévia audiência com agentes governamentais.

Da operação militar propriamente dita, o que fica muito evidente é a precisão com que as forças colombianas atuaram, revelando uma estreita e íntima coordenação entre os segmentos terrestres e aéreos e o domínio de uma apurada inteligência, que combinou sofisticados equipamentos eletrônicos, comunicação via satélite e a mais primitiva das fontes de informações – o ser humano.

Esse conflito tripartite traz lições preciosas para as Forças Armadas brasileiras.

Crises, na sua maioria, surgem inesperadas, e podem ficar fora dos controles e parâmetros normais. Em casos agudos, a diplomacia só terá êxito se tiver a respaldá-la Forças Armadas modernas, dotadas de efetivo poder dissuasório.

Não é o caso brasileiro. Com a palavra o comandante supremo, que tem a maior responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso quando forças militares forem chamadas a intervir.

As FARC sofreram um duro revés, que pode levá-las a considerar a via política como a mais racional para uma pacificação.

Pessoalmente não acredito nessa alternativa, e creio mesmo que a opção do movimento guerrilheiro será para o endurecimento, o incremento das suas atividades militares, e violentas; é bem provável que irrompa uma luta interna pelo poder e pela supremacia de uma das linhas – a política ou a militarista – luta que só atingirá o seu clímax e se imporá com a morte do líder supremo, Manuel Marulanda Vélez, o Tirofijo.

O Brasil, a exemplo de conflitos anteriores, o mais recente deles a confrontação Peru-Equador, tem um importantíssimo e inalienável papel a desempenhar na busca pela pacificação entre as partes, negociando no âmbito estrito da Organização dos Estados Americanos (OEA), evitando que a disputa ganhe contornos mundiais, que a ONU venha a se impor e que na esteira disso tudo os Estados Unidos da América não interfiram mais do que já vêm realizando com a sua presença na Colômbia.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2008.

O autor é General-de-Exército, ex-Comandante do Comando Militar da Amazônia e ex-Presidente do Clube Militar.

Cumbica

Fernando de Almeida Vasconcellos

Na década de 60, a Base Aérea de São Paulo, localizada em Cumbica, era uma das mais bonitas e poderosas da Força Aérea. Sediava dois Esquadrões do 10º Grupo de Aviação e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, além de uma esquadrilha de adestramento com aviões T-6 armados com metralhadoras e foguetes, origem dos futuros Esquadrões Mistos de Reconhecimento Armado (EMRA). O 1º Esquadrão era equipado com bimotores B-25 e cumpria missões de Reconhecimento Foto, Visual e Meteorológico. O 2º Esquadrão era equipado com helicópteros H-13 e H-19 e com os anfíbios SA-16 Albatroz, e cumpria missões de Busca e Salvamento, além de ser responsável pela formação dos pilotos de aeronaves de asas rotativas.

Na década de 70, os B-25 já tinham sido substituídos pelos B-26 provenientes de Natal e o Esquadrão de Busca e Salvamento tinha sido transferido para Florianópolis. A substituição do equipamento implicou na mudança da missão do 1º Esquadrão, agora subordinado a uma Força Aerotática, também sediada em Cumbica. Como ainda não tinha sido construído o atual aeroporto, o Esquadrão e a FAT estavam instalados no setor norte da única pista de pouso então existente. No setor sul estava instalado o 4º Esquadrão de Transporte Aéreo, equipado com aeronaves C-47 e subordinado operacionalmente ao COMAR IV.

Para atender a todo este efetivo, a Base dispunha de excelentes residências, distribuídas entre colinas e um lago e no meio de vasta área verde. Os moradores da capital, acostumados, nos fins de semana, a fugir da floresta de concreto em que viviam, em busca do verde, ficavam surpresos ao descobrir toda aquela área arborizada, tão próxima da capital. A cidade de Guarulhos ainda não tinha crescido em direção ao aeroporto, como hoje ocorre. A Base era totalmente isolada e tínhamos de ir a Guarulhos, onde estavam as escolas e o comércio; o único acesso asfaltado era a Dutra. Devido a essas restrições, funcionavam na Base

algumas facilidades, como posto de gasolina, padaria, açougue e um reembolsável, que vendia gêneros alimentícios e artigos que hoje são encontrados em supermercados.

Inicialmente, o Comandante da Base acumulava o Comando da EAOAR. Na década de 70 a Escola passou a ter comando próprio. Nela eram ministrados os Cursos de Preparação de Instrutores, de Tática Aérea e de Aperfeiçoamento. No Curso de Tática Aérea, os oficiais eram preparados para desempenharem funções nos esquadrões de combate da Força. Seu coroamento era a realização de uma manobra simulada durante a qual os alunos planejavam missões de Caça, de Patrulha, de Reconhecimento e de Bombardeio. Em épocas anteriores, os Esquadrões se deslocavam para Cumbica e realizavam as missões planejadas pelos alunos. Posteriormente, o Curso de Tática foi transferido para Natal, passando a ser ministrado para os aspirantes recém-formados na Academia. O Curso de Aperfeiçoamento preparava os oficiais para exercer funções administrativas e para dominar a técnica da apresentação de exposições orais.

Como a maioria dos alunos era de fora de São Paulo, a Escola funcionava em regime de internato, dispondo de excelentes instalações para estudo e pernoite. Dois C-47 do COMTA transportavam os alunos para o Rio na tarde da sexta-feira. Na segunda-feira, pela manhã, faziam o percurso inverso, muita vezes comprometido pela neblina, o que levou os índios a denominar de *Cumbica* aquela localidade. Além da neblina, outra característica do tempo naquela época era o frio intenso que fazia no inverno. Temperaturas abaixo de zero foram registradas, o que associado à umidade, levava ao uso de aquecedores, tanto no trabalho como nas residências.

Os instrutores da Escola concorriam à escala de vôo do 4º ETA. Dentre as missões realizadas pelo Esquadrão destacavam-se aquelas em apoio ao Projeto Rondon e aos Destacamentos de Proteção ao Vôo existentes na rota para Manaus. No Projeto Rondon eram transportados alunos e professores entre as sedes das universidades e seus *campi* avançados, localizados na Região Norte do País. Para apoiar a rota para Manaus, a Força Aérea construiu alguns campos de pouso pioneiros, nos quais instalou equipamentos de apoio à navegação. Para operar estes equipamentos, instalados em localidades totalmente isoladas, equipes da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo eram

designadas para servir nessas localidades, dependendo muitas vezes exclusivamente do apoio semanal prestado pelos aviões dos ETA.

Numa missão típica, o C-47 decolava de Cumbica, carregado com gêneros alimentícios providenciados pelo COMAR. Da tripulação faziam parte também um médico e um enfermeiro, que prestavam apoio de saúde nas localidades isoladas. No primeiro dia de viagem eram feitos pousos intermediários em Uberaba, Uberlândia, Goiânia, Aragarças e Xavantina. Nesta localidade eram embarcadas, no dia seguinte, peças inteiras de carne fresca, de gado recém-abatido. Os gêneros eram entregues em Xingu, Cachimbo e Jacareacanga. Em Xingu e Cachimbo a dependência da aeronave era total: se ela não pudesse aparecer, por motivos mecânicos ou meteorológicos, as equipes dos postos avançados passavam a depender de caça e pesca para sobreviver. Já para os tripulantes, os pousos ou pernoites intermediários eram motivo de festa para os apreciadores da caça ou da pesca, esta farta nos rios caudalosos da região; ou de preocupação para os mais alérgicos às picadas dos mosquitos, igualmente fartos na região. Em Jacareacanga, os mosquitos atacavam de tal maneira que na maior parte das vezes a tripulação nem saía do avião, cabendo ao pessoal do Destacamento levar a bordo as informações e os formulários necessários ao preenchimento do plano de vôo.

Os pilotos que hoje operam desfrutando de todo o apoio fornecido pelo desenvolvimento da Informática e da Eletrônica não podem imaginar o que era o vôo naquela época. O C-47 não dispunha de piloto automático. Isto significa que, durante toda a viagem, a subida, a manutenção da rota e da altitude, assim como a descida eram conduzidas manualmente, com referência a instrumentos mecânicos e analógicos, e isto era bem penoso quando as condições eram de turbulência. Vale lembrar que também não dispunha de radar, o que fez alguns companheiros entrar, sem perceber, em formações pesadas. O único apoio à navegação era o radiocompasso, cujo ponteiro apontava de maneira pouco precisa a estação-rádio sintonizada. Nos campos avançados, a potência da estação transmissora era pequena. Em conseqüência, a informação só era efetiva poucos minutos antes da chegada ou depois da decolagem. A maior parte da navegação era visual, comparando cada curva dos rios sobrevoados com o constante de mapas pouco precisos e atualizados. O alcance do VHF era pequeno

e muitas mensagens de posição eram transmitidas em Código Morse pelos radiotelegrafistas. Nos campos avançados não havia torre de controle. O operador da estação-rádio não tinha visão da pista ou de seu entorno, daí limitar-se a informar as condições meteorológicas disponíveis. Cabia ao piloto informar cada passo do procedimento de pouso. Se voando por instrumentos, este procedimento era – mui adequadamente – denominado *problema de descida*. O piloto bloqueava (sobrevoava a vertical) do auxílio-rádio e descia sobre ele, efetuando padrões com o formato de um hipódromo, denominados *órbitas*, até uma determinada altitude, na qual iniciava o afastamento – ainda descendo – uma curva e o retorno para o auxílio, onde deveria encontrar condições visuais. Nas terminais mais movimentadas, como Rio e São Paulo, havia torres e controladores, mas estes não dispunham de radar. As aeronaves ficavam orbitando sobre os auxílios-rádios, cada uma em determinada altitude. Quando uma aeronave pousava, a seguinte era autorizada a iniciar o procedimento e cada uma das demais, sucessivamente, baixava de altitude na órbita.

Na época em que o Ministério da Aeronáutica empregava e aplicava a teoria do Poder Aéreo Unificado, nossos antecessores, mui acertadamente, conceberam a estratégia da Aviação Regional. Assim, foi garantida a carga de trabalho para a EMBRAER, que tinha concebido o Bandeirante, e foram criadas empresas para atender a demanda por transporte aéreo de cidades menores, nas quais não era economicamente viável o emprego de aeronaves de maior porte. O ETA 4 foi uma das primeiras Unidades a receber o Bandeirante e os primeiros cursos foram ministrados na VASP, que operava estas aeronaves em suas linhas regionais. Foi um grande avanço sair do C-47 para essa moderníssima aeronave, com cabine ergonômica, piloto automático, ar-condicionado, radar, VOR e ILS, e que, nos dias atuais, já está tendo sua substituição estudada...

O autor é Tenente-Brigadeiro-do-Ar.

Projeto Calha Norte
Breve Abordagem

Manoel Soriano Neto

Pródromos

A Amazônia, felizmente, vem despertando o interesse nacional! Ela é alvo de uma pertinaz cobiça, desde o século XVII, a qual se agudizou, nos dias hodiernos, em vista da progressiva escassez de recursos naturais nos países desenvolvidos. Ao Brasil, que detém cerca de 60% da Gran ou Pan-Amazônia, cumpre guardá-la, defendê-la e explorá-la, racionalmente, sem considerar a opinião dos que a desejam, com escusas intenções, *"preservá-la"* como um intocável museu, parque ecológico ou santuário natural do planeta. A Floresta Amazônica não pode ser *"congelada"*, como se uma estratégica e imensa reserva técnica/almoxarifado fosse, para a utilização, em médioprazo e em longo prazo, por nações hegemônicas que, por isso, pugnam por seu tombamento como *"patrimônio comum da Humanidade"*, tal e qual os vetustos patrimônios, *verbi gratia*, da arquitetura de países muito antigos. A Amazônia, bastante diversificada e contrastante, não é o propalado *"inferno verde"*; ela é, sim, dos brasileiros, para o seu próprio usufruto, pelo que devemos estar aprestados contra veleidades alienígenas em internacionalizá-la ou *"planetarizá-la"*, transformando-a em gigantescos laboratórios de experimentação ou em *"jardins botânicos ou zoológicos"*, em nome de questões ambientais, indígenas, climáticas etc. Para tanto, precisamos saber resistir, mesmo que a ferro, a fogo e a sangue, com os meios de que dispomos, sendo um deles, a *"estratégia da resistência"*.

Advertência Preliminar

Assim, traçados esses prolegômenos, passemos à abordagem do Projeto Calha Norte.

Muito já foi escrito acerca do assunto. Destarte, não há como nos afastar da repetição de enfoques dados ao tema, por vários exegetas ilustres e competentes. Uma dificuldade que exsurge, no entanto, é a seleção do que seja mais relevante dentre tantos aspectos importantes.

Um Pouco de História

a) A partir de fins do século XVI, franceses, holandeses e ingleses incursionaram pelo baixo Amazonas, com intuitos exploratórios, de comércio e de fixação na área. O povoamento da região teve início em 1616, com a construção do Forte do Presépio – origem de Belém do Pará – caracterizando, portanto, há 392 anos, a presença militar luso-brasileira na imensidão amazônica.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, foram erguidas, em pontos estratégicos, 35 fortificações, de que é modelo o monumental Forte Príncipe da Beira, obra-prima da arquitetura militar colonial.

No Segundo Império, dá-se início à colonização, quando foram criadas colônias militares.

b) Nos dias atuais, deparamo-nos com o grave problema da integração da *"Ilha Amazônica"* ao todo nacional. Este, aliás, sempre foi o sonho dourado, o objetivo-síntese, do patriótico Projeto Rondon: *"Integrar para não Entregar"*. Em várias e extensas áreas amazônicas, a única marca da presença governamental é a existência de singelos aquartelamentos de Pelotões de Fronteira do Exército. E tal fato está compaginado com o assunto em comento, o Projeto Calha Norte (PCN), como apresentado adiante. Acrescente-se a isso, a cobiça internacional sobre a Amazônia, desde os tempos coloniais. A propósito, em apertada síntese, reavivemos, dentre muitos outros, alguns episódios referentes ao desejo de internacionalizar-se a região ou dela tirar-se o máximo de vantagens. Ei-los:

– a esquipática tese esposada pelo Chefe do Observatório Naval de Washington, Mathew Maury. Ele propunha a ocupação norte-americana da Amazônia, a qual *"formava com o Golfo do México, um único complexo geográfico, sendo o Rio Amazonas nada mais do que o prolongamento do Mississipi"*;

– a tentativa da UNESCO, em 1948, de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, aceita de forma subserviente pelo Brasil e tão-somente depois rejeitada pelo Congresso;

– a proposta do *Hudson Institute*, apresentada em 1967, de nome *"Plano Mar Mediterrâneo"*, que previa a construção de sete lagos – quatro,

no Brasil, e três, na Colômbia – na Floresta Amazônica, e a abertura de uma hidrovia interior, com saída para o Pacífico, alternativa ao Canal do Panamá;

– a persistente campanha, desde 1981, do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, para a criação de *"nações indígenas"*;

– a instalação, nas duas últimas décadas, de 20 bases e guarnições ianques, aéreas ou de radar (as *"forward bases"*) em países amazônicos, nossos vizinhos;

– as declarações ofensivas, de gradas autoridades mundiais, como a mais recente, do Diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), o francês Pascal Lamy: *"A Amazônia deve ser considerada um bem público mundial e administrada pela comunidade internacional"*.

c) A fim de melhor promover o desenvolvimento e preservar a soberania nacional, os países amazônicos – por iniciativa do Governo João Figueiredo – avençaram, em 1978, o Tratado de Cooperação Econômico-Social, hoje denominado de Organização do Tratado Inter-Regional de Cooperação Amazônica (OTCA), conhecido como *"Pacto Amazônico"*. Por diversas razões, o Pacto não atingiu os objetivos colimados, um deles a criação de um Mercado Comum Amazônico (como viria a ocorrer com o Tratado do MERCOSUL, celebrado em Assunção, em 1991);

d) Frustradas as expectativas do *"Pacto Amazônico"*, o Brasil passou a estudar um projeto especial para a Amazônia brasileira. Eis a gênese do PCN, que saiu do papel, de forma acelerada, em 1985, em face de um incidente de fronteira, linhas à frente referido.

O Projeto Calha Norte (da criação aos dias atuais)

a) A defesa e o desenvolvimento sustentável da Amazônia são os objetivos prioritários do PCN, hoje com dimensões bem maiores daquelas inicialmente estabelecidas, como assinalaremos.

O Projeto possui várias vertentes, não sendo, como alhures difundido, exclusivamente militar, apesar de que cerca de 60% de seus recursos são alocados para projetos militares. Ele foi desencadeado de forma célere por causa de um incidente provocado pela penetração de

guerrilheiros colombianos em território brasileiro, no ano de 1985. Em 4 de julho de 1993, em artigo intitulado *"Algo de Novo e o Calha Norte"*, declarou o ex-presidente José Sarney:

"Quando assumi a Presidência, logo nos primeiros meses, maio de 85, éramos surpreendidos com a presença de uma coluna guerrilheira do M 19, grupo revolucionário da Colômbia, entrando em São Gabriel da Cachoeira para abastecer-se. Para lá deslocamos tropas e os mandamos de volta. Determinei que o Conselho de Segurança estudasse imediatamente um programa de defesa das nossas fronteiras mortas e secas das vastas regiões amazônicas. Veio o Projeto Calha Norte."

b) Em junho de 1985, foi aprovada uma Exposição de Motivos para a implantação, em curto prazo, do PCN. Assim, sob a orientação do Ministro-Chefe da Casa Militar, General Rubens Denys, dá-se início, em 1986, às ações do PCN na região ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, daí o nome do programa. O Projeto (hoje muito mais amplo) abrangia 14% do território nacional, numa superfície de 1.221.000 quilômetros quadrados, povoada por 1,7 milhão de habitantes, que se estendia pelos estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima. Essa área, dissociada geograficamente do restante do Brasil, pelos rios Amazonas, Negro e Solimões, com 160 quilômetros de faixa de fronteira, de Tabatinga ao Rio Oiapoque, carecia (e ainda carece) de um trabalho sinérgico e coordenado de ministérios e de órgãos governamentais. Diga-se que a situação de desassistência dessa ampla região foi minimizada, recentemente, pela transferência de três Brigadas de Infantaria, de Santo Ângelo (RS), de Petrópolis (RJ) e de Niterói (RJ), para Tefé (AM), Boa Vista (RR) e São Gabriel da Cachoeira (AM), respectivamente, com as suas peças de manobra transformadas em Batalhões de Infantaria de Selva (dando ensejo à criação de novos Pelotões de Fronteira) e a instalação de outras Organizações Militares, como vários Tiros de Guerra.

c) Os objetivos do PCN são:

– aumento da presença brasileira na área;

– ampliação das relações bilaterais com os países vizinhos;

– expansão da infra-estrutura viária para complementar o transporte fluvial, o mais importante fator de integração regional;

– fortalecimento da ação dos órgãos governamentais;

– intensificação da demarcação de fronteiras;

– promoção da assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas.

d) Apesar da benemerência desses nobilitantes objetivos, somente as FFAA responderam à altura, aos desafios por eles propostos. O Exército, já razoavelmente articulado na região, disponibilizou, em seus Pelotões de Fronteira, um pavilhão, denominado de *"pavilhão de terceiros"*, para o acolhimento de órgãos governamentais com responsabilidade no Projeto (INCRA, FUNAI, FUNASA, IBAMA, PF, EMBRAPA, Receita Federal etc.). Lamentavelmente, tais pavilhões estão, em sua grande maioria, ociosos. É que os ditos Pelotões encontram-se no meio da floresta, a muitos dos quais somente se tem acesso por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) ou helicópteros do Exército (há um Batalhão de Helicópteros em Manaus).

Acrescente-se que é notável a implantação de uma estrutura viária na Região Amazônica, pelo 2° Grupamento de Engenharia de Construção, sediado em Manaus, por intermédio de seus cinco Batalhões de Engenharia de Construção.

Também a instituição pelo Exército, com a participação das outras Forças co-irmãs, de uma estratégia de dissuasão, chamada de *"estratégia da resistência"*, treinada desde 1994, constituiu-se em fator relevante para a concretização dos objetivos do PCN, em sua expressão militar.

Não podemos deixar de citar os inestimáveis serviços prestados pela Marinha do Brasil, por meio de navios e lanchas da Flotilha da Amazônia (onde se sobrelevam as ações de misericórdia, de seus navios-hospitais), em 22.000 quilômetros de rios navegáveis, e pela criação, na Amazônia Ocidental, de um Distrito Naval, na cidade de Manaus.

Quanto à FAB, gostaríamos de destacar as missões do CINDACTA IV (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo IV), aquartelado em Manaus. Tal Centro absorveu as tarefas do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), ativado desde 2002, em uma área de 5,5 milhões de quilômetros quadrados, que cobre toda a Amazônia sul-americana. Trata-se do mais sofisticado

aparato de monitoramento do mundo, de detecção e alarme aéreo por antecipação, sendo também utilizado, em parceria, por países vizinhos. As missões do citado Centro são as de Defesa Aérea, Controle de Tráfego Aéreo, monitoramento de navegação fluvial, observações ambientais por sensoriamento remoto etc., para as quais ele dispõe de uma densa e complexa rede integrada por três Centros de Vigilância Regionais, por satélites, radares fixos e móveis, estações meteorológicas e de monitoramento ambiental, equipamentos avançados de telecomunicações, aeronaves de ataque e de características especiais etc. e de pessoal altamente qualificado. Aduza-se que o SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) foi concebido para a coleta e integração de informações relativas ao meio ambiente, à climatologia, e outras, com vistas a ações globais do Governo. O Sistema, diretamente subordinado à Casa Civil da Presidência da República, muito se ampara no trabalho do CINDACTA IV, porém ainda não funciona a contento. A respeito do assunto, atentemos para as afirmações do Brigadeiro Ivan Frota, em seu artigo *"Desmilitarizar, Não! Mas, Sim, Completar a Militarização!"*, publicado na *Revista do Clube Militar*, jan. 2007:

"O CINDACTA IV, sozinho, guarnece toda a Amazônia brasileira (5.200.000 km²), incorporando a atividade complementar de vigilância dos céus daquela área (Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM) e provendo informações eletrônicas, em tempo real, para viabilizar o funcionamento do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)."

E mais: as responsabilidades da Força Aérea na região assaz se ampliaram, em decorrência da recente *"Lei do Tiro de Interdição"* (mais conhecida como *"Lei do Abate"*), para a interrupção e inibição de vôos clandestinos de narcotraficantes, contrabandistas etc.

e) Mas façamos uma visada-à-ré e retornemos à evolução do Projeto, criado, repita-se, em 1985, e implementado a partir do ano seguinte.

O Governo de Fernando Collor modificou, radicalmente, o PCN; e ainda criou, em 1991, a descomunal Reserva Indígena Ianomâmi, de funestas conseqüências, mormente nos dias atuais (quando outra foi criada, de nome Raposa Serra do Sol, também de dimensões colossais, ambas nas *"orelhas"* de Roraima, ricas em minerais estratégicos, e que

podem se transformar em "nações indígenas"), em frontal testilha com as metas traçadas para o Projeto.

Em 1999, o PCN, subordinado ao Ministério da Defesa, situação em que se encontra até hoje, foi revigorado, tendo sido firmado um convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Superior de Administração Econômica (ISAE) para o estudo sistêmico de sua área de atuação, consoante sete planos elaborados para os municípios mais carentes.

Desafortunadamente, o Projeto não prosseguiu com o desempenho desejado, ressalvando-se o esforço hercúleo das FFAA para o cumprimento de sua parte no programa, pois além de terem as suas atribuições por demais aumentadas, adquiriram o necessário *"poder de polícia"* para nela operarem, *"ex vi"* da Lei Complementar nº 117/2004.

f) O PCN ampliou, sobremaneira, ao longo dos anos, a sua área de abrangência, pela inclusão de municípios do Acre e de Rondônia; deveria até ter mudado de denominação, pois não mais abarca apenas a *"calha norte"* dos Rios Amazonas e Solimões. Para aferirmos, atualmente, a grandiosidade do programa, diga-se que ele engloba 194 municípios dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, numa área de 2.743.986 quilômetros quadrados, correspondente a 32% do território nacional. Esta imensa área possui quase oito milhões de habitantes, dentre estes, 30% da população indígena do País.

Lastimáveis, apesar do gigantismo alcançado pelo PCN, são os sucessivos cortes e contingenciamentos de recursos que o Projeto vem sofrendo desde a sua criação, sendo correto afirmar-se que ele é dinamizado, quase que exclusivamente, pelas FFAA.

Conclusão

Os problemas amazônicos não devem ser vistos somente pelo viés de questões ambientais, indígenas etc. Urge que eles sejam encarados também sob os enfoques militar, de defesa e de guarda da ambicionada região. Todos esses problemas são imbricados e o PCN, do qual fizemos uma breve abordagem, teve o grande mérito de isso evidenciar.

Na Amazônia brasileira há um *"vazio de poder"*, como afirmou o atual Comandante Militar da Amazônia, General Heleno. Caso não

sejam tomadas urgentes providências, aos poucos e sub-repticiamente, máxime por uma *"invasão branca"*, de espiãs e traiçoeiras ONGs, nacionais e estrangeiras, esse vazio vai aumentar.

Infelizmente, nas duas últimas décadas, o Brasil submeteu-se (e continua se submetendo), precipitada e humilhantemente, à *"nova ordem mundial"* – da globalização neoliberal e da ganância desenfreada. Foram, e estão sendo cerceadas, neste período triste e vergonhoso, que, no futuro, inexoravelmente, a nossa História há de apontar, as justas pretensões brasileiras nos campos científico-tecnológico, nuclear, aeroespacial, militar etc., mercê da subserviência de nossos governantes e elites dirigentes aos ditames dos mais poderosos, com quem celebramos vexatórios acordos, como se fôssemos a *"Botocúndia do Jeca Tatu"*, para relembrarmos do nacionalismo de Monteiro Lobato... Necessitamos, imediatamente, resistir, reagir e exacerbar o orgulho nacional, hoje bastante amolecido, não vergando nossa cerviz a interesses atentatórios à soberania nacional. Lembremo-nos da altivez de um Brigadeiro Eduardo Gomes que, em 1945, após solicitação do Vice-Almirante dos EUA, Jonas Ingram, para que ele propusesse ao Presidente da República *"uma administração mista"*, acima da soberania brasileira, para as Bases do Nordeste, respondeu, pronta e bruscamente: *"Never!"*.

Por derradeiro, alertemos: o pretexto de que o PCN nada mais é do que *"a militarização da Amazônia – pulmão do mundo"* – vem sendo brandido por entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ONGs de rapina, parlamentares vendilhões e tantos outros *"malditos-sejam"*, inquinados de mentalidade entreguista e/ou revanchista. Tal mentalidade retardou e está retardando as patrióticas e constitucionais atividades do Projeto, principalmente pelos infames e sistemáticos cortes e contingenciamentos de verbas destinadas às FFAA e que o impulsionam, prioritariamente, como nenhuma outra Instituição faz.

A Amazônia é dos brasileiros e para os brasileiros! SELVA!

O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior do Exército Brasileiro e historiador militar.

Amazônia: Vulnerabilidade, Cobiça, Ameaça

Luiz Eduardo Rocha Paiva

"Entre outros males, estar desarmado significa ser desprezível."
(Maquiavel, *"O Príncipe"*)

Introdução

O presente texto tem por finalidade apresentar uma real ameaça à soberania nacional e à nossa integridade territorial, caso o País não reverta suas vulnerabilidades na Amazônia brasileira.

A documentação que trata da Defesa Nacional considera como sendo **difusas** as ameaças que podem afetar o Brasil, o que exige o preparo de nossas Forças Armadas (FA) calcado em capacidades para atuar em diferentes cenários de conflitos.

O preparo com base em capacidades para enfrentar desafios distintos faz sentido. Porém, há que se entender a diferença entre **desafios** (ou problemas), que afetam a segurança nacional, mas que o País pode neutralizar com recursos próprios, e **ameaças** que coloquem em risco a integridade territorial e a nossa soberania, quando o Estado não dispõe de meios suficientes para dissuadir ou derrotar o(s) oponente(s).

As chamadas *"novas ameaças"*, dentre elas os delitos transnacionais, o crime organizado, o terrorismo internacional e a questão ambiental estão no universo dos desafios/problemas, mais do que, propriamente, no das ameaças. O Estado brasileiro tem recursos para neutralizar estes antagonismos, antes que se tornem ameaças, se houver vontade política.

Por outro lado, a cobiça internacional pelas riquezas da Amazônia brasileira caracteriza uma ameaça concreta à soberania e à integridade territorial, uma vez que envolve interesses que tendem a ser vitais, no futuro, para as grandes potências, que já demonstraram como atuam nesses casos, inclusive em conflitos contemporâneos.

Se a Nação não for alertada para isto, claramente, como não vem sendo, continuará a criar, ela própria, as condições objetivas para a ingerência internacional, no sentido de impor uma **soberania compartilhada** na região. Não se culpe, exclusivamente, os sucessivos governos a partir de 1990, pois existem várias instituições e segmentos da sociedade que conhecem o problema e se têm omitido ou apenas atuado de maneira débil para mobilizar a Nação, em face de um tema que diz respeito à própria dignidade nacional.

A sociedade precisa conhecer o risco que envolve não ocupar, não povoar, não desenvolver, não integrar, não defender e, **também**, não preservar a Amazônia, pois só assim passará a exigir medidas preventivas, contrapondo-se a diversos atores adversos. Precisa saber, principalmente, que a **Amazônia não é problema, mas sim solução**.

Um dos motivos principais da falta de recursos para as FA é a crença, equivocada, dos brasileiros de que o País não tem ameaças. Isto ocorre por causa de nossa incapacidade de antevê-las, por falta de visão estratégica – visão de futuro. A Política de Defesa Nacional contribui para este quadro, pois deveria caracterizar uma ameaça prioritária, dentre as chamadas **ameaças difusas**.

Vamos mostrar, neste texto que ela é real.

Vulnerabilidade

A Amazônia brasileira é um espaço rico em recursos e vazio em população, agências e órgãos do Estado.

É comum Organizações Não Governamentais (ONG) ocuparem os espaços que cabem ao Estado brasileiro, sendo que muitas dessas organizações representam, veladamente, interesses internacionais públicos ou privados. Várias ONG não têm qualquer compromisso com o Brasil e atuam política e estrategicamente no sentido de que as populações indígenas, no futuro, constituam nações autônomas.

A região em pauta está inserida, por direito, em nossas fronteiras, mas ainda não foi efetivamente ocupada e integrada, de fato, à Nação. A vulnerabilidade fica, então, caracterizada: pelo vazio de poder, fruto da ausência do Estado, substituído por ONG e outros entes, muitas vezes, representando interesses estrangeiros; pelo baixo

grau de integração física da região ao País; pela imensa riqueza em recursos estratégicos – futuramente escassos no mundo; e pela cobiça internacional perfeitamente conhecida.

Historicamente, um quadro como este já seria suficiente para caracterizar uma ameaça. Ela parece tão clara, que é de se preocupar não haver, praticamente, qualquer manifestação contundente de nossas lideranças a respeito.

Cobiça Internacional

Não se trata de algo novo, mas, nas últimas décadas, vem se acentuando o interesse internacional sobre a região, e ele tende a aumentar, até mesmo como conseqüência do fenômeno da globalização e da questão ambiental.

A partir dos anos 90, foram várias as manifestações de estadistas, chefes de governo, autoridades, organismos e organizações internacionais contestando a soberania dos países condôminos da Amazônia sobre a mencionada região. Dentre as personalidades mais conhecidas destacam-se: Mitterrand, Henry Kissinger, Margareth Thatcher, Gorbatchov e Al Gore.

Em 1992, o então Primeiro-Ministro da Inglaterra – John Major – declarou:

"As campanhas ecologistas internacionais sobre a Região Amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região".

Naquele ano, foi realizada a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente (ECO/92), no Rio de Janeiro, que coincidiu com a criação da Reserva Ianomâmi, desencadeando um processo de estabelecimento de imensas Reservas Indígenas. Hoje, elas ocupam 12% do território nacional. São conhecidas as fortes pressões do Governo dos EUA para a criação da Reserva Ianomâmi, inclusive ameaçando fazer uma campanha para boicotar a ECO/92.

Em 1998, Patrick Hugles, Chefe do órgão central de informações das FA dos EUA, em palestra realizada no Instituto de Tecnologia de Massachusets, disse:

"Caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos EUA, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente".

Em 2005, Pascal Lamy, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), manifestou que:

"A Amazônia e as outras florestas tropicais do Planeta deveriam ser consideradas bens públicos mundiais e **submetidas à gestão coletiva,** *ou seja, gestão da comunidade internacional."*

O que preocupa é ouvir de um Secretário do Alto Escalão do Ministério das Relações Exteriores (MRE), proferindo palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, após este comentário do Sr. Pascal Lamy, que o segmento diplomático brasileiro *"tinha ficado satisfeito com a eleição do Sr. Lamy para o cargo na OMC, uma vez que se tratava de um amigo do Brasil".*

Em 22 de setembro de 2005, o Senador Mozarildo Cavalcante (RR), em discurso no Senado sobre a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, relatou que o Presidente da República mencionara, em audiência com autoridades de Roraima, ter sofrido pressões de ONG européias, da OEA e da USP para a demarcação da Reserva em terras contínuas. Verifica-se, coincidência ou não, que sempre que o Brasil tem algum tema importante em negociação com o Primeiro Mundo, particularmente que implique em viagem presidencial ao exterior, após o regresso, é tomada alguma decisão que atende a interesses estrangeiros na Amazônia.

Existem grupos, empresas, laboratórios, indústrias e ONG de *"fachada"*, que estão presentes, ou desejam estar, pesquisando e explorando a região sem o controle do Estado, e transferindo recursos e conhecimentos, para o exterior, em detrimento do Brasil.

O enorme potencial em riquezas e sua escassez em médio ou em longo prazo são razões suficientes para as pressões internacionais, no sentido de impedir que o Brasil explore seus recursos, mantendo-os intactos para o uso de outros atores no futuro.

Fica, assim, caracterizada a cobiça internacional, particularmente das maiores potências, por uma região tão rica e vulnerável de nosso País.

Temas da "Agenda Internacional"

Existem alguns temas da agenda mundial que estão diretamente relacionados ao problema em pauta, aconselhando uma atuação pró-ativa, enérgica e permanente do Estado, que precisa demonstrar capacidade de controlar a região. Assim, pode-se evitar que os temas sejam usados como pretexto para respaldar pressões internacionais, que recebem, muitas vezes, o apoio de pessoas e organizações do País, agindo por convicção ou fazendo o jogo de interesses estrangeiros.

Destacam-se, a seguir, três temas que merecem atenção especial do brasileiro:

a) Questão Ambiental

É necessário um controle eficaz da ocupação, da exploração e do desenvolvimento da região, no sentido de coibir crimes ecológicos e preservar, com inteligência e sem radicalismo inconseqüente, o meio ambiente. Isto é fundamental para evitar campanhas contra o desenvolvimento sustentável da região, condição importante para sua integração ao restante do País e para neutralizar a concretização da ameaça em questão. Infelizmente, os sucessivos governos têm demonstrado pouca eficácia ou, talvez, pouco interesse em conduzir o processo de ocupação, desenvolvimento e preservação da Amazônia.

Hoje, com o propalado aquecimento global, a questão do desmatamento na Amazônia vem ocupando largo espaço na mídia. Há uma tendência a desviar o foco do debate dos grandes poluidores, superdimensionando e enfatizando o problema das queimadas, de modo a preparar o terreno para futuras pressões, com o objetivo de justificar a ingerência internacional.

Na reunião da ONU sobre mudanças climáticas em Bali – Indonésia (dezembro de 2007), o nosso Governo flexibilizou sua posição sobre os *"mecanismos de redução de emissões de gases, do desmatamento e da degradação"*. Acordos que impliquem em receber indenização dos países ricos para conservar a floresta e diminuir a emissão de CO2 (os chamados créditos de carbono) ou receber recursos de um fundo internacional de combate ao desmatamento poderão comprometer a nossa soberania na administração da Amazônia brasileira. Afinal, quem paga se acha no direito de exigir. Falta é vontade política para dar a devida prioridade à integração, ao desenvolvimento e ao controle da ocupação da região.

b) Delitos Transnacionais e Segurança Pública

É preciso exercer o controle eficaz e permanente da faixa de fronteira e do espaço aéreo, coibir a violência rural, neutralizar o poder do crime organizado e de outros bandos armados, que atuam ao arrepio da lei, infiltrados em grupos de interesses opostos, que se enfrentam em algumas áreas da região.

c) A Questão Indígena

Há que se retomar a antiga política de integração do indígena brasileiro à Nação e à sociedade, revertendo a atual orientação segregacionista, que atende a interesses estrangeiros e reforça a ameaça, pois prepara o caminho para a constituição de *"nações indígenas"*, como desejam muitas ONG, países, organizações e organismos internacionais. A integração, o estudo e a adoção de novos hábitos não impedem que sejam preservados o idioma, o folclore e as tradições das diversas tribos indígenas do Brasil. Como desejar que um ser humano, que vê televisão, avião, computador, e outros meios que valorizam a vida e contribuem para o bem-estar e a saúde, seja segregado e fique estagnado na *"idade da pedra"*?

Os descendentes de japoneses, europeus e africanos, perfeitamente integrados à sociedade, conseguem manter seus laços culturais sem deixar de desfrutar das benesses do progresso.

A partir de 1992, houve um incremento importante na criação de Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC). Hoje, estas áreas correspondem à extensão territorial da França e da Alemanha reunidas, perfazendo mais de 12% do território nacional. A população indígena está em torno de 400 mil **brasileiros índios**. Os 85% restantes do nosso território ficam para os outros 180 milhões de brasileiros.

Se analisarmos o estado de Roraima, destaca-se que mais de 60% de suas terras são TI. Tal fato poderá inviabilizar seu desenvolvimento e, paulatinamente, causar o esvaziamento populacional pelos brasileiros não índios. Simultaneamente, pode-se prever o crescimento da população indígena brasileira nas TI, onde ela está sob forte influência de ONG ou de outras organizações, muitas delas sem qualquer compromisso com o Brasil e recebendo o apoio de potências globais. Esses organismos não consideram os indígenas como cidadãos brasileiros, e defendem que eles se reúnam em *"nações"* autônomas.

De fato, em setembro de 2007, a ONU aprovou a **Declaração de Direitos dos Povos Indígenas, que inclui o direito à autodeterminação, a vetar operações militares e a estabelecer instituições políticas, sociais, econômicas e jurídicas nas TI**. É triste constatar que existem brasileiros e movimentos nacionais que pensam assim, porém, o mais grave é que o Brasil não votou contra a mencionada Declaração. **E agora? O que falta?**

A Guiana anunciou que poderá ceder o controle de seu território amazônico, vizinho a Roraima, ao Governo britânico. Assim, teremos três potências estrangeiras fazendo valer seus interesses na região, apoiadas em espaços físicos, considerando a Guiana Francesa e o Suriname – ex-colônia holandesa – onde também existe um movimento que visa reatar laços de dependência com a antiga metrópole. Inglaterra, França e Holanda apóiam fortemente as ONG ambientalistas, tanto política quanto economicamente.

A História recente nos mostra a questão do Kosovo (Sérvia), onde o paulatino esvaziamento da região pelos sérvios e o conseqüente crescimento da população albanesa criaram um fato consumado que levou à perda da soberania, pela Sérvia, sobre aquela parte de seu território. Houve intervenção militar violenta de potências estrangeiras, com aval da ONU e sob o comando da OTAN. Há poucos dias, como desenlace facilmente previsto, o Kosovo declarou sua independência.

O arco fronteiriço do Brasil na região está pleno de TI e UC, o que dificulta a vivificação de nossas fronteiras, mantendo-as como espaços abertos e difíceis de controlar e defender.

O cenário aqui descrito de maneira sucinta **foi estabelecido pelo próprio País**, que acatou pressões externas e internas, criando e potencializando, assim, a vulnerabilidade já comentada.

Soberania Compartilhada

Um vazio de poder como o que constatamos na Amazônia não será permanente. Será ocupado pelo Brasil ou por outra potência, coalizão ou organismo internacional.

A soberania compartilhada não será, necessariamente, resultado de uma invasão, conquista ou ação militar direta em toda região.

A pressão internacional em todos os campos do poder, inclusive, com apoio de grupos nacionais vem comprometendo a nossa soberania, particularmente a partir do início da década dos 90, por meio de *"ações sucessivas"*. Chegará o momento em que estarão estabelecidas as condições objetivas para uma *"resolução"* ou *"declaração"* de potência, coalizão ou organismo internacional, no sentido de impor a soberania compartilhada na região.

Tais condições estão sendo delineadas, principalmente, em Roraima, pelas razões já comentadas, agravadas pela sua posição geo-estratégica mais exposta a ações militares estrangeiras que o arco fronteiriço a oeste e ao sul da Amazônia.

A perda da soberania plena sobre qualquer parte do nosso território será um precedente perigoso, pois, além de motivar alguns vizinhos a buscar a revisão de tratados de limites com o Brasil, vai resultar na reação violenta de setores importantes da nossa sociedade, que não aceitarão tal imposição.

Não é provável uma invasão total da Amazônia, pois seria praticamente inviável e muito oneroso. Soberania compartilhada deve ser entendida como a posse nominal pelo Brasil, arcando com o ônus da administração, mas permitindo que a maior parte dos bônus, das riquezas, fique com a *"comunidade internacional"*, leia-se as grandes potências.

A integração da América Latina, onde se insere a América do Sul, é um dos objetivos nacionais constantes da Constituição Federal (Título I, Art. 4º). O Brasil tem um importante papel a desempenhar nessa integração, fruto de sua posição geopolítica decisiva nas Bacias do Prata e do Amazonas. No que diz respeito à América do Sul, a Amazônia brasileira é o amálgama que unirá os países condôminos.

Se o Brasil não exercer soberania plena sobre a sua Região Amazônica, não terá um papel decisivo nesse processo de integração, o qual poderá não se concretizar ou ser conduzido por outro ator.

A propósito, o Tratado de Cooperação Amazônica, que reúne os países da região, é uma oportunidade para a proteção dos nossos interesses, mas, também, pode ser uma ameaça, pois os países signatários estão sempre sujeitos a pressões das grandes potências, havendo o risco de adotarem posições que nos sejam prejudiciais.

A Capacidade de Dissuasão

Não se visualiza sua concretização, nem em longo prazo, pois não são destinados recursos suficientes para o reaparelhamento das FA, não há um projeto de reativação da indústria de defesa, apenas as repetidas e não cumpridas promessas, e o País aceita pressões internacionais em prejuízo de seu pleno desenvolvimento científico-tecnológico.

O material de emprego militar é quase todo importado, no que se refere aos equipamentos e armamentos que fazem diferença no campo de batalha. Somos dependentes da vontade alheia para nos mantermos em operações, até mesmo, por curto prazo. Esta situação agrava nossa mencionada vulnerabilidade, considerando agora o campo militar.

Deve-se ter em mente que a defesa da Amazônia começa no Atlântico e no espaço aéreo. A concretização de um interesse estrangeiro na Amazônia será buscada mediante a ameaça de paralisação do País por meio do bloqueio ou da destruição de pontos sensíveis do território nacional no Sul, no Sudeste, na plataforma marítima ou no centro de poder. Assim, a defesa da Amazônia começa no mar e no céu, com o fortalecimento dos poderes naval e aeroespacial, concomitantemente com o poder terrestre.

A capacidade de dissuasão militar diante de grandes potências mundiais ou de organismos de segurança coletiva está longe de ser efetiva. Na realidade, não existe.

Fica no ar um questionamento. Como pensar que a sociedade, carente de recursos em diversos setores, vai concordar em empregar parte destes para alcançar uma capacidade de dissuasão, que julgamos importante, se nós não formos capazes de mostrar-lhe a necessidade de fazê-lo? Se não deixarmos bem claro **o vulto da ameaça** contra a qual ela deve ter tal *"seguro de vida"*? Se nós **não temos visão estratégica** para prever o que existe *"do outro lado da colina"*?

Caracterização da Ameaça

Após definidas as vulnerabilidades do Brasil na região, a cobiça internacional e a nossa incapacidade de dissuasão militar, pode caracterizar-se o possível cenário de crise, em médio ou em longo prazo, que passamos a descrever a seguir:

Os recursos existentes na Amazônia, muitos recentemente descobertos, passam a ser escassos no mundo e vitais para as grandes potências e seus aliados, como são os do Oriente Médio na atualidade.

É desencadeada uma intensa campanha em escala mundial, de modo a apresentar o Brasil como um País que não tem condições de gerir a Amazônia, preservar o meio ambiente, apoiar e proteger as populações indígenas e coibir o tráfico de drogas e outros delitos transnacionais.

Procura-se mostrar a necessidade de ingerência internacional para assegurar o desenvolvimento sustentável da região e o aproveitamento de suas riquezas por "toda a comunidade de nações", bem como para deter a destruição da floresta ("pulmão do mundo"), que alegam ser uma das principais causas do aquecimento global.

Potências, coligadas ou não e com ou sem o aval da ONU, pressionam ostensivamente o Brasil nos campos político, psicossocial (propaganda adversa e guerra psicológica), econômico (boicote) e científico-tecnológico (boicote), aplicando a estratégia indireta, a fim de serem atendidas em seus interesses sem a necessidade de empregar o poder militar.

O Governo resiste a essas pressões, que comprometem a soberania nacional, e sofre a escalada dos boicotes e da propaganda adversa a que se soma, agora, a ameaça, no campo militar, de ocupação, bloqueio ou destruição de áreas estratégicas sensíveis do território nacional, não necessariamente na Amazônia. Tentam, assim, evitar uma intervenção com tropa naquela região, por considerar que o custo poderia ser elevado. Nesse momento, as potências passam ao emprego da estratégia direta.

(Na intervenção da OTAN no Kosovo – Sérvia, há alguns anos, não houve combate terrestre, pois o Governo sérvio cedeu após o País sofrer intensa campanha aérea.)

Este quadro adverso é o provável desfecho da ameaça que se vem desenhando há cerca de 15 (quinze) anos, por meio de ***ações sucessivas*** que vêm limitando progressivamente a soberania do Brasil na Amazônia. O País precisa reverter suas vulnerabilidades na região e sua incapacidade de dissuasão militar, para não dar margem à concretização da ameaça aqui caracterizada.

O Caminho de Volta

Como se vê, vários passos importantes já foram dados no aproveitamento e no agravamento de nossas vulnerabilidades na região.

O Brasil precisa reaprender a pensar estrategicamente e a antever ameaças, para neutralizá-las com oportunidade, bem como ter o cuidado de não adotar, no presente, medidas que serão exploradas contra nossos próprios interesses nos conflitos, armados ou não, que, certamente, iremos enfrentar no futuro.

Quem espera *"ver para crer"* em uma ameaça não age pro-ativamente, e pagará um preço alto por não ter sido previdente. Quando for reagir, não estará preparado e será tarde demais.

À atual situação, devemos fazer o *"Caminho de Volta"*, também com ações sucessivas, por meio de um Projeto de Integração da Amazônia, com características como, dentre outras:

– Alcance e conscientização nacionais, sendo um Projeto de Estado, não de Governo;

– Visão de futuro definida em todos os campos do poder;

– Controle das ONG e de outros atores, particularmente estrangeiros, que atuam na região;

– Apoio e ampliação do Programa Calha Norte;

– Ações estratégicas e metas sucessivas (paulatinas), como forma de restringir (administrar) as reações internacionais que vão se fazer presentes;

– Revisão de políticas, atualmente em vigor, sobre meio ambiente, TI e UC;

– Definição dos pólos de desenvolvimento e da infra-estrutura de apoio, com os incentivos correspondentes;

– Foco no desenvolvimento, com preservação ambiental, e na ocupação e vivificação, assegurando a proteção às populações indígenas;

– Vontade nacional para enfrentar reações internacionais com altivez e dignidade.

O Projeto deveria ser conduzido por um Ministério de Amazônia, e sua prioridade seria voltada para os campos político, econômico, psicossocial e científico-tecnológico, mais do que para o campo militar, pois naqueles setores estão nossas vulnerabilidades, que exigem neutralização mais urgente. No entanto, as FA teriam um papel fundamental no apoio e na implementação das ações estratégicas,

como sempre o fizeram, de acordo com suas missões complementares e subsidiárias. No Projeto, elas deveriam substituir ou controlar as ONG e outros atores que atuam nas TI e UC da região.

Conclusão

Creio ter ficado claro que existe uma ameaça concreta à nossa soberania e integridade territorial. Ela é fruto da vulnerabilidade apresentada, da falta de vontade política, da cobiça internacional, da falta de visão prospectiva do Brasil, da demora na integração de um importante espaço vital para o País, da alienação da sociedade e de nossa fraqueza militar. Tal ameaça vem sendo construída há cerca de 15 anos.

Há condições de revertermos a tendência à concretização desta ameaça, pois as áreas estratégicas onde as potências estarão engajadas, prioritariamente, nos próximos anos, não estão na América do Sul. Por outro lado, o Brasil tem demonstrado ser um País que supera com agilidade seus desafios, uma vez que deles tome consciência. Falta, portanto, perceber a ameaça e compreender seu significado e perigo.

Deve-se ter cuidado com a supervalorização do conceito de *"novas ameaças"*, pois pode nos levar ao desvio de nosso adestramento e da construção de nossa capacidade de dissuasão militar. Tal conceito, relativamente novo, parece servir ao objetivo manifestado pelos EUA, no início dos anos 90, de mudar a destinação das FA dos países da América Latina.

"A arte da guerra nos ensina a confiar não na probabilidade de o inimigo não vir, mas em nossa própria prontidão para enfrentá-lo; não na eventualidade de ele não atacar, mas antes, no fato de tornarmos nossa posição inexpugnável."

Sun Tzu

Nota: O presente texto atualiza artigo sobre o tema, publicado pelo autor no ano de 2006.

O autor é General-de-Brigada do Exército Brasileiro, Doutor em Ciências Militares, com especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Foi Comandante e Diretor de Ensino da mencionada Escola, em 2004, 2005 e 2006. Passou à Reserva Remunerada em julho de 2007, quando era Secretário-Geral do Exército.

O British Aeroespace One-Eleven na Força Aérea Brasileira

Aparecido Camazano Alamino

Histórico e Desenvolvimento da Aeronave

A ***Hunting Aircraft*** da Inglaterra iniciou, em meados da década de 50, o projeto de uma aeronave a reação de médio porte, que designou como **H.107** e que teria a capacidade de transportar 32 passageiros a uma velocidade de cerca de 800 km por hora, em vôos de curta duração, que seriam típicos nos países da Europa. Os ensaios com a maquete, em túnel aerodinâmico, começaram já em 1956.

Com a compra da *Hunting Aircraft* pela ***British Aircraft Corporation*** (**BAC)**, no final da década de 50, o desenho do H.107 foi aproveitado e aperfeiçoado pelo corpo de engenheiros aeronáuticos da BAC. A maior transformação foi a sua capacidade de assentos, que foi aumentada para possibilitar o transporte de 65 a 89 passageiros e que variava com a sua configuração interna, o que veio a colocá-lo como substituto natural do ***Vickers Viscount*** nas rotas de pequenas e médias distâncias.

Os estudos prosseguiram e a partir de uma encomenda inicial de 10 aeronaves, realizada pela empresa *British United Airways* em maio de 1961, o projeto foi incrementado e, já em **20 de agosto de 1963**, na cidade de *Hampshire*, o primeiro protótipo, matriculado **G-ASHG**, realizava o seu vôo inaugural.

Após o primeiro vôo, os ensaios tiveram início e logo foram detectados alguns problemas com a estabilidade da aeronave, devido ao formato da cauda, configurado em forma de *"T"* e de possíveis casos de apagamento dos reatores quando a aeronave era submetida a ângulos mais acentuados nas manobras de vôo. Estes problemas acarretaram, inclusive, a queda de um dos protótipos, ocasionando a morte de todos os seus tripulantes.

Novos ensaios, em túneis aerodinâmicos mais sofisticados, foram realizados e vários dispositivos de proteção contra altos ângulos

de arfagem (subida), bem como o redesenho da cauda, solucionaram os problemas apresentados. O BAC *One Eleven* pôde, então, entrar em serviço comercial em **6 de abril de 1965**, com as aeronaves da sua primeira versão, designada **série 200**.

Com a entrada em operação comercial dos aparelhos da série 200 na Inglaterra e nos Estados Unidos, a BAC resolveu lançar uma nova variante, que foi denominada de **série 300**, que era basicamente a mesma aeronave da série 200 com maior autonomia e reatores mais potentes. Em sua totalidade, foram produzidos **56** aviões da série 200 e **nove** da série 300.

A operação comercial do *One Eleven* nos Estados Unidos exigiu que fosse lançada uma nova variante, para atender a alguns requisitos de segurança daquele país. Foi designada **série 400** e incorporava várias mudanças no sistema de oxigênio e em outros sistemas, por solicitação das autoridades da Administração de Aviação Federal – FAA (*Federal Aviation Administration*).

O protótipo do aparelho série 400, matriculado **G-ASYD**, fez o seu primeiro vôo em **30 de junho de 1967** e a sua homologação foi concedida pela FAA em 22 de novembro do mesmo ano, tendo sua produção total chegado a **69** unidades.

As necessidades de um avião de maior porte e capacidade levaram a BAC a desenvolver a **série 500**, que tinha a fuselagem e a envergadura aumentadas, o que propiciou que esta aeronave transportasse até 119 passageiros. Esse avião, que foi o maior de todas as variantes da família *One Eleven*, foi equipado com as turbinas *Rolls-Royce Spey* MK512-14 DW, de 5.692kg de empuxo, e chegou a ser utilizado, no Brasil, pela então Empresa Aérea Sadia (posteriormente renomeada de Transbrasil).

Encerrando a produção do *One Eleven*, a BAC desenvolveu como última variante a **série 475**, que foi destinada a operar em pistas curtas. Incorporava as dimensões dos aviões da série 400 e os motores e as asas dos aparelhos da série 500, o que lhe proporcionava excelente desempenho e segurança operacional.

O BAC 1 11 foi fabricado na Inglaterra até 1982, quando a BAC encerrou a sua produção, que atingiu a expressiva marca de **230** aeronaves comercializadas. Após ter a sua produção encerrada na

Inglaterra, a Romênia realizou contrato para produzir, sob licença, o *One Eleven* naquele país, por intermédio da empresa estatal **Romaero**, onde recebeu o nome de ***Rombac Unu-Unsprezece* 560**. O programa incluía a entrega de três aviões completos para montagem e outros 22 tiveram a transferência de tecnologia para a sua fabricação, inclusive das turbinas.

Principais Variantes do BAC *One Eleven*

Como mencionado no seu histórico, as seguintes variantes do BAC 1 11 foram produzidas:

Série 200: Primeiro modelo produzido para pequenas distâncias;

Série 300: Idêntica à série 200, com maior autonomia;

Série 400: Desenvolvida para operar nos Estados Unidos, com novo sistema de oxigênio;

Série 500: Versão com maiores dimensões e capacidade para até 119 passageiros;

Série 475: Desenvolvida com a fuselagem da Série 400 e com os motores e asas da Série 500, para uso em pistas curtas;

Rombac 560: Versão da Série 500 produzida sob licença, na Romênia, pela Romaero.

Utilização Mundial do BAC *One Eleven*

Além de sua utilização na Aviação Comercial de inúmeros países, o BAC *One Eleven* também foi operado como aeronave militar, principalmente em atividades de transporte de autoridades e vôos executivos, por diversos países, com destaque para: Austrália, **Brasil**, Inglaterra, Omã e Romênia.

O BAC *One Eleven* na Força Aérea Brasileira

Com a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960 e a conseqüente transferência do poder para o Planalto Central brasileiro, a distância entre o Rio de Janeiro e Brasília era percorrida em três horas de vôo pelos turboélices ***Vickers Viscount***, então utilizados para o transporte do Presidente da República.

Com a compra dos BAC 1 11 Série 400 pela VASP, em fins de 1967, e a sua entrada em serviço no transporte comercial brasileiro,

em janeiro de 1968, o tempo de vôo do Rio de Janeiro para Brasília foi reduzido pela metade. Outro ponto considerado foi o acidente, na pista do Aeroporto Santos-Dumont (Rio de Janeiro), com perda total, em 8 de dezembro de 1967, do *Viscount* **FAB 2100**, o que deixou a Presidência da República somente com um aparelho *Viscount* em operação.

Tais acontecimentos levaram as autoridades da Presidência da República e da Aeronáutica a optarem pela compra, o mais breve possível, de duas aeronaves BAC *One Eleven* similares às da VASP [1], em versão designada como **modelo 423ET** e com a configuração executiva VIP para o transporte presidencial.

O **Contrato nº 06/DM**, de aquisição das duas aeronaves, foi assinado em 19 de fevereiro de 1968, e os aviões receberam as matrículas **FAB-2110** e **2111** e foram designadas na Força Aérea Brasileira (FAB) como **VC-92**. O FAB-2111 fez seu primeiro vôo em 2 de outubro de 1967 e foi entregue à FAB em 15 de outubro de 1968. Já o FAB-2110, por sua vez, realizou o seu primeiro vôo em 9 de outubro de 1968. Ambas as aeronaves foram distribuídas ao Grupo de Transporte Especial (**GTE)**, sediado em Brasília, em **24 de julho de 1969**.

O treinamento de pilotagem das tripulações e a parte técnica, realizada pelos mecânicos do GTE, foram realizados na própria BAC, com a utilização do avião FAB-2111, o que propiciou o traslado, em vôo, das aeronaves da Inglaterra para o Brasil. Durante a operação dos aviões no GTE, a manutenção mais complexa era realizada na VASP, que detinha os conhecimentos técnicos homologados e o suprimento de peças de reposição necessário.

Frota completa do VC-92 BAC One Eleven na FAB

Ordem	Matrícula	Número de Construção	Data de Recebimento	Data da Desativação	Matrícula Inglesa
01	FAB 2110	154	24/7/1969	15/12/1976	G-BEJW
02	FAB 2111	118	24/7/1969	15/12/1976	G-BEJM

Fontes: Arquivos do Autor – DIRMA – GABAER – GTE

[1] *Nessa época, a Presidência da República e a Aeronáutica tinham como norma que os aparelhos que transportavam o Presidente da República seriam idênticos aos aviões utilizados em maior número na Aviação Comercial brasileira.*

VC-92 2110 com as cores utilizadas no GTE, em 1970

Os VC-92 permaneceram operacionais até fins de 1976, quando a exigência de padronização dos aviões presidenciais com as aeronaves em maior número na frota da Aviação Comercial brasileira levou a FAB a decidir pela substituição dos *One Elleven* pelos *Boeing* 737-200, na complexa tarefa de efetuar o transporte seguro do Presidente da República.

Quadro Geral da Operação do One Eleven VC-92 na FAB

Designação	Período	Quantidade	Seriais	Observação
VC-92	1968 a 1976	2	FAB-2110 a 2111	Séries 423ET - Vendidos para a *Ford* Inglesa

Fontes: Arquivos do Autor – BAC – EMAER – DIRMA – GABAER – GTE

Nesse cenário, iniciou-se um processo de licitação internacional para a venda dos VC-92 no final de 1976, oportunidade em que a *Ford* inglesa adquiriu as duas aeronaves para serem utilizadas em atividades executivas de transporte da Diretoria da empresa. Os BAC 1 11 deixaram o Brasil em 15 de dezembro de 1976 com destino à Inglaterra.

Horas voadas pelos VC-92 One Eleven NO GTE

ANO	HORAS VOADAS	TOTAL DE HORAS
1968	147:30	147:30
1969	534:10	681:40
1970	775:30	1.457:10
1971	780:05	2.237:15
1972	914:10	3.151.:25
1973	1.264:00	4.415:25
1974	1.065:55	5.481:20
1975	905:00	6.386:20
1976	616:50	7.003:10

Fonte: Seção de Estatística do GTE

A aquisição de dois *Boeing* 737-200 para o GTE encerrou um período áureo de cerca de 20 anos de utilização de aeronaves inglesas no transporte presidencial brasileiro, com o *Viscount*, inicialmente, e, após, com o BAC *One Eleven*, que se portou com excelente disponibilidade e incrível robustez e segurança.

VC-92 2111 do GTE – Operou na FAB de 1968 até 1976

Principais Características do BAC One Eleven VC-92

Tipo	Aeronave monoplano, asa baixa, birreator, transporte presidencial (VIP)
Envergadura	26,97 m
Comprimento	28,50 m
Altura	7,47 m
Superfície Alar	93,18 m^2
Velocidade Máxima	882 km/h
Peso	Vazio 32.206 kg
	Máximo 39.463 kg
Razão de Subida	786 m/mim
Teto Máximo	10.670 m
Alcance	3.620 km
Grupo Populsor	Dois turbojatos *Rolls-Royce* Spey MK 511-14, de 11.400 lb de empuxo

Fonte: BAC

O autor é Coronel-Aviador e Historiador Aeronáutico.
Os desenhos são de Rudnei Dias da Cunha.

Guerra do Iraque: Cinco Anos Depois

Manuel Cambeses Júnior

Decorridos cinco anos da invasão e ocupação do Iraque pelas forças da coalizão anglo-estadunidense, por quanto tempo os Estados Unidos continuarão mantendo suas forças militares no país mesopotâmico?

Esta tem sido a instigante pergunta de geopolíticos e analistas internacionais, no transcorrer deste segundo mandato do Presidente George W. Bush.

Até bem pouco tempo, a Administração Bush costumava responder a essa pergunta com um evasivo clichê:

"O tempo necessário e nem um dia mais."

Na atualidade, porém, observa-se uma forte guinada com relação a este posicionamento. O gelo começou a partir-se em 17 de novembro de 2005, quando John Murtha, congressista democrata da linha dura e ex-*marine*, sugeriu que retirassem as tropas do Iraque no prazo de seis meses. Pouco depois, o Senado americano, controlado pelos republicanos, votou a favor de *"uma transição significativa para a plena soberania do Iraque, em 2006"*. Após resistência inicial, George Bush começou a modificar sua retórica e insinuou que a retirada das tropas ocorreria antes do esperado.

A evidente erosão do apoio da opinião pública à política encetada pelo Presidente Bush no Iraque está bastante clara. Aproximadamente 66% dos norte-americanos dizem agora que os Estados Unidos se equivocaram ao enviar tropas ao Iraque, uma cifra muito superior aos 24% que opinavam o mesmo no início da guerra, em março de 2003. Em parte, isto é o reflexo do excessivo custo da guerra, em torno de 600 bilhões de dólares, e da crescente lista de baixas, com a impressionante quantidade de aproximadamente quatro mil militares estadunidenses mortos nessa contenda até ao presente momento. Porém, também é reflexo da crença cada vez mais propalada de que a guerra está fracassando fragorosamente.

Penso que os norte-americanos, de modo contumaz, toleram as baixas quando crêem que uma guerra é justa e tem perspectivas razoáveis de êxito. Atualmente, observa-se que os cidadãos duvidam das duas coisas. O Governo está pagando um preço muito alto por exagerar nas razões para o engajamento na guerra e de fazer uma pífia ocupação posterior à invasão. Não é surpreendente que a nova retórica esgrimida pela Casa Branca enfatize possuir *"uma nova estratégia para a vitória"*.

Se a *"vitória"* estiver calcada no estabelecimento de uma democracia estável no Iraque, é pouco provável que Bush tenha suficiente tempo para pôr em marcha sua estratégia. Em setembro de 2005, o General George Casey, oficial de maior patente militar no Iraque, testemunhou ante o Congresso que as insurgências modernas duram no entorno de uma década, e que o Exército iraquiano possuía apenas um batalhão capaz de lutar sem ajuda das forças estadunidenses.

Os que crêem que invadir o Iraque foi um erro, e que o Presidente Bush é culpado pelo excesso de confiança e por não haver planejado adequadamente as conseqüências da invasão, enfrentam um dilema: se os EUA retirarem suas tropas precipitadamente, esses erros poderiam multiplicar-se de modo exponencial. O Iraque não é como o Vietnã, onde a retirada dos Estados Unidos daquele país seguiu-se à estabilidade imposta por um Governo autoritário. No Iraque, o perigo reside no fato de que a retirada das tropas da coalizão poderia ser seguida por uma guerra civil, conduzindo o país ao caos, estabelecendo as condições ideais para que os terroristas façam da região o seu santuário.

O Iraque também difere do Vietnã em outro aspecto fundamental. Diferentemente dos vietnamitas do norte, os insurretos sunitas certamente terão sérias dificuldades para se impor num país em que representam somente 20% da população. De fato, com um país que exibe um mosaico de culturas e etnias, composto por 80% de árabes xiitas e curdos, a insurgência sunita centra-se em somente quatro das dezoito províncias do Iraque.

A ambigüidade identificada neste caso é que os Estados Unidos formam parte tanto do problema como da solução. Enquanto um grande número de soldados estadunidenses ali permanecer como força de ocupação, servirá de elemento motivador e instrumento de recrutamento de insurgentes e terroristas suicidas. Porém, se os EUA

se retiram de forma açodada do Iraque, o Governo iraquiano eleito poderá não ser capaz de frear a insurgência, e o Iraque seguiria o mesmo caminho tomado pelo Líbano na década de 1980, ou do Afeganistão, nos anos noventa do século passado.

De maneira análoga, se Bush estabelecer um calendário de curto prazo poderá animar e induzir os insurgentes a agüentar até que se retirem os americanos. Porém, se não deixar bastante claro que as tropas abandonarão o país em pouco tempo, reforçará a impressão de que tencionam levar a cabo uma ocupação imperialista.

Um fracasso já é evidente: o do sonho neoconservador de criar um aliado militar que pudesse servir como base militar, em longo prazo, para o estacionamento de tropas americanas em sua campanha para democratizar o Oriente Médio. Três eleições outorgaram certo grau de legitimidade ao Governo iraquiano dominado por xiitas. Mas sem um sentido de comunidade e instituições efetivas, as eleições simplesmente criam uma tirania da maioria. Pode ser que isso seja melhor que a tirania da minoria de Saddam Hussein, no entanto dificilmente poderá considerar-se uma democracia moderna.

O Presidente norte-americano costuma comparar os seus objetivos no Iraque com a democratização do Japão depois da Segunda Guerra Mundial. Mas o Japão era um país totalmente conquistado, etnicamente homogêneo e sem insurretos, com uma ampla classe média e experiência anterior de abertura política. Inclusive, nessas condições, evidentemente mais favoráveis, os bons resultados tardaram sete anos para serem atingidos.

No lugar disso, George Bush deveria pensar em uma margem de dois anos para fornecer ao Governo iraquiano as maiores probabilidades de êxito, antes que as tropas estadunidenses se retirem, destacando o fato de que a partir desse momento os iraquianos serão integralmente responsáveis por sua própria segurança e por sua salvação política.

O autor é Coronel-Aviador, Conferencista Especial da Escola Superior de Guerra, Membro Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Vice-Diretor do INCAER.

Júlio Cézar Ribeiro de Souza, o Brasileiro que não inventou o Dirigível

Rodrigo Moura Visoni

Introdução

O paraense Júlio Cézar Ribeiro de Souza (1843-1887) foi, na década de 1880, o maior vulto brasileiro da Aeronáutica. Num tempo em que apenas vôos sem quase nenhum controle eram praticados em balões, ele se empenhou tenazmente em dotar os aeróstatos de dirigibilidade, e acabou criando no Brasil um verdadeiro movimento em prol da Aeronáutica. Para isso, escreveu artigos defendendo a possibilidade de direção dos balões, proferiu conferências, fez experiências públicas com aeromodelos e pediu patentes em diversos países para *"um sistema de navegação aérea por meio de balões pairadores"*. Esses feitos são ainda mais impressionantes ao constatar-se que ele não passou por uma formação científica sólida, tendo sido um autodidata no sentido mais puro do termo.

Em 1882, suas idéias foram largamente discutidas no Instituto Politécnico Brasileiro, sem que se chegasse a um consenso, e seus trabalhos inspiraram o Deputado norte-rio-grandense Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1864-1902) a se dedicar ao mais-leve-que-o-ar. Mas, conquanto o sistema de aeronavegação criado por Júlio Cézar Ribeiro de Souza tenha causado furor na época, o mesmo era, na realidade, inexeqüível.

O Ingresso de Júlio Cézar Ribeiro de Souza na Aeronáutica

Quando começou a dedicar-se a estudos aeronáuticos, em 1874, Júlio Cézar Ribeiro de Souza já possuía uma respeitada posição em Belém do Pará como homem de letras. De fato, em julho de 1870, ele havia editado um livro de poesias, *"Pyraustas"*, e em 19 de fevereiro de 1871, associado a Joaquim José de Assis e Américo Marques Santa Rosa, lançara um semanário de cunho republicano, *"O Tiradentes"*. Em 1872, publicou uma *"Gramática Portuguesa para as Escolas Primárias"*

premiada pelo Conselho de Instrução Pública da Província do Pará e adotada por muitas escolas paraenses. Ainda nesse ano tornou-se Diretor da biblioteca pública local, cargo do qual pediu exoneração em 13 de abril de 1874.

Foi quando, inspirado por uma observação casual, ele ganhou vivo interesse pela Aeronáutica. O episódio é romanticamente contado pelo Tenente-Coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, seu contemporâneo e conterrâneo (CUNHA, 1896):

"Numa dessas belas tardes de verão, tão comuns na Região Amazônica, e que ao mesmo tempo enchem de prazer e de tristeza a quem as contempla, ele viu um urubu fender os ares muito alto, e descrevendo curvas, avançar esforçadamente contra o vento. O ilustrado paraense teve então a inspiração de que a navegação aérea era praticável. Observou com a maior atenção durante muitos dias o movimento do pássaro, e começou a estudar seriamente o problema. Quando chegavam as horas das refeições, Júlio Cézar delas não se lembrava. De noite levava curvado sobre os livros, fazendo cálculos e desenhos até a madrugada, tornando-se necessário que sua idolatrada esposa fosse buscá-lo a fim de que ele adormecesse algumas horas. Tal era o interesse que o dominava."

Uchoa Viegas, em carta ao historiador Lysias Augusto Rodrigues, publicada na obra *"História da Conquista do Ar"*, de 1937, disse haver assistido quando menino a algumas experiências do pesquisador, nas quais ele simulava o vôo das aves por meio de miniaturas de pássaros artificiais de madeira (p. 146-147):

"Em 1880, sendo ainda criança, conheci a Júlio Cézar, que residia com a sua família à Travessa da Barroca (hoje rua Gurupã), bem próximo à rua dos Cavalheiros (hoje Dr. Malcher); todas as tardes, trepado no peitoral da janela de sua casa, ele soltava no espaço pequenos pássaros feitos de talas de jupati, com asas de papel, que eu e outros meninos da vizinhança corríamos a apanhar. Divertíamos imenso, vendo os pássaros de Júlio Cézar voarem, caindo uns longe, outros perto, conforme o impulso que lhes era dado, a feição do vento, ou ainda, a estrutura do seu corpo e asas; nós os devolvíamos ao nosso glorioso conterrâneo, para que ele os atirasse de novo. Depois, cada dia modificando a forma dos pássaros, eles iam cair cada vez mais distantes. E todas as tardes, durante algumas semanas, passamos horas de encantador entretenimento, sem

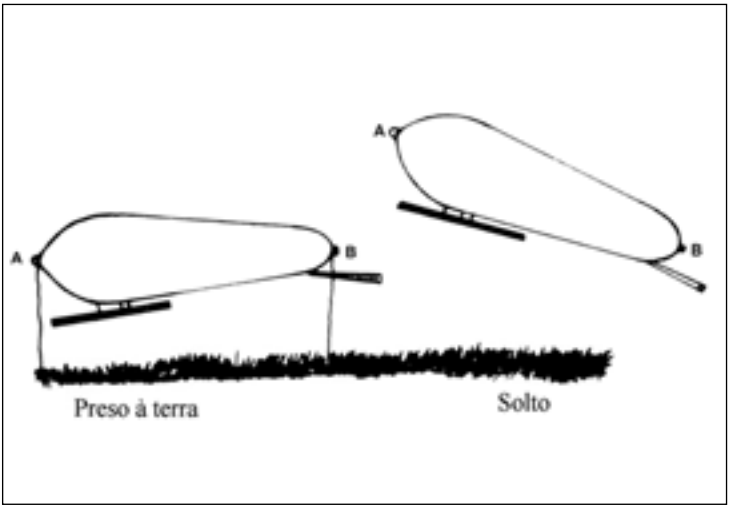
compreendermos que aquele passatempo cheio de atrativos para nós crianças, eram provas práticas dos estudos científicos que ele fazia, aperfeiçoando o seu invento, que viria cobrir-lhe de glórias o nome, e de glórias encher o Pará e o Brasil."

Os relatos desses homens são valiosos por atestarem que Júlio Cézar Ribeiro de Souza foi cientista tanto teórico quanto experimental e, mais ainda, autêntico aeromodelista: os pequenos pássaros artificiais construídos por ele se tratavam de aeromodelos ornitoformes, que consistiam em nada menos que miniaturas rudimentares de planadores.

Ribeiro de Souza sabia não existirem à época motores potentes o suficiente para fazer decolar versões desses aeromodelos em grande escala. No balonismo, porém, a ascensão não era um problema, graças ao uso de ar quente ou de gases mais-leves-que-o-ar, como o hidrogênio. Resolveu então criar um balão semelhante a um pássaro, comprido e dotado de superfícies planas laterais e de leme horizontal traseiro. A forma alongada do balão corresponderia ao corpo da ave; as superfícies planas laterais, às asas; e o leme horizontal, à cauda. Denominou por isso a sua invenção de *"balão pairador"*, por imitar o planeio dos pássaros.

Ensaios com Balões

Em agosto de 1880, ele construiu precariamente dois protótipos feitos de papel coberto com gelatina, o menor dos quais tinha seis metros de comprimento por dois de diâmetro. Esse balão menor foi inflado com hidrogênio e experimentado no dia 30 daquele mês, no quintal da casa do Tenente-Coronel Feliciano Ramos Bentes, residente à Travessa dos Ferreiros (atual Travessa de Alenquer). Embora a experiência fosse de caráter privado, chamou a atenção de diversas pessoas dos quintais vizinhos. Por mais de uma hora o aeróstato, de formato alongado e mais bojudo numa ponta do que em outra, armado com superfícies planas fixas e preso ao chão por cordas, tomou, quando largado, todos os sentidos que lhe eram indicados. Ao fim desse tempo, o balão foi desarmado dos planos, liberto das cordas e solto, elevando-se rapidamente na atmosfera e sumindo de vista em poucos minutos (*A Constituição*, 1º out. 1880, p. 1).



Uma vez solto na atmosfera, um balão fusiforme assimétrico volumoso na proa (A) e afilado na popa (B) sobe avançando, mesmo contra ventos fracos

Fonte: Esquema de Rodrigo Moura Visoni

O balão maior não pôde ser testado devido à dificuldade de produção de gás hidrogênio. Em busca de recursos, o inventor partiu em fevereiro de 1881 para o Rio de Janeiro, então a capital do Império. Aí ele redigiu *"Memória sobre a Navegação Aérea"*, texto em que reunia as observações e conclusões feitas entre 1874 e 1880, e com o qual realizou duas conferências na cidade: uma em 20 de fevereiro de 1881, na tribuna da Glória, para o público em geral – que não obteve sucesso – e outra, no dia 15 do mês seguinte, perante membros do Instituto Politécnico Brasileiro, então o maior centro científico do País.

Uma comissão composta pelo Barão de Teffé e pelos doutores Álvaro Joaquim de Oliveira e Fábio Hostílio de Morais Rego foi designada para analisar a teoria contida no manuscrito. No dia 3 de maio de 1881, o Barão de Teffé lavrou um parecer subscrito pelos outros dois colegas recomendando a execução de experiências para verificar-se a exatidão da teoria apreciada. Após essa primeira instância positiva, Júlio Cézar Ribeiro de Souza partiu no Paquete *Bahia* de volta ao Pará, aonde chegou no dia 24 daquele mês.

Em 25 de junho de 1881, o Presidente da Província do Pará, Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, sancionou a Lei nº 1.064, prevendo um auxílio de 20 contos de réis ao pesquisador caso o parecer fosse aprovado pelo Instituto Politécnico Brasileiro. Sem mais demora, Ribeiro de Souza enviou um telegrama ao Barão de Teffé, participando-lhe a novidade e pedindo urgência numa decisão. Na sessão do Instituto imediata ao pedido, em 6 de julho de 1881, os oito membros então presentes (Barão de Teffé, Paula Freitas, Benjamin Constant, Pereira Reis, Rufino de Almeida, Cézar Pinna e os Primeiros-Tenentes Brazil e Campos da Paz) aprovaram o parecer por unanimidade. Esse parecer seria contestado posteriormente por um dos membros do Instituto, Antiocho dos Santos Faure.

De posse do dinheiro, Júlio Cézar Ribeiro de Souza partiu para a França no dia 12 de setembro de 1881, no navio a vapor *Paraense,* com passagem e auxílio mensal pagos pelo Imperador D. Pedro II, a quem havia feito pedido de proteção em junho, mesmo mês em que a patente brasileira da sua invenção fora concedida (Decreto nº 8.132, de 11 de junho de 1881).

A invenção, reivindicada como um *"sistema de navegação aérea aplicável à navegação submarina"* foi registrada, também, em dez outros países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Portugal e Rússia.

Na França, Júlio Cézar Ribeiro de Souza contratou os serviços de Henri Lachambre (1846-1904), o mais famoso construtor de balões daquele tempo, para fabricar um aeróstato de 10 metros de comprimento por dois de diâmetro. Quando pronto, o balão foi denominado pelo inventor *Le Victoria*, em homenagem a Victoria Philomena Hippolita do Valle, com quem era casado desde 5 de novembro de 1870. Com esse balão ele realizou nos dias 8 e 12 de novembro de 1881 experiências inovadoras na capital francesa, que evidenciaram a capacidade do modelo em enfrentar o vento.

A primeira das demonstrações, feita com o balão cativo (preso por cordas), deu-se nos terrenos da oficina do construtor francês, situada à Passage des Favorites nº 24. Conforme o previsto, o protótipo, ao ser solto contra o vento sempre subia avançando nitidamente. Da feliz experiência foi lavrada uma ata, publicada pelos jornais parisienses no dia seguinte, subscrita por G. Deck, E. Goudron, U. Viellard,

A. Raynaud e H. Lachambre, todos distintos aeronautas franceses. Os signatários atestaram *"haver visto, no correr das experiências feitas a 8 de novembro, o balão governável* ***Victoria*** *se dirigir contra o vento sem nenhum esforço e sem o auxílio de qualquer propulsor"* (*O Paiz*, 15 dez. 1881, p. 2).

Já a demonstração do dia 12 durou quase três horas e foi assistida por numerosas testemunhas: mais uma vez o *Le Victoria*, quando solto com a proa em sentido oposto ao do vento, então com velocidade superior a 8m/s, mostrou ascender invariavelmente deslocando-se para frente. O fato teve ampla repercussão nos jornais, e foi reportado por Marcos Antônio de Araújo, o Visconde de Itajubá (? -1884), da Legação Imperial do Brasil na França, em carta de 17 de novembro de 1881 ao Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

> *"Segundo me foi afirmado, pareceu a todos os presentes que o balão* ***Victoria****, de 10 metros de comprimento sobre dois de diâmetro, todas as vezes em que foi solto no ar, avançou segundo a direção que lhe era previamente dada, já diretamente em sentido oposto ao vento, já formando diferentes ângulos obtusos e agudos com a direção do vento, sendo o seu movimento obtido sem o menor impulso prévio, nem o auxílio de propulsor algum, mas unicamente produzido pela sua força ascensional combinada com a resistência do ar de cima para baixo sobre planos semelhantes às asas e cauda de um pássaro, que voasse com as costas voltadas para o solo, não tendo os ditos planos movimento algum." (AMARAL, 1989, p. 150)*

O *Le Victoria* também foi experimentado no Brasil: em 25 de dezembro de 1881, no Pará, e em 29 de março de 1882, no Rio de Janeiro. No decurso das experiências realizadas na capital do Império, o balão sofreu um rombo que o inutilizou, gerando descrença do novo sistema de navegação aérea e escárnio por parte da *"Revista Illustrada"*, importante periódico carioca, que publicou várias charges ironizando o inventor e o seu balão.

Ensaios semelhantes foram feitos em 1886 na França (dias 11 e 16 de junho) e no Brasil (dias 14 e 20 de outubro) com um novo protótipo, o *Cruzeiro*, de 30m^3, que pareceram promissores. Júlio Cézar Ribeiro de Souza, porém, morreu no ano seguinte, em 14 de outubro de 1887, aos 44 anos de idade, vítima de beribéri, sem conseguir financiamento para o seu projeto de aeronavegação. (*"Diário de Notícias"*, 15 out. 1887, p. 2)

A "Memória sobre a Navegação Aérea" e as Discussões no Instituto Politécnico Brasileiro

São conhecidos sete textos de Júlio Cézar Ribeiro de Souza referentes à Aeronáutica: *"A Navegação Aérea"*, de 1880; *"Memória sobre a Navegação Aérea"*, de 1881; *"Memória Descritiva para um Sistema de Navegação Aérea por meio de Balões Pairadores"*, também de 1881; *"Os Balões Planadores"*, de 1882 (publicado originalmente em francês, sob o título "*Les Ballons Planeurs*"); *"Navegação Aérea: Estado desta Importante Questão"*, de 1882; *"A Direção dos Balões"*, de 1884 (vertido para o francês com o título de "*La Direction des Ballons*"); e *"Fiat Lux"*, de 1887.

Desses textos, o mais famoso é a *"Memória sobre a Navegação Aérea"*, que se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional (fundo *"Privilégios Industriais"*, notação 8.746), no Rio de Janeiro. Essa memória foi reproduzida em vários jornais da época e amplamente discutida no Instituto Politécnico Brasileiro a partir de maio de 1882. As discussões no Instituto se arrastaram por semanas sem que se chegasse a uma conclusão quanto à exeqüibilidade ou não do sistema proposto.

Ao todo seis sessões foram promovidas para debater-se o *"sistema Júlio Cézar"*: na primeira, realizada em 17 de maio de 1882, falou o Dr. Antiocho dos Santos Faure contra o sistema; na segunda, realizada na semana seguinte (dia 24), falaram o Barão de Teffé (a favor do sistema), o Dr. Antiocho Faure (contra o sistema) e o Dr. Pereira Reis (a favor do sistema); na terceira, ocorrida no dia 31 de maio, falaram o Sr. Antiocho Faure, opositor do sistema, e o Dr. Paulo de Frontin, favorável ao sistema; na quarta, realizada em 7 de junho, falaram o Dr. Carlos Sampaio (contra o sistema) e o Dr. José Agostinho dos Reis (a favor do sistema); na quinta, realizada no dia 14, falou apenas o Dr. Paulo de Frontin, favorável ao sistema; e na sexta, realizada no dia 21 de junho de 1882, falaram o Dr. Luiz Rafael Vieira Souto (contra o sistema) e o Sr. Dr. Antonio de Paula Freitas (a favor do sistema). As discussões foram então encerradas pelo fato de a questão haver sido considerada bastante elucidada à vista dos argumentos produzidos pelos diferentes sócios. Não se chegou, porém, a um consenso. Uma moção foi aprovada na sessão do dia 23 de junho, concluindo-se que somente a experiência indicaria as vantagens ou inconvenientes que o sistema de navegação aérea inventado poderia oferecer.

Análise da *"Memória sobre a Navegação Aérea"*

O manuscrito original da *"Memória sobre a Navegação Aérea"*, conservado no Arquivo Nacional, possui setenta e cinco páginas. Esse texto pode ser resumido e convenientemente dividido em três partes: nas primeiras onze páginas, o autor define a Aeronáutica como *"a arte de voar"* e disserta sobre o vôo dos pássaros; da página 12 até à página 42, ele procura responder aos argumentos dos estudiosos descrentes da possibilidade de direção dos balões; e da página 43 em diante, expõe o sistema de navegação aérea que criou.

De forma geral, a *"Memória"* não é um texto escrito com rigor científico: é permeada de poesia e as figuras de linguagem são uma constante. Alguma religiosidade também se encontra presente, dado o fato de que Júlio Cézar Ribeiro de Souza era católico; assim, são comuns referências ao *"Criador"*, à *"Providência"* ou à *"Inteligência Absoluta"*. A *"Memória"* é ainda repleta de analogias nem sempre válidas, que o autor procura encadear de modo a convencer o leitor de que o sistema de balões dirigíveis inventado por ele é a única solução viável para o vôo com controle. Um exemplo disso pode ser encontrado na página 66, onde se lê:

"Com efeito, este sistema não é mais do que o sistema da aviação invertido. A diferença nunca, embora radical, está na direção invertida das forças, isto é, o que é potência num é resistência no outro e vice-versa. Ora, como na Aritmética e na Álgebra a ordem dos fatores não altera o produto, na mecânica a inversão ordenada das forças não altera a resultante. Se, pois, as grandes aves, como os gaviões, os urubus e outras que voam sem bater as asas, obtêm uma resultante horizontal compondo o peso com a resistência do ar, se é, como a ciência reconhece e afirma verdadeira a teoria da aviação, porque assenta nessa composição de forças, é evidente que a nova teoria é igualmente verdadeira sob pena de ser falso aquele princípio da Mecânica, o que é absurdo."

Eis algumas críticas às ponderações de Júlio Cézar Ribeiro de Souza quanto ao vôo dos pássaros e ao sistema de navegação aérea criado por ele:

a) Considerações sobre o vôo dos pássaros

Quatro são as forças básicas envolvidas no vôo dos mais-pesados-que-o-ar: a tração, o arrasto, a sustentação – a mais importante

de todas, pois é a força que possibilita o vôo – e o peso. No caso dos pássaros e insetos, fala-se em força muscular, e não em tração. Todas essas forças já haviam sido identificadas, desde 1799, pelo cientista inglês George Cayley, considerado o fundador da Aerodinâmica e o Pai da Aeronáutica inglesa. Em 1804, ele construiu uma armação que lhe permitiu medir o arrasto e a sustentação gerados por diferentes aerofólios em movimento, e executou testes com um aeromodelo de planador. Cayley divulgou as suas pesquisas em três artigos publicados sob o título *"On Aerial Navigation"* (*"Sobre a Navegação Aérea"*), no periódico *"Nicholson's Journal of Natural Philosophy"*, da Inglaterra, edições de novembro de 1809, fevereiro e março de 1810. Nesses artigos ele não se preocupou em nomear as forças presentes no vôo, apenas em registrar a existência delas. Ele se referiu à sustentação, por exemplo, como *"a força que sustenta o peso"*. E no lugar do termo *"arrasto"*, que só se tornaria de uso geral na década de 1910, ele usou a expressão *"força retardante"*. Cayley deu também outras contribuições importantes para a resolução do problema da navegação aérea, como a idéia de empregar lemes traseiros para proporcionar estabilidade a uma aeronave.

Os artigos de Cayley, conquanto revolucionários, passaram despercebidos a Júlio Cézar Ribeiro de Souza, que identificou apenas três das quatro forças que influenciam o vôo das aves: o esforço muscular, o peso e a resistência do ar. Isso o levaria a uma série de afirmações equivocadas na tentativa de explicar como os pássaros se sustentam no ar. Por exemplo, na página 7 da *"Memória"*, pode-se ler:

> *"Salvo quando se eleva, todo o voador desloca para a frente o seu centro de gravidade, estendendo o pescoço inclinadamente para baixo e elevando os pés estendidos por baixo da cauda em sentido inverso à inclinação do pescoço. A direção do corpo forma com a das asas um ângulo agudo que o voador aumenta ou diminui à vontade. Esta disposição do corpo e das asas e cauda modificam a direção do peso e a da resistência do ar nas asas, de modo que estas duas forças tomam aquelas direções e a sua resultante tem a direção da diagonal do paralelogramo construído sobre elas."*

O peso nunca se altera nem em direção nem em sentido: este possui sempre a vertical do lugar em que o corpo se encontra e sentido para baixo, dirigido para o centro da Terra, independente da disposição do corpo.

b) O sistema Júlio Cézar de navegação aérea

O sistema de navegação aérea criado por Júlio Cézar Ribeiro de Souza consiste basicamente na inversão dos princípios da Aviação à Aerostação, ou, em outras palavras, em dotar o balão de mecanismos que permitam ao veículo se dirigir na atmosfera de maneira semelhante a um pássaro, conforme assentou o próprio autor, na página 43 da sua *"Memória"*:

"É natural, para que o movimento dos grandes voadores se reproduza no balão, que este seja em tudo disposto como o pássaro, supondo reciprocamente invertidas as forças que o movem."

É curioso como uma idéia tão exótica possa ter sido tema de intensos debates entre a elite dos engenheiros e cientistas brasileiros dos idos de 1880.

O fato é que a disputa entre aviadoristas e balonistas pela conquista do ar, em voga no século dezenove, levou Ribeiro de Souza a acreditar que a Aerostação nada mais era que o oposto da Aviação. Convencido de que a Aviação era irrealizável com os motores pouco potentes da época, ele optou por dedicar-se à dirigibilidade dos balões, empenhando-se em aplicar os princípios da Aviação à Aerostação, mas invertidos. A idéia, conquanto ingênua e incorreta, permitiu obter alguns resultados aproveitáveis.

Inspirado pelos vôos soberbos das grandes aves planadoras, notadamente os urubus, ele imaginou um balão dirigível que seria o inverso do pássaro pairador, e chegou a comparar a sua invenção a um pássaro cheio de hidrogênio que voasse de barriga para cima. Para descobrir a forma mais vantajosa do balão dirigível, ou seja, aquela que propiciaria ou facilitaria a dirigibilidade, ele fez a seguinte analogia: considerou que o centro do empuxo do balão (chamado por ele de *"centro de leveza"*) deveria ficar na parte frontal, assim como no pássaro o centro de gravidade se localiza à frente. Chegava assim, por vias tortas, a um resultado correto. De fato, a forma que ele propunha para os balões, a de fuso assimétrico, com a proa mais volumosa que a popa, seria adotada nos famosos dirigíveis alemães que cruzariam o Atlântico nas primeiras décadas do século vinte, os zepelins, sendo a dominante até hoje.

Em 1881, ele não sabia (o saberia depois, em 1887), mas o fato é que pelo menos três inventores franceses já haviam proposto, construído, ou mesmo voado em dirigíveis com essa forma. Em 1784, Guyot projetou um balão fusiforme assimétrico dotado de uma vela para se locomover na atmosfera, à semelhança dos barcos veleiros. Em 1839, Eulriot voou num balão com o mesmo formato, provido inclusive de lemes vertical e horizontal, mas por haver se valido apenas da força muscular para acionar as hélices do veículo, não obteve resultados apreciáveis de direção. Em 1852, Pierre Jullien expôs na Rua Marbeuf (Paris, França) um grande balão dirigível que carregava o nome perfeitamente merecido de *Le Précurseur*. Esse balão, com 50 metros de comprimento e oito de diâmetro, provido de dois propulsores, apresentava uma forma assimétrica derivada dos peixes absolutamente correta do ponto de vista aerodinâmico. Por falta de recursos, a aeronave jamais foi experimentada. (DOLLFUS & BOUCHÉ, 1942).

Anúncio do projeto de navegação aérea de Eulriot, em 1839
[Fonte: Musée de l'Air et de l'Espace, Le Bourget]

Devido à diferença de empuxo nas pontas, um balão alongado com maior volume na proa está sujeito a um torque, de modo que durante o vôo a dianteira tende a tomar a posição vertical. Durante esse movimento de rotação o balão exerce uma força sobre o ar, que por sua vez exerce no balão uma força igual de sentido contrário, em razão da terceira Lei de Newton, a Lei da Ação e Reação. O aeróstato

é então impelido simultaneamente para cima devido ao empuxo e um pouco para a frente devido à componente horizontal da reação do ar. Ribeiro de Souza previu esse efeito, e para conseguir uma progressão para a frente mais eficiente, imaginou dispor sob a proa largos planos horizontais. Ampliava com isso a resistência oferecida pelas camadas superiores de ar à ascensão do balão, garantindo a subida do veículo numa trajetória oblíqua. Foi graças a essa configuração que ele surpreendeu o meio aeronáutico nas experiências que comandou na França, em 8 e 12 de novembro de 1881, ao conseguir uma façanha inédita, considerada impossível por muitos de seus contemporâneos: sem o menor impulso inicial, fazer avançar contra o vento um balão desprovido de motor! Eminentes autoridades científicas da época haviam proclamado que a proeza só seria obtida quando se inventasse o moto-contínuo, isto é, nunca, mas o ilustre brasileiro provou que o efeito poderia ser conseguido num balão sem quaisquer meios de propulsão, bastando para isso que este tivesse maior empuxo ("leveza") na parte dianteira, necessariamente mais volumosa que a traseira.

Querendo imitar no balão dirigível os movimentos que os pássaros planadores fazem em vôo, Ribeiro de Souza não adotou o leme vertical, apenas o horizontal, à semelhança da cauda das grandes aves. Ele inclusive condenava o leme vertical. Na página 59 da *"Memória sobre a Navegação Aérea",* ele escreveu:

> *"Tudo leva a crer que o leme vertical usado até hoje não pode produzir a mudança de direção do navio aéreo, pois quando se admita essa possibilidade estando o ar calmo ou sendo o vento contrário, não se pode admiti-la quando o balão navegue com o vento favorável e com velocidade igual ou inferior à do vento, porque neste caso a pressão deste no flanco do balão, sendo necessariamente muito maior do que a resistência produzida pelo leme, o balão será obrigado a seguir a linha do vento."*

Para ele, os movimentos de direita e esquerda da aeronave deveriam ser obtidos pela inclinação do veículo para o lado da curva desejada, da mesma maneira que os pássaros de grandes dimensões, para mudarem de direção, abaixam a asa do lado para onde vão se dirigir e levantam a outra. Desnecessário dizer que tal método é muito menos eficiente que aquele proporcionado pelo leme vertical, hoje largamente adotado.

Resumidamente, Júlio Cézar Ribeiro de Souza reivindicava que os balões do seu sistema deveriam ter um comprimento pelo menos cinco vezes maior que o seu diâmetro; ser dotados de asas ou planos

capazes de inclinação, situados abaixo do corpo do balão; um leme horizontal traseiro apto a levantar-se ou abaixar-se, responsável pela subida e descida da aeronave em oblíquas; uma hélice ativada por um motor, a fim de conferir propulsão horizontal ao veículo; e, ainda, uma barquinha para tripulantes.

Considerações finais

Não são poucos os erros existentes na *"Memória sobre a Navegação Aérea"*. Alguns deles passaram despercebidos aos membros do Instituto Politécnico Brasileiro, mesmos aos antagonistas do sistema em questão. Hoje, podem ser feitas as seguintes críticas à *"Memória"*:

a) Linguajar pouco científico (utilização do termo "leveza" no lugar de "empuxo", uso de retórica poética e religiosa);

b) Uso excessivo de analogias, por vezes sem correspondência válida;

c) Desconhecimento dos trabalhos pioneiros de George Cayley e Pierre Jullien;

d) Desconhecimento da existência da força de sustentação no vôo dos mais-pesados;

e) Interpretação equivocada da atuação do peso no vôo;

f) Rejeição do leme vertical para o balão dirigível.

Portanto, conquanto o sistema de aeronavegação criado por Júlio Cézar Ribeiro de Souza tivesse apresentado bons resultados em pequena escala, em grande escala se revelaria precário e deficiente. A baixa potência dos motores da época e a recusa do inventor em adotar o leme vertical condenavam quaisquer chances de uma dirigibilidade prática. Por essas razões, ele não pode ser considerado o descobridor da dirigibilidade dos balões, mérito que cabe a outro brasileiro, o mineiro Alberto Santos-Dumont, que em 19 de outubro de 1901 fez, na França, uma espantosa viagem acrobática ao redor da Torre Eiffel, no dirigível *Nº 6*, de 622 metros cúbicos, dotado de um motor a gasolina de 20 cavalos. Pela façanha, Santos-Dumont recebeu um prêmio de 100.000 francos (20.000 dólares), o Prêmio Deutsch.Convém assinalar que o Nº 6 era um dirigível simétrico, o que prova que, ao contrário do que Ribeiro de Souza acreditava, a assimetria não era fundamental para assegurar a direção.

O autor é Bacharel em Arquivologia e pesquisador.

O Bonde das Oportunidades na China

Luiz Augusto de Castro Neves

A impressionante ascensão econômica chinesa é um dos fenômenos mais marcantes dos últimos anos, com impacto direto no *"redesenho"* do cenário internacional contemporâneo.

Os números são superlativos. A taxa média de crescimento foi de 10% ao ano a partir de 1979. O PIB chegou a US$ 2,6 trilhões no ano passado, e a China já está ultrapassando a Alemanha como terceira maior economia do mundo – isso em termos nominais, porque em paridade do poder de compra já é a segunda maior economia, atrás apenas dos EUA.

O saldo comercial chinês foi de US$ 177 bilhões em 2006 e deve chegar a US$ 260 bilhões este ano. E o que está por trás desse fantástico desempenho? Uma hábil combinação de ortodoxia macroeconômica, com baixo déficit público, baixa carga tributária e controle da inflação, abertura considerável, mas seletiva da economia e políticas públicas de desenvolvimento de longo prazo. Mais recentemente, acrescente-se a revisão do modelo de crescimento para dar maior sustentabilidade social e ambiental (a liderança chinesa parece já se ter dado conta de que a deterioração ambiental pode constituir-se em um gargalo para a própria continuidade do crescimento econômico).

A decolagem chinesa gerou uma enorme onda de oportunidades e prosperidade, mas criou também alguns *"perdedores"* na forma de concorrentes de outros países deslocados de seus mercados tradicionais.

Para quem – como eu – vive há quase três anos na China, o dinamismo é visível no cotidiano. Da perspectiva de um diplomata, também é palpável a tradução dessa enorme vitalidade econômica em um impressionante avanço da China em termos de poder e influência internacionais.

O uso competente de sinergias econômicas confere respaldo a uma diplomacia articulada, resultando em um *"círculo virtuoso"* que garante à China amigos, votos, mercados... – e, acima de tudo, poder real.

Pequim já se tornou, a meu juízo, a segunda capital diplomática do mundo, depois apenas de Washington, D.C. Sem a participação chinesa, não há como pensar no equacionamento dos desafios globais nas áreas de meio ambiente, mudanças climáticas, energia e sustentabilidade do desenvolvimento de uma maneira geral.

Há mais do que o surgimento de uma nova potência econômica. O processo a que estamos hoje assistindo só tem paralelo recente na enorme transformação que ocorreu nos Estados Unidos da América entre os fins da Guerra Civil e da Primeira Guerra Mundial. Dizem que o século XXI será o século da Ásia – provavelmente será o século da China.

O Brasil, na sua circunstância de grande país emergente, certamente não poderá ficar alheio a esse enorme mundo novo: deverá articular mecanismos para ampliar os níveis atuais de parceria e cooperação.

É verdade que a China assusta. É verdade que seus produtos, a preços competitivos, ganham terreno em nosso próprio mercado interno, afetando indústrias domésticas. Mas a prosperidade chinesa tem sido, e pode continuar a ser, extremamente positiva para a economia brasileira.

A China absorve quantidades importantes de nossas exportações de *"commodities"*, especialmente soja, ferro e petróleo, sustentando seus preços internacionais em níveis altamente remuneradores. Importações de material eletrônico e fios têxteis chineses entram como insumo na indústria brasileira e garantem sua competitividade internacional; bens finais *"leves"* têm assegurado preços acessíveis para a população de baixa renda. Empresas brasileiras ganham espaço na China. Empresários chineses também começam a tomar o caminho do Brasil – e espero que ampliem consideravelmente sua presença entre nós como investidores.

Em outras palavras, a China não deve ser vista como uma ameaça ao Brasil. Não que eu pretenda minimizar o dilema daquelas indústrias mais diretamente impactadas. Mas é fundamental reconhecer que a única resposta possível, em cada caso, é a das políticas públicas de reforço da competitividade estrutural, associadas a estratégias empresariais que possam identificar nichos de mercado ao melhor custo.

Se o Brasil não quer – nem deve – perder o bonde das oportunidades representadas pela China, uma primeira premissa é a

de não cair na tentação das soluções simplistas, como preconizar um protecionismo, de resto pouco eficaz em uma economia cada vez mais globalizada. Isso não nos levará a lugar algum. Claro, não se deve abrir mão de medidas de defesa comercial, mas é preciso ter em mente que não devem ser substitutas de uma política de comércio exterior.

A segunda premissa é mais estratégica: identificar as áreas realmente propícias para parcerias bilaterais. A prioridade deve ser dada aos setores onde já existe uma complementaridade bem assentada entre nossas economias. De um lado, temos a abundância de recursos naturais do Brasil; de outro, a demanda chinesa, somada a uma grande disponibilidade de capital e à disposição, declarada, de aumentar a *"internacionalização"* de suas empresas.

Vejo aí um cenário propício a muitos empreendimentos. E, mais importante, a possibilidade de evoluirmos de um modelo em que a China meramente nos compra produtos de base, com pouco ou nenhum processamento, para um cenário em que investimentos chineses no Brasil propiciem que parte da cadeia processadora desses insumos seja instalada aqui, com melhoria da infra-estrutura.

O que pode haver de mais estratégico do que alimentos para uma sociedade de 1,5 bilhão de pessoas em 2050? Não podemos esquecer que esses chineses estarão mais ricos, e, portanto, comerão mais, e melhor. Além de não haver, na China, terra e, sobretudo água suficiente para cultivar e produzir o necessário, também parece ser do interesse chinês economizar a energia e a água dos processos produtivos que serão conduzidos no Brasil.

A China tem moderna indústria de obras públicas, cada vez mais internacionalizada – já fomos procurados por uma das maiores empresas, interessada em projetos de infra-estrutura de transporte e portuária. Iniciativas assim poderiam ser replicadas para o agronegócio.

A parceria Brasil-China deve ser uma *"agenda de oportunidades"*. O que há, na verdade, são desafios, que podem e devem ser bem enfrentados pelas duas nações.

O autor é Embaixador do Brasil na China.

O Problema do Conhecimento em Miguel Reale e o *"Diálogo com Husserl"*

Francisco Martins de Souza

Introdução

a) Entendemos por Culturalismo no Pensamento brasileiro, a corrente que se desenvolve a partir do movimento filosófico da Escola do Recife, precisamente com a reflexão de Tobias Barreto (1839-1889) ao abordar o problema do conhecimento e de seus fundamentos, em oposição ao Positivismo de Auguste Comte (1798-1857). O Positivismo como forma de conhecimento totalizante, vale dizer, abrangente na sua cientificidade, havia tentado uma superação dos sistemas anteriores, por meio de um esquema fixo que se propunha verdadeiro e acabado.

Este esquema indicava, em linhas gerais, a descoberta do modelo histórico, ou o que podemos entender como a descoberta da fórmula do desdobramento ou da *"vida"* do conhecimento.

Esta *"vida"* indicava naturalmente uma infância, uma juventude e uma maturidade, e surge, então, da própria cientificidade do método indutivo, a famosa lei dos três estados: teológico ou fictício, metafísico ou abstrato e positivo ou científico. Estaria então fundada uma nova ordem no saber, de onde surgiria uma nova doutrina como ordenamento de uma visão de mundo através da ótica do novo cientificismo, o qual estava dando os primeiros passos.

É desta nova situação que proliferam novas dimensões para o conhecimento cada vez mais particularizado e de onde se ensaia uma física do social.

Busca-se o rigor na quantificação dos fenômenos sociais, pois a nova doutrina ensinava a prever para prover, e desta exigência surge a Sociologia.

A idéia de um pensamento desvencilhado dessa nova pretensão do Positivismo é assumida por Tobias Barreto, que parte da análise sobre a realidade e, nesta, admite apenas o mundo da Natureza e o mundo da Cultura.

Para Tobias Barreto, a Cultura é a antítese da Natureza, e assim dá o primeiro passo no sentido de retirar o homem do projeto determinista da física social. O mundo da Cultura resulta da atividade social própria da espécie humana, e o pensador sergipano define a Cultura como o processo de gastar e desbaratar o homem da Natureza em proveito da sociedade. Antônio Paim considerou muito bem este momento ao dizer:

"... o processo cultural consiste numa luta cerrada com a natureza, a começar do próprio homem. O processo em tela corresponde a gastar, a desbastar a dimensão animal do homem, a fim de adaptá-lo à sociedade. Nesse combate, erigiu-se a cultura como algo independente e oposto à natureza. Assim evidenciou-se que o verdadeiro característico do ente humano é a capacidade de conceber um fim e para ele dirigir as próprias ações, sujeitando-as a uma norma de proceder. O mundo da cultura se subordina à idéia de finalidade, escapando a todo esquema que se proponha resolvê-lo em termos de causas eficientes. Nascia assim, há cerca de cem anos, ***o Culturalismo brasileiro****."* (***"Problemática do Culturalismo"***, PUC-RJ, 1977).

Essa posição, assumida por Tobias Barreto durante sua atuação frente ao grupo de intelectuais aos quais emprestava sua orientação, tinha como propósito repor o prestígio da Metafísica, que havia sido alijada do processo do conhecimento pelo Positivismo e pelo Naturalismo subseqüente.

Em seguida, diz Paim a respeito desta nova posição que estava se formando como corrente de pensamento entre nós:

"Quando Tobias se propôs abertamente a restaurar a metafísica, aventando o ponto de vista do homem como consciência e reorientando o centro da investigação no sentido do mundo da cultura, inspirou-se diretamente em Kant a exemplo do que começavam a fazer diversos pensadores europeus seus contemporâneos. Semelhante descoberta, contudo, antecipa de algumas décadas a direção empreendida, na Alemanha pelo movimento neokantiano." (***"Problemática do Culturalismo"***, PUC-RJ, 1977, p.6)

Neste movimento neokantiano na Alemanha e em seu desenvolvimento com W. Windelband (1848-1915), como fundador da filosofia dos valores, é que tem fundamento também a esfera da Cultura objetivada.

O movimento desta Escola do sudoeste alemão é promover um renascimento da Filosofia alemã por um retorno crítico a Kant.

A Escola do Recife caracterizou-se, em seus princípios, por uma preferência aos modos da especulação alemã, talvez mesmo procurando a contrapartida para as idéias do Positivismo gestado na França.

Esta sumária indicação de como surgiu esta linha de pensamento, o Culturalismo da Escola do Recife, termo cunhado por Miguel Reale no princípio da década de 1950, tem a intenção de mostrar apenas que ele próprio descobriu a fecundidade propiciada por essa linha de investigação e que poderia enriquecê-la com os novos *"desvendamentos"* da Fenomenologia de E. Husserl (1859-1938). Não está no propósito desta pesquisa buscar os fundamentos ou as influências de pensadores isolados que nortearam o desenvolvimento da Ontognoseologia de Reale e a problemática dos valores, mas tão-somente mostrar influências do método fenomenológico em sua obra de pensador culturalista.

b) O problema do conhecimento, desenvolvido na produção jurídico-filosófica de Miguel Reale, procura fundamentos numa nova reflexão sobre a Cultura e os valores, como ficou caracterizado na primeira parte deste trabalho, e que assume ser a tendência natural do Culturalismo que descobriu em Tobias Barreto e que se completa com o apoio da corrente de pensamento iniciada pelo neokantiano Windelband. Este teve como seus primeiros seguidores H. Rickert (1863-1936) e Bruno Bauch (1877-1942), entre outros, que cuidaram de desenvolver a Filosofia da Cultura e dos Valores.

Ao situar esta filiação do pensamento de Reale, temos o propósito de indicar que a Fenomenologia, que influencia e permeia quase toda sua obra no que tange ao problema do conhecimento, assenta-se ao que parece, em parte, sobre este neokantismo das Escolas de Baden (problemática dos valores) e Marburgo (interpretação logicista do kantismo). O seu Culturalismo parece que recebeu maior desenvolvimento a partir do apoio às reflexões de Rickert sobre o abismo que nos legara o Idealismo de Kant, entre um mundo abstrato e ideal, e outro real e concreto.

A introdução de uma verdadeira Filosofia dos valores pelos neokantianos dá nova direção ao problema do conhecimento, que até então se desenvolvia num sistema pendular, ora dirigindo-se ao domínio do sujeito, ora ao do objeto.

Com Rickert, seguindo Windelband, conhecer é julgar aprovando ou reprovando, o que significa reconhecer um valor. Mas tal modo de conceber o conhecimento com a introdução deste terceiro termo satisfaz, em parte, pois a relação do conhecimento não é entre sujeito e realidade transcendente, mas entre dois objetos de pensamento que estão formando o conteúdo da consciência. A realidade externa não conta como fundamento para o conhecimento.

Reale aceita a passagem de uma visão substancialista para uma compreensão axiológica no processo do conhecimento, mas este processo se dá na existência circunstanciada do homem, que não pode abster-se da própria posição existencial da Natureza.

Em ***"Fundamentos do Direito"***, obra de 1940, procura pela primeira vez sistematizar com fundamentação e orientação rigorosa o problema do conhecimento. A produção anterior de 1934 a 1937 – obra da juventude – versava sobre temas variados de Ideologia e Filosofia Política, em que não havia maior rigor ou definição de método ainda. Ao iniciar a nova fase, Reale retoma o problema da Cultura como possível solução, desde que aprofundado e como fulcro de toda investigação para melhor orientar a busca da verdade e para desvendar os caminhos da Ciência.

Depois de encadear argumentos que acha coerentes para a solução que procura, citando os pensadores antes referidos, assenta uma primeira tese que parece ser a de maior importância e da qual não se desviará, por não encontrar no curso de sua investigação, nas obras posteriores, nenhuma contradição e apenas vai complementar com o enriquecimento que vai trazer a fenomenologia. É a seguinte:

"Além da esfera da ***natureza*** *constituída pela série dos fenômenos reais concatenados segundo o nexo fatal da causalidade, e além da esfera ideal dos* ***valores*** *que transcendem sujeito e objeto, é preciso colocar um terceiro reino: o reino da cultura. É este que estabelece uma relação que serve de ponte entre ambos.*

A cultura é a ligação entre a natureza cega para o valioso, e aquilo que vale por si, sem referibilidade ao mundo dos fenômenos reais. No domínio da cultura, os fatos deixam de ser simples elos na concatenação causal e inflexível da natureza para adquirirem um sentido (Sinn), um significado, uma direção, na medida em que procuram encarnar os valores transcendentes." (***"Fundamentos de Direito"***, 1940; 2. ed., 1972, p. 179)

E a seguir conceitua a Cultura como *"... o complexo rico e multifacetado reino da* ***criação*** *humana, de tudo aquilo que o homem consegue arrancar à fria seriação do natural e do mecânico, animando as coisas com um sentido e um significado, e realizando através da história a missão de dar valor aos fatos e humanizar, por assim dizer, a Natureza."* (***"Fundamentos de Direito"***, 1940; 2. ed., 1972, p. 179)

A partir deste marco estabelecido com *"Fundamentos do Direito"*, Reale desenvolve vasta pesquisa sobre o problema do conhecimento, com vistas à Filosofia em sua universalidade, à construção de uma Teoria da Ciência Jurídica modernizante e a uma Filosofia Política sustentada na liberdade e na dignidade da pessoa humana.

A Ontognoseologia de Miguel Reale – Influências da Fenomenologia nesta Teoria Geral do Conhecimento

A Ontognoseologia ou Teoria Geral do Conhecimento expressa na obra de Reale, apresenta-se como algo que se desenvolve no próprio processo de produção ou criação filosófica do pensador. A originalidade no ato de reunir uma teoria do ser e uma teoria do conhecer num sistema imbricado, onde ser e conhecer se co-implicam, mas não se superam, marca a tendência ao desdobramento contínuo funcionando como método fecundo.

Limitamos o comentário a uma parte da obra do autor contida no livro ***"Ontologia e Positividade"*** e do qual foram retiradas duas separatas da edição, com antecedência, e publicadas na *"Revista Brasileira de Filosofia"* (Ontognoseologia, Fenomenologia e Reflexão Crítico-Histórica, no n. 62; e Lógica e Ontognoseologia, no n. 80). Será feita uma listagem do restante da influência fenomenológica em sua produção – livros publicados – no final deste trabalho, com algumas incursões nestas obras, conforme a necessidade, mas superficialmente, pois a análise, dada a exigüidade do tempo e os limites deste trabalho, não pode ser exaustiva, o que deverá ser feito como continuação e aprofundamento.

Na sua ***"Filosofia do Direito"***, fazendo explanação geral sobre o problema do conhecimento na Filosofia, Reale parece introduzir o conceito abrangente de *"Ontognoseologia"* para indicar o que ***intend***,

vale dizer, tem na mente como objeto, a realização de uma nova modalidade na problemática do conhecimento e que se inicia com a finalidade de superar os sistemas discordantes. Estes trazem, em seu bojo, para justificação prévia, o **habeas-corpus** de uma teoria do saber que legitima o seu discurso, seja com apoio no objeto, seja no sujeito, seja na relação. A princípio, sugere que a validade do conhecimento engloba os aspectos do empírico e do transcendental, não havendo esferas privilegiadas.

Inicia, então, ao que supomos os caminhos da Ontognoseologia nesta obra de 1953, ao dizer:

"Ora, o valor do conhecimento pode e deve ser apreciado em dois planos distintos: ***o transcendental*** *e o* ***empírico-positivo****, este condicionado por aquele. As condições primordiais do conhecimento são objeto da parte da* ***Teoria Geral do Conhecimento*** *que denominamos* ***Ontognoseologia****, por motivos que logo mais aduziremos, dada a correlação essencial que* ***a priori*** *se põe, em sua universalidade, entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento em geral."* (***"Filosofia do Direito"***, 1953; 7. ed., v.1, p. 24, 1975).

Em seguida, apresenta um esquema onde patenteia a nova posição das disciplinas mais diretamente ligadas ao tronco do conhecimento, que fica assim exposto:

<table>
<tr><td rowspan="5">Teoria geral das condições lógicas do Conhecimento</td><td rowspan="3">Subjetivo-objetivas transcendentais</td><td rowspan="2">Em geral: ONTOGNOSEOLOGIA</td><td>A parte subjet-gnoseologia (Condições subjetivas)</td></tr>
<tr><td>A parte objeti-ontologia (Condições objetivas)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Em particular – Epistemiologia</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Condições subjetivo-objetivas positivas</td><td>a) Condições formais</td><td>Lógica formal ou analítica</td></tr>
<tr><td>b) Condições materiais</td><td>Lógica concreta ou Metodologia (Dialética)</td></tr>
</table>

Fica assim caracterizado, neste diagrama, a posição e o delineamento das disciplinas que se encadeiam numa unidade integrada, com vistas à compreensão e desenvolvimento do saber humano na produção do discurso filosófico e científico.

O problema do conhecimento, neste novo enfoque, propõe-se a colocar um ordenamento no processo de aquisição de todo o saber, ultrapassando a perspectiva positivista limitada, que tomava a Filosofia como síntese das Ciências.

Aqui já vemos a influência da Fenomenologia como apoio e ponto de partida, mas Reale tenta uma ultrapassagem ao privilegiar exatamente a esfera da criatividade do mundo da Cultura, o mundo do vivido como história concreta em sua manifestação e marcando uma posição teleológica bem definida.

Neste ponto de apoio está apenas o que foi possível retirar do método desenvolvido por Husserl, no que se refere ao novo tratamento dado à intencionalidade desde Brentano, da intersubjetividade e de outras categorias fenomenológicas que ampliaram os caminhos na busca do conhecimento.

O problema que Reale tem pela frente é *"o homem na totalidade de seus elementos materiais e espirituais, integrando nas razões históricas de seu desenvolvimento, nas correlações necessárias como mundo envolvente da* ***cultura*** *a que pertence".*

A questão do **valor** recebe também na Ontognoseologia especial atenção, ao compor esta doutrina do ato humano de conhecer, pois é considerado elemento mediador, além de o ser da atividade ética, o que convém à sua teorização da Ciência do Direito, tornando possível a relação entre o **sujeito** e o **objeto**. É na intencionalidade da consciência que o objeto conhecido surge como **objeto valioso**.

Ao definir o conhecimento como síntese entre sujeito e objeto, Reale mostra com clareza sua filiação ao pensamento filosófico desde Kant, modificando em parte a Gnosiologia deste, o que ocorreu também com Husserl e sucessores. Sobre sua nova posição neste contexto, ao colocar os termos da relação com maior amplitude, avança a possibilidade de superá-lo e diz:

"Com a colocação do problema do conhecimento em termos de relação ontognoseológica, supera-se toda e qualquer forma de transcendentalismo subjetivo,

assim como de extrapolação objetiva, e, por conseguinte a própria antinomia ***realismo-idealismo****, os quais, numa tentativa de superar a aporia posta pela heterogeneidade de sujeito e objeto, acabam por subordinar ou reduzir um destes termos ao outro. O resultado é que, com o realismo, o ato constitutivo do conhecimento é despojado de sua sinteticidade criadora e o sujeito, adequando-se às coisas, se põe, de certa forma, como objeto, enquanto com o Idealismo, a faculdade unificadora ou sintetizadora do espírito acaba operando a partir de si mesma, ou se exaure como atividade, ao refletir-se a consciência sobre si mesma, com abstração daquilo que, em toda experiência de algo, constitui um dado originário irredutível ao sujeito, por constituir a matéria ou o* ***'complexo ilético'****, sintetizado ou sintetizável como* ***'objeto'****, ou seja, como* ***'algo dotado de sentido'****."*

Para Reale, sujeito e objeto se co-implicam na consciência intencional, o que possibilita o conhecimento como um **processo concreto e uno**, superando assim a apontada aporia.

Ao caracterizar a problemática geral do conhecimento com um *"retorno a Kant"*, sustenta em definitivo que o ato de valorar está implícito no ato de conhecer.

"O conhecimento é, destarte, uma síntese ontognoseológica, acompanhada da consciência da validade da correlação alcançada, sendo certo que os valores que se revelam no ato de conhecer são resultantes de um valor primordial e fundante, sem cujo pressuposto 'a priori' – e neste ponto, a lição de Kant se me afigura imperecível – *não seria logicamente pensável sequer o processo gnosiológico: é o valor essencial do espírito como 'síntese a priori', ou, por outras palavras, a compreensão da consciência como possibilidade originária de síntese, insuscetível como tal de ser catalogada em formas* ***a priori*** *predeterminadas. A correlação sujeito-objeto, vista como 'síntese transcendental', é antes a condição possibilitante das indeterminadas sínteses empírico-positivas que constituem a trama da experiência humana."* (Ontognoseologia, Fenomenologia... *"Revista Brasileira de Filosofia"*, n. 62, 1966).

A Influência da Fenomenologia na Obra de Reale

A influência da Fenomenologia na obra de Miguel Reale dá-se na medida em que fornece pistas para a solução dos problemas herdados pelo neokantismo. Assim, pode-se falar legitimamente num diálogo. Esse diálogo mostra-se em torno de temas muito concretos.

O primeiro deles é a questão da intencionalidade. O segundo, o mundo da vida.

O primeiro trabalho em que Miguel Reale procede a uma sistematização do confronto entre as perspectivas neokantianas e fenomenológicas, está na *"Revista Brasileira de Filosofia"*, n. 62, publicada em 1966, que assim inicia:

"O que denomino 'criticismo ontognoseológico', (...), corresponde a uma tomada de posição perante a gnosiologia kantiana, tendo como ponto de partida as contribuições fecundas de E. Husserl e N. Hartmann quanto à natureza do ato do conhecimento, segundo os enunciados aparentemente de que 'consciência é consciência de algo' e 'conhecer é sempre conhecer algo'."

Nesse mesmo trabalho, Reale aponta o que lhe pareceram ser as duas contribuições fundamentais de Husserl, em que pese reconhecer a impossibilidade de *"desprendê-lo dos pressupostos de seu idealismo transcendental"*.

Afirma Reale:

"A primeira dessas questões refere-se à natureza do ***ato cognoscitivo como tal****; a segunda, à relação entre o plano do conhecimento ou da Ciência, e o plano da* ***Lebenswelt****, do 'mundo do viver', anterior àquele e seu fundamento originário."* (*"Revista Brasileira de Filosofia"*, n. 62, p. 166)

A idéia de intencionalidade em Husserl permite correlacionar sujeito e objeto de forma a facultar a superação da dicotomia clássica idealismo-realismo.

Segundo o próprio Reale:

"É da essência da consciência intencional, por conseguinte, a correlação ou complementaridade entre o ***eu****, enquanto* ***noesis****, isto é, enquanto pólo percipiente e 'doador de sentido' aos elementos materiais ou iléticos inseridos no fluxo intencional da consciência, e o* ***objeto****, este enquanto* ***noema****, ou seja, como puro 'objeto intencional' ou 'o que recebe sentido objetivo':* ***noesis e noema*** *são indissociáveis e se compenetram, visto como o sentido de um implica o do outro como seu pólo intencional. É só esta correlação que assegura, adverte De Muralt a concreção da consciência."* (*"Revista Brasileira de Filosofia"*, n. 62, p. 166)

A problemática da intencionalidade em Miguel Reale não apresenta diretamente maior desenvolvimento desde que a intencionalidade como tal é aceita pela maioria das correntes da contemporânea meditação brasileira. Haveria algo a dizer no que respeita aos desdobramentos da intencionalidade, notadamente quanto ao caráter da antologia, que se poderia restaurar. Mas esta já seria uma discussão que não abrange apenas a temática fenomenológica.

Entretanto, no que respeita ao que Reale chama de segunda contribuição fundamental de Husserl para a solução dos problemas do conhecimento, a questão da **Lebenswelt** mereceu um amplo desdobramento em sua obra.

Esse tema, além da abordagem que mereceu no ensaio de 1966, constitui uma das questões nucleares de ***"Experiência e Cultura"*** (1977) e de seu livro posterior ***"O Homem e seus Horizontes"*** (1980).

Não cabendo nesta oportunidade uma descrição minuciosa da trajetória do problema do *"mundo da vida"* na obra de Reale, creio que a síntese apresentada no capítulo VII de ***"Experiência e Cultura"***, que trata da experiência da vida comum, é indicativa do modo como abordou o problema da *"experiência pré-categorial"*. Diz ele:

> *"Reconheço que, apesar de seu emprego corrente, esse termo não é isento de crítica, pois poderia dar a entender que a experiência espontânea da vida comum, bem como a experiência dos chamados 'povos primitivos', seja destituída de 'logicidade', não se desenvolvendo segundo conexões predicativas, sem a formulação ainda que rudimentar de juízos. Tudo está em entendermo-nos no plano terminológico. Por 'experiência pré-categorial' designo aquela que não põe ou pressupõe a análise crítica do sentido e das estruturas lógico-lingüísticas que a condicionam, recebendo e admitindo, de maneira espontânea e imediata, e, por conseguinte, sem conscientização científica, os dados que se oferecem à consciência. Daí Husserl falar em 'datidade originária', ou no 'pré-dado' da experiência comum, que ele, aprecia sob o ângulo da* ***Lebenswelt****, ou 'mundo da vida', atribuindo-lhe o qualificativo de 'ingênua'."* (***"Experiência e Cultura"***, p. 199)

Reale afirma que assiste razão a Husserl quando põe em realce o problema do conhecimento comum e espontâneo, próprio da **Lebenswelt**. Não lhe parece, entretanto, que essa experiência pré-categorial possa ser reduzida ao plano sociológico. Ao que acrescenta:

"Quando não se tem presente a transcendentalidade da ***Lebenswelt****, esta se transforma em nova formulação da consciência coletiva, ou uma simples correlação instintiva de consciências ou mentes associadas, transpondo-se em clave sociológica ou psicológica um conceito que, antes de suas projeções empíricas, se liga à transcendentalidade intersubjetiva do ser do homem."* (***"Experiência e Cultura"***, p. 199)

Na exposição do Prof. Reale, a grande contribuição de Husserl com a idéia anterior é fundar o pressuposto metodológico da admissão de algo distinto do **eu**.

Reale diverge, entretanto, de Husserl, nestes termos:

"Mas o ***dado****, ou o* ***fato****, a que nos referimos no âmbito de uma originária experiência fenomenológica, não é, a meu ver, algo que só possa ser captado mediante pura redução eidética, devendo a intuição intelectiva ser posta em cotejo com as suas projeções temporais, graças a um* ***processo analógico*** *de* ***referibilidade****, exatamente pela dificuldade óbvia de falarmos de uma experiência que no instante em que dela cuidamos já se põe como* ***objeto*** *e* ***momento*** *integrante do pensamento mesmo."* (***"Experiência e Cultura"***, p. 200).

Seguindo neste passo a Heidegger, o Prof. Reale chama a atenção para o fato de que os pretendidos *"dados imediatos"* jamais são *"quimicamente puros"*, desde que implicam simbolização da linguagem que adere às coisas.

Assim, a superação da sinonímia entre *"dado originário"* e *"fato puro"*, devida a Heidegger, constitui notável aprofundamento da herança do fundador da Fenomenologia.

Deste modo, como o Prof. Reale teria oportunidade de reiterar sucessivamente, a obra de Husserl é rica de sugestões para a solução dos problemas com que se defronta a Filosofia contemporânea.

O autor é Professor Doutor em Filosofia e membro da Academia Brasileira de Filosofia.

Considerações sobre o Tibete

Marcelo Hecksher

Sempre que se pretende impor uma filosofia política, sem considerar a cultura, as características sociais e, principalmente, a História de um povo, o resultado não é bom. A Palestina é o exemplo maior. As fronteiras retilíneas dos países do Oriente Médio demonstram a artificialidade da criação daqueles estados no pós-guerra. Iraque é o exemplo mais recente dessa incoerência. A Democracia americana não cabe em um povo, até hoje, dividido em tribos.

Como não cabe agora na China, com cinco mil anos de História documentada, que somente veio a conseguir uma unidade territorial a partir de 1949; unidade territorial cuja manutenção consta em todos os documentos oficiais do país como o objetivo nacional de maior prioridade.

A Ilha de Taiwan, com a vitória do candidato da oposição, acaba de afirmar o acerto da política de Deng Xiao Ping que, entendendo a dificuldade em impor posições políticas em locais com experiências diversas das vividas pela China, propôs a solução de *"um só país dois sistemas"*.

Cabe salientar que nunca houve qualquer dúvida de que a Ilha de Taiwan pertence à China. Se não bastasse toda a História documentada, apenas meia dúzia de países, com peso político insignificante, reconhece Taiwan como um Estado independente.

Esta filosofia salvou Hong Kong na crise de 1997. A Inglaterra se retirou de seu antigo protetorado, deixando, literalmente, peladas as reservas financeiras da Ilha. Esse fato seria desastroso não fosse o gigantesco aporte de recursos do Governo chinês para socorrer a província quando da crise econômica.

Relendo a História, na Conferência de Ialta, em fevereiro de 1945, Franklin D. Roosevelt, Josef Stalin e Winston Churchill dividiram o mundo em áreas de influência dos Aliados, estabelecendo as fronteiras do pós-guerra. A Conferência de Ialta, às margens do Mar Negro, foi uma das três grandes conferências que determinaram

o futuro da Europa e do mundo no pós-guerra (além da de Teerã, em 1943, e a de Potsdam, em meados de 1945). Mesmo que a divisão do mundo não estivesse nos planos das lideranças aliadas neste momento, a Guerra Fria acabou sendo uma das conseqüências do encontro.

Em 1946, o próprio Churchill reconheceria:

"De Sczecin, no Mar Báltico, até Trieste, no Mar Adriático, transcorre uma cortina de ferro pelo continente. Por trás desta linha estão todas as capitais da Europa Central e do Leste Europeu. Todas as cidades e suas populações estão sob influência soviética. Os **acertos** *(grifo do autor) feitos em Ialta foram vantajosos demais para os soviéticos. Mas estas decisões foram tomadas numa época em que ainda não se sabia que a guerra não duraria nem até o fim de 1945, num momento em que achávamos que o conflito com o Japão persistiria pelo menos 18 meses após o final da guerra com a Alemanha."*

Os acertos a que se referiu Churchill foram: o Leste Europeu foi passado para a influência russa; o norte da África e a Indochina para a influência francesa; o Oriente Médio para a influência inglesa; e a Ásia e o Pacífico para a influência americana.

Contudo, não se esperava o que viriam a ser os últimos meses da Guerra no Pacífico, pois pensavam que essa fosse se prolongar, e que a Rússia passasse a atuar nesse teatro de operações e invadisse a Manchúria, entregue ao Exército Vermelho Chinês, o qual havia lutado junto ao Exército Republicano do Generalíssimo Chiang Kai-Shek contra o invasor japonês.

A partir da Manchúria, combatendo os republicanos e conseguindo o apoio popular com a distribuição de terras, os comunistas de Mao conquistaram todo o território. A Cúpula do Kuomintang e parte do Exército fugiram para Taiwan, com suporte logístico dos Estados Unidos. Esse episódio demonstra a incoerência, alguns chamam de pragmatismo, do Governo americano, apoiando o corrupto e antidemocrático regime do Generalíssimo, que governou a Ilha, tida pelos menos avisados como democrática, sobre Lei Marcial até 1987.

A presença americana na China ficou restrita à Ilha de Taiwan, que foi dominada com mão-de-ferro pelo Generalíssimo, aliado dos EUA.

Hoje, toma conta das manchetes a rebelião no Tibete. Essa revolta começou dia 10 de março, aniversário da revolta de 1959. Vale lembrar

que a revolta de 1959 foi fomentada pela Inglaterra, a partir da Índia, buscando barrar a expansão do comunismo na Ásia.

Antes de tudo, é necessário entender que a República Popular da China foi montada sobre um caldo de culturas. Tentativas de unificar o Império foram feitas no passado. O Imperador Quin, artífice da Grande Muralha, construiu essa que é hoje uma das maravilhas arquitetônicas não somente para proteger o Império dos povos do Norte (Mongóis). Pretendia também monitorar os passos da Rota da Seda – controlando o comércio – e unir as províncias derrubando as muralhas fronteiriças existentes entre elas, buscando a unificação e incorporando certos trechos na Grande Muralha.

Contudo, somente com a proclamação da República Popular da China por Mao Tse-Tung, em 1º de outubro de 1949, a China passou a ter uma unidade política e influência do Governo central sobre todo o território. No pórtico da Cidade Proibida estão gravadas as palavras de Mao, nessa data:

"Hoje a China está se colocando de pé. Seu povo nunca mais se porá de joelhos."

Tal pronunciamento reflete o ânimo dos chineses em modificar o estado de coisas que possibilitou com que ela fosse espoliada, roubada e humilhada por anos.

São palavras entendidas por todos, não somente pelo seu significado de dar ao chinês um sentido de *"orgulho em ser chinês"*, mas por ter a China uma incrível unicidade na escrita, a par dos inúmeros dialetos existentes. Essa diversidade de dialetos é mais bem explicada por ser o chinês uma língua tonal.

Devido ao seu isolamento, apesar de ter tido uma cultura mais desenvolvida que o Ocidente, a China não viveu a Revolução Industrial; tornou-se vulnerável às novas tecnologias. Seus exércitos eram superados por forças ocidentais de pequena monta, nucleados em navios de guerra. Assim foi na Primeira e na Segunda Guerra do Ópio. Assim foi na imposição dos Tratados desiguais, que deram a um grupo de países ocidentais soberania sobre porções do território chinês. Esses Tratados tiveram como origem a imposição de negociar com a China em portos diferentes de Cantão e a de traficar ópio para a China, a fim de pagar as especiarias, o que originou as Guerras do Ópio, com a reação do Governo chinês.

Hoje, a China é uma potência econômica, militar e tecnológica. O Partido Comunista Chinês controla o país sobre alguns preceitos. Um deles é o fato de a China ser um Estado laico. Como laico, não são admitidas manifestações políticas de religiosos que se utilizam desta condição para expor e impor posições políticas, tal qual se verifica nos Estados mulçumanos e nas atitudes do Dalai Lama no Tibete, que, a partir de um pretenso *"governo tibetano no exílio"* busca se impor não como o líder religioso que é, mas como o arauto de modificações políticas em verdade não bem definidas, uma vez que ele próprio já declarou que *"o Tibete é chinês"*.

Não fosse assim, aquela região permaneceria no século XVIII, com ritos religiosos sendo sustentados pelo trabalho escravo de um povo crente e temente

O caso do Dalai Lama deve ser analisado a partir da curiosidade e do charme de suas posições. Viver na Califórnia, visitar o Tibete com toda a infra-estrutura disponível para os milionários e pregar contra um regime político de partido único, como a China, é charmoso. Principalmente descompromissado com o passado, com o futuro e com as conseqüências da imposição de um Estado religioso no Tibete, como se a vida reclusa dos monges – seu uniforme e pensamento filosófico – merecesse ser sustentada pelos crentes, que, não fosse a intervenção econômica do Governo central na região, viveriam apenas de atividades de sustentação da sobrevivência. Pode ser que naturalistas achem que essa cultura deva ser preservada, mas, certamente, residindo eles na Califórnia, no sul da França ou em Ipanema.

O Governo chinês não impede que os ritos religiosos sejam seguidos e preservados. Não admite é que esses ritos se imiscuam nas políticas do país e os líderes religiosos virem, também, líderes políticos. Muito menos que, a partir da Califórnia, queiram ditar normas de direitos humanos para os chineses.

A História não elimina porções de tempo. Da mesma forma que a China sofreu no passado por estar aquém do desenvolvimento industrial, o fato de ter sido um Império até 1912, em que a única pessoa na Terra com direitos era o Imperador – os outros viviam para servi-lo – hoje é natural, que, em um país de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, cuja unidade territorial e governamental só foi conseguida em 1949,

existam diferentes conceitos sobre direitos humanos além daqueles das envelhecidas repúblicas européias ou dos EUA.

Interessante é verificar que o Governo americano acaba de aprovar a tortura como método de interrogatório para o combate ao terrorismo. Sem condenarmos simplesmente essa atitude, pode condenar-se a reação do Governo americano contra atitudes do mesmo teor em outros países.

No momento em que a China se abre e se apresenta ao mundo nas Olimpíadas de 2008, é criado um ambiente ideal para contestar o regime chinês. O conhecimento do homem ocidental médio sobre as peculiaridades do Oriente é restrito aos artigos genéricos publicados na mídia. Analisar as dificuldades enfrentadas para, em menos de três décadas, elevar a China de uma posição secundária no contexto mundial à posição de um dos atores principais é menos atraente do que focar a *"rebelião dos monges"*.

E, ao final, o que desejam realmente os monges? O Dalai Lama já disse que *"o Tibete é chinês"* e que *"não pretende a separação da China"*. Os tibetanos professam a religião budista livremente, assim como em toda a China, inclusive em Pequim. A cultura chinesa tem forte influência do Confucionismo, que não é uma religião, mas filosofia moral de profundo impacto na estrutura social e cotidiana da sociedade.

Certamente, fora qualquer interesse econômico oculto e espúrio, um boicote qualquer às Olimpíadas nada trará de positivo e, também, nenhuma modificação na política de unicidade territorial da China; renderá muita exposição na mídia, muitas imagens para os telejornais, ofuscando a realidade da preparação dos chineses para o evento. A China ainda é maior do que o barulho produzido em Hollywood.

Relembrando a História recente, o Talibã e a Al-Qaeda, expressões maiores do terror, nasceram com o apoio da CIA no Afeganistão.

Reafirmando: a História não queima etapas.

O autor é Coronel-Aviador e foi Adido das Forças Armadas na China.

Saudação de Ministro do Superior Tribunal Militar

William de Oliveira Barros

A Enseada da Praia de Botafogo avistada pela Comitiva de D. João VI, em março de 1808, Impressionou a todos pela sua invulgar beleza.

Hoje, passados quase duzentos anos daquele peculiar avistamento, observamos não somente aquelas praias e acidentes geográficos naturais de imensa formosura, como também o importante bairro de Botafogo, com as suas movimentadas ruas e avenidas.

Numa delas, a Rua Voluntários da Pátria nº 352, na década de 1950, passavam a residir o Senhor Antonio dos Santos, também oriundo da metrópole portuguesa desde 1941, e sua esposa, a Senhora Cândida de Jesus dos Santos.

Na então esplendorosa Cidade Maravilhosa tiveram dois filhos, Nane e José Américo.

Aos dezesseis anos de idade, o jovem José Américo seguiu os caminhos das Minas Gerais, e, na tradicional e hospitaleira cidade de Barbacena, conheceu Vilma Maria, esposa zelosa e mãe de seus três filhos – Ana Cristina, Cristiane e Rodrigo, aqui presentes.

Nos seus 47 anos de serviços à Força Aérea Brasileira, de Aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Ar a Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o nosso caro Ministro, Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo destacou-se pela seriedade e dedicação na condução da coisa pública, atuando sempre com muita perseverança, dignidade, ética, raro brilhantismo, e, sobretudo, demonstrando ser um exemplar chefe de família.

Como oficial-aviador, acumulou mais de 7.000 horas de vôo em 15 diferentes tipos de aeronaves. Nos diversos cargos exercidos, ressaltam-se os de Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo,

Chefe do Estado-Maior de Defesa do Ministério da Defesa e Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, missões que consolidaram a grande vivência profissional e militar do nosso homenageado.

Obviamente, não poderia deixar de citar o seu notável desempenho, já neste Tribunal, de 1975 a 1977, como Subchefe de Gabinete do saudoso Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, Ministro-Presidente do STM àquela ocasião.

Se por um lado, D. João VI criou este Tribunal em abril de 1808, passando a ser o seu primeiro presidente, V. Exª, ao tomar assento como o Ministro de nº 324, após quase 200 anos daquele feito, poderá dar continuidade aos importantes trabalhos desta Justiça especializada, trazendo a sua exitosa experiência de chefe militar para os variados julgamentos deste escabinato, que congrega a vivência da caserna e a sabedoria da toga.

As suas novas atividades serão bem diferentes daquelas realizadas na nossa Aeronáutica. A mais importante e mais difícil, sem dúvida, será participar, de forma serena e judiciosa, do julgamento de seres humanos.

No entanto, tenho certeza de que V. Exª, à semelhança dos seus ancestrais originários da *"ocidental praia Lusitana"*, saberá, se tanto lhe ajudar *"o engenho e arte"*, *"mesmo por mares nunca dantes navegados"*, *"fazer cessar tudo o que a Musa antiga canta"*, pois, após a sua investidura neste cargo de magistrado, *"outro valor mais alto se alevanta"*, amparado por súmulas, códigos, jurisprudências, e, ainda, *"pelas armas e pelos barões assinalados"*.

V. Exª será o 26º brigadeiro oriundo da Força Aérea e terá a importante tarefa de ocupar o lugar legado pelo nosso prezado Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marini (ex-Presidente deste Tribunal), recém-aposentado em 15 de fevereiro próximo passado.

Quis o destino que eu fosse o Ministro convidado para proferir esta importante e emblemática saudação de boas-vindas a V. Exª em nome desta Casa, o que faço com muita honra, alegria e satisfação, desejando votos de paz, saúde, profícuos trabalhos e muito sucesso nestes próximos anos.

Seja bem-vindo, caro amigo e colega da *"Turma sai da Reta"*, da Escola Preparatória de Cadetes do Ar do ano de 1961, e dos aspirantes aviadores de 1966, formados, ainda, no lendário Campo dos Afonsos.

Do nosso cancioneiro aeronáutico é sempre bom lembrar que a Esquadrilha é, e hoje continua a ser, mais do que nunca, *"um punhado de amigos, a vibrar, a vibrar de emoção. Não tememos da luta os perigos nem dos céus a infinita amplidão (...)."*

Parabéns por mais esta importante conquista profissional e pessoal. Aproveito esta especial ocasião nas nossas vidas para estender estes votos aos seus familiares e amigos presentes e ausentes, os quais dividem com V. Exª este raro momento de felicidade e orgulho.

Que o bom Deus, responsável por todos os destinos, continue a iluminar V. Exª e a sua digníssima família nesta nova jornada que ora tem início.

Ministro José Américo, os magistrados desta Corte, de forma efusiva e fraterna, lhe dão as boas-vindas. Muito obrigado.

O autor é Tenente-Brigadeiro-do-Ar e ocupa, atualmente, o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

A saudação transcrita foi proferida em 29 de abril de 2008, por ocasião da solenidade de posse do Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos como Ministro do STM.

Discurso de Posse de Ministro no Superior Tribunal Militar

José Américo dos Santos

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente interino deste Tribunal, Dr. José Coelho Ferreira; Exmº Sr. Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha e Ministro da Defesa interino; Exmº Sr. Embaixador de Portugal, Dr. Francisco Seixas da Costa; Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Exmº Sr. Vice-Procurador Dr. Mário Sérgio Marques Soares, que representa hoje a nossa Procuradora-Geral da Justiça Militar, em nome dos quais saúdo todas as autoridades nominadas anteriormente e todos aqueles que abrilhantam com suas presenças esta solenidade.

Hoje, estou voltando a um passado que relembro nitidamente. A data era 21 de maio de 1975. O Ministro-Presidente era o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, e eu, um jovem oficial de 30 anos, capitão-aviador, e o Ministro Carlos Alberto, com essa mesma idade, como assessor jurídico.

Mais ainda, poderia dizer da emoção de estar substituindo o eminente Ministro do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, por força de sua aposentadoria, grande amigo e instrutor de vôo da Turma de Aspirantes Aviadores de 1966.

O destino trouxe-me a este momento e, assim, creio que é tempo de relembrar a minha vida simples no Rio de Janeiro, quando trabalhava duro juntamente com minha irmã – Nane, para ajudar os meus pais, Seu Santos, português chegado ao Brasil em 1941, e com minha mãezinha, Dona Candinha, todos vivos e aqui presentes.

Era uma vida repleta de sacrifícios, mas eu ainda tinha tempo para visualizar, com brilho nos olhos, as aeronaves que cruzavam os céus da cidade onde nasci – Rio de Janeiro.

Com essa motivação, eu entrava para a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), localizada na bela cidade de Barbacena,

em Minas Gerais, com 16 anos de idade, no ano de 1961. O Ministro William tinha 15 anos de idade.

Peço a compreensão de alguns amigos que escutaram a minha mensagem de despedida da Força Aérea, na Base Aérea de Brasília (BABR), para repetir o seguinte: **desde pequeno**, acostumei-me a proferir a frase de um poeta árabe desconhecido, que dizia:

"É fundamental viver com o brilho nos olhos."

Durante toda a vida, foi o que tenho tentado fazer. Com o brilho nos olhos, conheci a minha Vilminha, em Barbacena; com o mesmo brilho, os meus primeiros 275 amigos da Turma de 1961 e remanescentes da Turma de 1960, da EPCAR, dos quais estão aqui hoje, aproximadamente, 45 companheiros. Vocês são pessoas muito especiais e incríveis, porque vieram abrilhantar esta solenidade, mas ao mesmo tempo espelham a grande amizade que têm pelo William e pelo José Américo. Eu acredito que podemos repetir a frase de Saint-Exupéry:

"Tu te tornas eternamente responsável por aquele que cativas."

Com o mesmo brilho nos olhos, e com a ajuda do brilho nos olhos dos nossos mestres, conheci-os, e embora alguns deles já não estejam mais presentes nesta vida, acompanharam os nossos passos iniciais, Ministro William, inclusive na nossa expressiva quantidade de horas de vôo, acima de 7.000 horas.

Em 1968, já estava casado com a adorada Vilminha, com quem criei a minha bela e terna família, que são meus encantos, meu passado, minha vida: Ana Cristina e Guilherme, Cristiane e Alexandre, Rodrigo e Aline, e meus netinhos José Guilherme, Mariana e João Pedro, que está a caminho, todos aqui presentes.

A minha vida de tenente foi repleta de emoções, mas não esqueço a realização de inúmeras missões de transporte aéreo, nos antigos C-47, especialmente para a região da Amazônia. Sem dúvida, para um jovem carioca, aquelas eram efetivas lições de cidadania e de aprendizado em relação à nossa pátria.

Ainda como capitão, consegui tornar-me Bacharel em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (UNICEUB).

Após esse período, como Assistente do saudoso Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, Presidente do Superior Tribunal Militar, tive a oportunidade de trabalhar na Justiça Militar por um período de dois anos. Foi uma época de grande aprendizado, pois ganhei experiência como Chefe do Gabinete do Ministro-Presidente.

Mais tarde, aproveitaria esses ensinamentos ao participar, como aluno, do Instituto de Ciências Sociais (AEUDF), cursando diversas disciplinas da área do Direito.

Pela afinidade com a área de Ensino, fui designado para representar a Força Aérea no Colégio Interamericano de Defesa, situado em Washington (EUA), por um período de dois anos, onde realizei o Curso Superior de Defesa Continental.

Após ter comandado a Universidade da Força Aérea e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, fui designado para ser Chefe do Gabinete do ex-Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista, quando tive a oportunidade de interagir com inúmeros órgãos do Poder Judiciário.

No ano de 2006, atuei como Chefe do Estado-Maior da Defesa, sendo a minha tarefa naquele órgão extremamente facilitada, pois recebi aquela chefia das mãos competentes do meu amigo Ministro, agora novamente mais antigo, General Magioli.

E em 2007, como Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, recebi a incumbência do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Saito, de ser o responsável pela estruturação de todo o planejamento estratégico da Força, cujo horizonte alcança o ano de 2023.

Meus amigos, quase concluindo, creio que é hora de externar os seguintes agradecimentos:

– Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por acolher a proposição do meu nome, encaminhado pelo Exmº Sr. Ministro da Defesa, para ocupar a vaga existente neste Tribunal;

– Ao Exmº Sr. Embaixador de Portugal, Dr. Francisco Seixas da Costa, pelo carinho e amizade devotados a este filho de lusitano;

– Ao Ministro de Estado da Defesa Dr. Nelson Azevedo Jobim, pela confiança depositada ao encaminhar a indicação do meu nome

ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e pelas contínuas manifestações de apreço e amizade;

– Ao Ministro de Estado da Defesa Dr. Waldir Pires, pelo apoio irrestrito durante o período em que atuei como seu Chefe do Estado-Maior de Defesa, no ano de 2006. Devo muito ao senhor, meu caro amigo Ministro Waldir Pires;

– Ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Baptista, pelo constante incentivo e exemplo de amizade, além dos valiosos ensinamentos transmitidos quando exerci a função, por três anos, como seu Chefe de Gabinete;

– Ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lacerda, pela constante prova de amizade e apoio, e ainda, por me ceder, por diversos momentos da vida, o fulgurante brilho de sua tão abençoada estrela;

– Ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, pela irrestrita confiança depositada ao designar-me como seu Chefe de Estado-Maior e pelo constante incentivo na realização dos trabalhos do EMAER;

– Aos Excelentíssimos Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela atenção e cortesia dispensadas quando da obrigatória audiência pública para apreciação da minha indicação, em especial aos Senadores Marco Maciel e Marcelo Crivella;

– Ao Ministro Olímpio, gostaria de enfatizar que em momentos cruciais é que o homem encontra os seus verdadeiros amigos. Nunca esquecerei as suas eloqüentes palavras no artigo intitulado *"Antigüidade ainda é Posto"*;

– Finalmente, gostaria ainda de agradecer as amáveis palavras de saudação do meu estimado amigo de Turma, Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar William de Oliveira Barros, e a acolhida fraterna do nosso eminente amigo, Subprocurador-Geral da Justiça Militar da União, Dr. Mario Sérgio Marques Soares.

Nunca poderia imaginar que o destino iria conduzir-me até ao dia de hoje, sendo oportuno dizer que a minha carreira militar serviu como base de sustentação e preparação para o cargo no qual estou sendo empossado. É importante frisar, ainda, que estou sendo

empossado nesta vaga de Ministro, por ser o mais antigo dos oficiais-generais da Ativa do Comando da Aeronáutica, obedecendo a uma importante tradição.

Após estas considerações relativas à minha vida profissional, quero afirmar que continuarei pautando a minha conduta de forma a honrar o juramento proferido perante a Bandeira Nacional, durante a Declaração de Oficial (aspirante-aviador), no ano de 1966, e, também, durante o juramento há pouco formalizado.

Bem, a minha vida caminhou numa velocidade incrível. Agradeço ao bom Deus por estar vivendo este belíssimo instante da minha vida bem vivida, com todos os nossos convidados, que deram um toque todo especial a esta solenidade.

Que Deus esteja sempre presente, indicando-me o caminho correto nas minhas novas funções, agora como integrante do Poder Judiciário.

Muito obrigado!

O autor é Tenente-Brigadeiro-do-Ar e ocupa, atualmente, o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

O discurso transcrito foi proferido em 29 de abril de 2008, por ocasião da solenidade de posse do autor no STM.

Macrotendências Globais e o Sistema Internacional Contemporâneo

Severino Cabral

"Sabendo reconhecer as prioridades, estarás ao alcance da Via."
Da Xue

O início do século XXI apresenta o mundo em grande e rápida transformação. A extraordinária revolução na Ciência e na Técnica habilita a Humanidade a alcançar novos graus de desenvolvimento na arte de criar riqueza e gerar prosperidade. A comunicação via satélite e os meios de transporte aéreo praticamente uniram o mundo inteiro. Indivíduos e nações se aproximam e se relacionam cada vez mais em todos os horizontes do Planeta. A pouco e pouco se estrutura uma nova ordem mundial baseada no entendimento e na cooperação de todos os países do mundo, na independência e na autodeterminação dos povos. Por outro lado, esta nova ordem pressupõe o rápido crescimento econômico e social de países que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento. O que se traduz também por tensão e instabilidade, por vezes geradoras de crises e conflitos.

Faz pouco tempo um relatório da firma Goldman & Sachs, de Londres, despertou a atenção de analistas de todo mundo, ao prever para o ano de 2050 a emergência do BRIC. Na antecipação dos autores do relatório, por volta da metade do século XXI a estrutura do sistema mundial de poder estará apoiada na economia dos países cujas iniciais formam o acróstico: Brasil, Rússia, Índia e China. Esses países, a essa altura, se situariam no topo do sistema mundial. O relatório serviu para atrair a atenção para a existência de macrotendências do sistema mundial no século e milênio que ora se iniciam.

A primeira tendência que se anuncia é a de que somente os grandes países do mundo de hoje que sejam dotados de considerável espaço territorial, população e força econômica autônoma podem aspirar constituir um pólo de poder mundial. Neste sentido, a unidade

e a integração européia servem de balizamento para o caminho das unidades políticas ativas do mundo contemporâneo: o seu êxito ou fracasso determinará a existência futura da Europa como um grande centro mundial capaz de irradiar prestígio e influência. Como também é observável que os principais obstáculos no caminho do BRIC para o topo da ordem mundial relacionam-se à capacidade de cada um deles manter, ampliar e, até mesmo, recuperar espaço, população e base econômica. Em suma, a característica principal do processo em curso, a *"contrario sensu"* da fragmentação da *"primeira onda globalizante"*, é a da constituição dos megaestados, que serão amanhã os sustentáculos da mundialização.

A segunda e decorrente tendência é que o ambiente internacional deverá ser profundamente alterado em relação ao que era ao final da Guerra Fria, sobretudo o sistema que sucedeu a bipolaridade, e que se denominou a *"Nova Ordem Mundial"*. Contudo, acontecimentos como as duas guerras do Golfo e o incidente de 11 de Setembro são sintomas da profunda e dramática instabilidade da ordem internacional gerada pela unipolaridade, vale dizer, a política de força de uma única potência. A superação desse estado de coisas só ocorrerá com a emergência de uma nova ordem mundial mais democrática e mais legítima, baseada num novo equilíbrio de forças entre as nações. O advento de uma ordem multipolar será positivo para a criação de uma situação internacional menos tensa e mais direcionada para a elevação do nível de vida das populações do mundo em desenvolvimento.

A terceira tendência cada vez mais visível no horizonte internacional é o papel da Ásia do Leste como um dos pilares do mundo multipolar em gestação. O megadesenvolvimento da China (que já adquire a forma de um megaestado), em seguida ao do Japão e da Coréia, transformou o mundo ásio-oriental na vanguarda do sistema internacional. Trata-se de uma região de importância cada vez maior no jogo de equilíbrio do poder mundial, conseqüentemente para a paz e para o desenvolvimento do mundo. Esta a razão por que, neste começo de século e de milênio, a China e a Ásia Oriental encontram-se no centro do processo da construção de um dos pilares de sustentação do sistema internacional multipolar de amanhã.

Como quarta tendência, é possível constatar a ressurgência das civilizações afetadas em seu destino histórico pelo mundo euro-

ocidental e pela Ciência e Técnica modernas. O mundo, que assistiu no pós-Segunda Guerra Mundial ao processo de industrialização e assimilação da Técnica e da Ciência, despertou importantes forças irradiantes e insurgentes, com a descolonização da África, da Ásia e do mundo árabe-muçulmano. Este último fenômeno, sinalizado pela ressurgência do Islamismo como protagonista da cena internacional, tem impressionado observadores de todo o mundo, a ponto de ser interpretado como o desafio maior do pós-Guerra Fria.

Uma quinta tendência influenciará de forma decisiva a configuração do mundo de amanhã. Trata-se da emergência do mundo latino, cujo protagonismo possível encontra no futuro megaestado brasileiro seu principal ator. Embora a Europa meridional seja parte fundadora do mundo latino, o emergente bloco reunirá, sobretudo, o conjunto dos países da América Latina. O novo mundo latino-americano integrará uma grande área econômica capaz de impulsionar a criação de uma nova ordem mundial multipolar.

Essas cinco macrotendências desenham uma linha central que aproximam e fazem convergir, em graus e intensidades variadas, as estratégias dos grandes países do mundo emergente. Observa-se nesse processo que a China tenta consolidar o seu processo de industrialização, e ampliar sua participação no sistema internacional, apoiada na defesa de uma ordem mundial estável. No caso do Brasil – que é o maior país em desenvolvimento do Hemisfério ocidental, detentor de recursos naturais imensos, e de uma grande população, desejosa de contribuir para a elevação do bem-estar material e espiritual de todos os povos – essas macrotendências presentes na cena internacional fazem-no cada vez mais interessado, num esforço conjunto com a China, Rússia e Índia, numa pauta comum em defesa do desenvolvimento pacifico e sustentável, compreendido este último como uma resposta ao desafio gerado pelo aparecimento de uma economia globalizada e pelas ameaças dela resultantes: ampliação da diferença de renda entre ricos e pobres, degradação ambiental, aumento do hiato financeiro, cientifico e técnico existente entre os países industrializados e o mundo em desenvolvimento.

A análise da política internacional do pós-Guerra Fria tem recorrido a novos esquemas teórico-interpretativos para explicar fatos gerados pelo acontecimento da hegemonia de uma superpotência global.

Nesse sentido, podem ser compreendidos alguns dos principais teóricos e formuladores de política nos Estados Unidos: Francis Fukuyama, Samuel Huntington, Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski representam a linha de frente dessa geração de autores pela repercussão de suas concepções no debate contemporâneo sobre a natureza das relações internacionais. Eles introduziram temas e conceitos como também reativaram concepções e esquemas teóricos vinculados a um passado ainda atual, cuja História pode liberar meios de se pensar o amanhã do sistema de poder mundial.

No essencial, o debate atraiu a imaginação dos estudiosos para o exame de aspectos recorrentes do relacionamento entre sociedades, estados e nações no sistema das relações internacionais dominantes ao final dos novecentos.

Foi assim que a visão defendida por Francis Fukuyama no seu livro *"O Fim da História e o Último Homem"* restabeleceu a concepção desenvolvida por um filósofo russo radicado na França, Alexandre Kojève, sobre o tema hegelo-marxiano do *"fim da História"*, acompanhado da problemática nietzschiana da *"morte do homem"*. Por essa teoria o que se propõe é uma interpretação geral dos acontecimentos que modelaram a História do século XX e que foram decorrentes da polaridade soviético-americano em torno da dualidade Socialismo *"versus"* Capitalismo. O que se conclui, dirá o autor, é que a vitória emblemática do "*american way of life*" como paradigma da sociedade mundial ao término do confronto da Guerra Fria impôs o modelo do *"último homem"* como o horizonte da Humanidade *"pós-histórica"* e, finalmente, *"pós-humana"*.

A intervenção de Samuel Huntington, sintetizada em seu livro *"O Choque das Civilizações"*, constitui também uma nova interpretação da configuração do poder mundial após a Guerra Fria. Na sua obra, recorre como fonte de inspiração teórica a dois clássicos autores que construíram explicações macrohistóricas para a crise do mundo ocidental: Oswald Splenger e Arnold Toynbee. A concepção que emerge de seu texto é a de que o conflito entre civilizações – por ele enunciado como sendo ocidental, latino-americana, eslava, sinica, hindu, japonesa e africana – que se anuncia desde o colapso da URSS e do sistema de estados socialistas, será caracterizado pela polaridade entre o Ocidente e o mundo islâmico e confuciano, e substitui aquela anterior marcada pela disputa entre a ideologia socialista e capitalista.

A compreensão de Henry Kissinger do processo de formação do sistema internacional, presente no livro *"Diplomacia"*, em que analisa o processo de construção da hegemonia norte-americana ao longo do século XX, descortina momentos decisivos da política externa dos Estados Unidos e de seu impacto sobre a *"soi-disant" "nova ordem mundial"*. Por esses momentos, que vão da guerra hispano-americana até ao final da Guerra Fria, desfilam os grandes organizadores do triunfo novecentista norte-americano: Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, Franklin Roosevelt e Harry Truman, Dwight Eisenhower e John Kennedy, Richard Nixon e Ronald Reagan. Nesse amplo painel sobre a diplomacia e o poder mundial, o autor considera necessário que o idealismo norte-americano venha a ser guiado através do labirinto das novas complexidades pelas recorrentes visões devidas às análises geopolíticas de Alfred Mahan e Halford Mackinder.

Por fim, o livro publicado por Zbigniew Brzezinski, em 1997, demonstrou, em seu estudo sobre o estratégico tabuleiro onde se joga o poder mundial e o destino da supremacia global norte-americana, que a estrutura do sistema de poder mundial se apresentava, na primeira década antes do fim do século XX, permeada de grandes e sérias ameaças à hegemonia americana. Não por acaso, ao reexaminar concepções geopolíticas de Halford Mackinder sobre o caráter estratégico do *hearthland* euro-asiático, revisitadas no pós-Guerra Fria, ele reorientou para o Extremo Oriente a inclinação da balança do poder. Refaz-se, assim, um conjunto de análises estratégicas devido a Nicholas Spykman e que havia conduzido toda a estratégica política norte-americana na arena internacional, desde a Segunda Guerra Mundial, tendo como alvo o controle da *rimland* euro-asiática.

Mas se voltarmos o olhar para outro ângulo da questão, não a permanência da ordem atual, mas a sua evolução para uma nova ordem internacional multipolar, o desafio será o de superar os impasses causados por um predomínio unipolar e unilateral, pois ele se torna cada vez mais custoso à estabilidade, à paz e ao desenvolvimento.

O autor é Professor e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

UFO's: Uma Análise Estratégica

Antonio Celente Videira

Este artigo não tem por objetivo analisar se existem ou não discos-voadores; se o caso do ET de Varginha é devaneio ou realidade; se o acidente em Roswell, no ano de 1947, foi o destroço de um balão meteorológico próximo a uma Base Aérea militar ou a queda efetiva de um UFO. Se enveredássemos por essa linha, talvez melhor fosse discutir dogmas religiosos, como a crença ou não na reencarnação; ou se Jesus era o Cristo ou mais um profeta; ou, então, levantar questões políticas relativas a programas partidários ou ideológicos.

Todos esses temas gerariam posições apaixonadas que não fazem o nosso perfil, já que não somos especialistas ou pesquisadores da ufologia e, muito menos, possuidores de notório saber em assuntos teológicos.

A nossa reflexão está na direção da estratégia e da projeção do impacto mundial, quando a fenomenologia dos insólitos, na hipótese de sua existência, vier a público ou quando não houver mais como acobertar acontecimentos desta natureza.

Hoje, conversar sobre discos-voadores em um círculo de pessoas sérias, não religiosas, ou sem interesses investigativos é algo preocupante, para não dizer temeroso. A chacota e a zombaria seriam a ressonância dos comentários por parte da mediana sociedade, caso extravasassem questões da fenomenologia do meio pelo qual o assunto é tratado circunspectamente, ou seja, junto à comunidade de estudiosos sérios.

É naturalmente arriscado, portanto, conversar sobre esse assunto, em que o poder decisório aflora a partir de criaturas empossadas em funções relevantes ou influentes na opinião pública. Infelizmente, a prudência na tomada de posições que não comprometam o *"status"* e a ordem institucional é uma busca constante, a fim de evitar resvalo em matéria tão controvertida e contundente.

Cliffor Stone, Primeiro-Sargento do Exército Americano (*Army*) e defensor da hipótese de que o Governo norte-americano conserva três corpos de alienígenas guardados em instalações militares, resume essas considerações iniciais da seguinte forma:

"Sei que a ausência de evidência não é a evidência da ausência. É sim a evidência de que isso tem sido negado aos americanos."

(ESCAMILLA, *"apud"* STONE, 2005)

O Avanço da Tecnologia Astronáutica e Telescópica como Poder de Penetração no Espaço

O avanço tecnológico no campo da Astronáutica e da aparelhagem ótica astronômica é algo inexorável. O desenvolvimento e a inovação em ambas as áreas têm proporcionado o alargamento da nossa percepção sobre o Universo que nos circunda.

A corrida espacial e a chegada do Homem à Lua foram o marco para americanos e soviéticos se aventurarem em outras metas maiores no entorno do Sistema Solar. A Missão *Mariner 9*, o Projeto *Viking*, a *Mars Observer*, que se perdeu três dias antes de entrar na órbita de Marte, a *Mars Global Surveyor*, a *Mars Pathfinder*, a *Mars Reconnaissance*, a *Mars Express* e mais dois jipes robóticos (*Spirit* e *Opportunity*) traduzem a epopéia da NASA e da Agência Espacial Européia junto ao Planeta Marte.

Já as sondas *Pioneer* e *Voyager*, nos anos 80, e mais recentemente a Sonda *Cassini* e o Veículo de Superfície *Lander* percorreram as cercanias de Saturno, revelando aos nossos cientistas dados surpreendentes sobre o mais lindo Planeta do Sistema Solar.

Já o Planeta Vênus recebeu a visita de naves pertencentes a programas espaciais tanto de soviéticos como de americanos. Os Programas *Venera* e *Mariner*, respectivamente, colocaram em órbita e na superfície de Vênus satélites e sondas colhendo amostras do solo e fotografias daquele Planeta. Isso aconteceu nos anos 60 e 70. Com o avanço tecnológico americano, em 1978, a NASA retorna a Vênus com a sonda espacial *Pioneer* e, doze anos depois, em 1990, foi a vez da sonda *Magellan*, ocasião em que foram obtidos dados sobre a geologia e atmosfera daquele Planeta.

A proximidade de Mercúrio com o Sol fez com que a NASA construísse uma sonda especial chamada *Messenger*, com características robustecidas, a fim de orbitar regiões inóspitas do menor Planeta do Sistema Solar.

A *Pioneer 9* e *10* e a *Voyager 1* e *2* foram as naves americanas lançadas a Júpiter para investigar a sua misteriosa e nevoenta atmosfera. Todavia, dos sensores de *Galileo*, em 1995, é que a Humanidade tomou conhecimento do impacto do Cometa *Shoemaker* na superfície do Planeta. Mas à sonda *Galileo* estava reservada outra missão: perscrutar as luas do maior Planeta do Sistema Solar, detendo-se em Europa, por ser uma lua cuja atmosfera tinha similaridade com a da Terra, apresentando, inclusive, um oceano congelado na superfície. Essa descoberta levou a NASA a traçar uma estratégia, com o intuito de investigar os satélites congelados a partir de *Jimo*, sonda muito mais sofisticada, a ser lançada depois de 2012.

A *Voyager 2*, que partira para Júpiter em proveito da missão prosseguiu para Netuno e Urano e os fotografou na totalidade das suas regiões e hemisférios, oferecendo imagens das manchas e névoas que impregnam suas atmosferas, bem como dos anéis e satélites que circundam ambos os planetas, na busca da revelação da gênese daqueles orbes e do próprio Sistema Solar.

O outro fator que ampliou o avanço do Homem às regiões do espaço foi o desenvolvimento das estações espaciais. Estas, segundo a Enciclopédia Wikipédia, são satélites artificiais concebidos para serem laboratórios em ambientes de microgravidade. Além da função primária de realização de experimentos em diversas áreas de pesquisa, também servem para a permanência humana no espaço por período de semanas, meses, ou mesmo anos, possibilitando, assim, o estudo detalhado dos efeitos no corpo humano submetido à longa permanência no espaço. Por fim, imagina-se que uma estação espacial poderá servir de base avançada para tripulações terráqueas que seguirão outros orbes. De acordo com o astronauta Marcos Pontes, das estações espaciais que circundaram a Terra, algumas pertenceram aos programas *Salyut* e *Almaz*. Tivemos ainda a *Skylab* e a *Mir*. Atualmente, temos apenas a *Estação Espacial Internacional* (*ISS*) na órbita de nosso Planeta, que foi construída por um consórcio de 16 países. Ela é a maior obra de Engenharia Espacial já desenvolvida, sendo o melhor laboratório espacial disponível para a Humanidade.

Avanço da Astronáutica na projeção do Homem ao Espaço Sideral

Continua Marcos Ponte informando que o Brasil participou do programa da *ISS*, em 2006, por intermédio da *Agência Espacial Brasileira* (*AEB*) – único órgão responsável pelas decisões de políticas e orçamentos do Programa Espacial Brasileiro – a qual concebeu, definiu e contratou a Primeira Missão Espacial Brasileira: a *Missão Centenário*. Os objetivos da missão eram:

– Realizar experimentos de instituições brasileiras em ambiente de microgravidade a bordo da ISS e, assim, incentivar esse setor de pesquisas no País;

– Realizar experimentos educacionais para o incentivo de futuras gerações nas áreas de Ciência e Tecnologia;

– Ser a maior homenagem internacional do Centenário do Vôo de Santos-Dumont;

– Divulgar o Programa Espacial Brasileiro.

Para tripular a missão, a AEB escalou o único astronauta profissional brasileiro, treinado completamente na NASA desde 1998, o Tenente-Coronel-Aviador Marcos Pontes.

O *"backup"* do Astronauta Marcos Pontes era o Cosmonauta Sergei Volkov, que realizaria a missão brasileira no caso de o astronauta brasileiro ter qualquer tipo de problema de saúde, ou de não obter nível adequado de aproveitamento nos treinamentos técnicos para a operação e a manutenção dos sistemas da espaçonave *Soyuz* e da *ISS*, realizados em língua russa na Cidade das Estrelas, em Moscou.

Após seis meses de treinamento intensivo, o astronauta Marcos Pontes decolou do Cazaquistão, a bordo do Foguete *Soyuz TMA-8 p*ara levar a bandeira brasileira, pela primeira vez, ao espaço. A Missão foi realizada sem nenhum erro operacional. Seu feito muito dignificou o País no processo da conquista espacial e sua história de vida serve de inspiração para milhões de jovens brasileiros.

O Astronauta Marcos Pontes foi transferido para a Reserva da Força Aérea em 2006, como é natural acontecer com todos os astronautas de origem militar nos países desenvolvidos, a fim de promover a continuidade normal das suas funções civis de astronauta, sem conflitos com a Legislação militar. Atualmente ele continua a residir em Houston, à disposição do Brasil para outros vôos que o País venha a definir e coordena suas atividades de astronauta com as atividades de empresário, contribuindo com seu conhecimento para o desenvolvimento do setor aeroespacial e da educação no Brasil [1].

A falta de visão estratégica de muitos brasileiros não permite enxergar esse fato como nós o percebemos. O nosso astronauta representa a saga da permanência do Homem brasileiro no espaço sideral, pois a partir daí está preparado para incrementar, no Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), o treinamento primário para outros astronautas, seus possíveis sucessores como exploradores das vantagens do domínio espacial brasileiro, além de, também, prováveis vivenciadores de fenômenos ufológicos na imensidão do Cosmo, como outros astronautas já experimentaram.

Relatos surpreendentes de alguns astronautas hóspedes dessas plataformas assinalam a oportunidade de terem podido

---

[1] *Mais informação sobre o Astronauta brasileiro e suas atividades profissionais: www.marcospontes.net.*

presenciar vetores anômalos e de origem desconhecida nas profundezas da abóbada estelar.

Vejam que a *"parafernália"* espacial, fruto do espetacular avanço tecnológico, está possibilitando ao Homem ampliar o seu conhecimento sobre outros planetas nossos vizinhos. É a sua visão que deixa para trás a rudimentar luneta de Galileu para se apoderar dos possantes foguetes interplanetários, a fim de divisar superfícies e atmosferas de outros mundos.

Na Telescopia atual, o avanço científico se tem caracterizado como um dramático indutor à penetração estrutural das leis que regem os movimentos e a composição dos corpos celestes.

Telescópios como o de Hale, cujo espelho tem cinco metros de diâmetro, varreram, até agora, alguns recantos do Universo. Com a nova geração desses instrumentos, e aí citamos o *VLT (Very Large Telescope)*, já com um espelho de oito metros, aconteceu elevado ganho na observação do Cosmo. Porém, nem ainda se consolidou o *VLT*, já foram projetados o *Telescópio de Trinta Metros (TMT)*, o *Telescópio Gigante Magalhães (GMT)*, com 24 metros, e o Colosso *OWL* (nome que tem a ver com sua visão apurada noturna – *OWL* é coruja, em inglês), com um espelho de 100 metros.

Mas, em paralelo à Telescopia no solo, o telescópio espacial *Hubble* faz sua caminhada pomposa pelo espaço, colhendo dados fantásticos para os astrônomos. O seu sucessor, também espacial, de nome *James Webb (JWST)*, promete revelar surpresas do incógnito Universo, em virtude do seu espelho ser duas vezes e meia maior que o espelho do *Hubble*, isto é, enquanto este mede 2,4 metros, o outro possui 6,5 metros. Cabe dizer que os telescópios espaciais não podem ter diâmetros de espelhos avantajados por causa de suas acomodações nos compartimentos de carga dos ônibus espaciais.

Poderíamos mencionar como tecnologia de rastreamento o também telescópio espacial de grande área de Raios-Gama (*Glast*, em inglês), para explorar astros exóticos como buracos negros e estrelas de nêutrons, ou ainda o sistema de radiotelescópios *ATA (Allen Telescope Array)*, situado na Califórnia (EUA) e apontado para o céu, na esperança de captar mensagem vinda do espaço, bem como criar mapas radiais da Galáxia de Andrômeda.

O avanço da Radiotelescopia na tentativa de captar mensagem extraterrena e de criar mapas radiais da Galáxia de Andrômeda, na Califórnia

Essa Epopéia do conhecimento é o lastro de tempo para, em breve, ficarmos sabendo, de forma global, que não estamos sós no Universo, uma vez que, sem dúvida alguma, essa certeza é apenas de propriedade de alguns poucos.

É interessante perceber a dialética de uma decisão do Governo americano. Quando se encerrou o Projeto *Blue Book*, em 1969, a corrida espacial acontecia a pleno vapor. Perceberam os norte-americanos que o avanço da Astronáutica, levando expedições de astronautas ao espaço, e o aperfeiçoamento ótico dos espelhos dos telescópios, aumentando a visão do olho humano, proporcionariam frutos superiores em relação à simples pesquisa de campo, analisando material, consultando dados astronômicos, monitorando vôos de aeronaves, verificando registros meteorológicos e, ainda, fazendo entrevistas demoradas, às vezes sem consistência, tais quais as proporcionadas pelo Projeto *Blue Book*, que se arrastava desde 1952, segundo o site www.superabril.com.br/superarquivo/2005. **"Vida à evolução tecnológica e morte aos depoimentos às vezes psicóticos"** era a nova estratégia no jogo da conquista espacial.

Tudo que foi falado até agora sobre Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Astronáutica e da Telescopia está diretamente relacionado à tecnologia dos materiais, que, nos últimos sessenta anos, ostentou patamares dignos da proeza humana. Peter Drucker, em sua obra *"Uma Era de Descontinuidade"*, em 1974, já profetizava a aplicação tecnológica do aço, do vidro, dos plásticos, do concreto protendido, da Petroquímica, enfim, de uma infinidade de processos e de novos materiais que revolucionaram o *"modus vivendis"* da raça humana.

Especificamente no alargamento da nossa penetração no espaço sideral, contamos com a fibra ótica, o chip, o circuito integrado, a microeletrônica, a biogenética, a nanotecnologia, o nióbio, este último em abundância no Brasil e de grande aplicação na indústria aeroespacial, e tantos outros novos elementos materiais e métodos. Culminando no aperfeiçoamento mental para soluções de problemas, dominaram-se processos de algoritmos que envolvem a Mecânica quântica, a Matemática não-linear, a Física exótica, as redes neurais, em suma, toda abstração que, com o auxílio de modelos computacionais, coadjuvarão na projeção da criatura humana a pontos do conhecimento inimagináveis.

É a evolução espiral-helicoidal imanizada primordialmente no troglodita das cavernas, cujo percurso empolgante culminou no pináculo do conhecimento, agora como senhor de uma sociedade multifacetada, complexa e altamente competitiva, produto da dinâmica interação entre o exercício do pensamento e os desafios da vida, conforme postula a Neurociência.

Ao olharmos a era das grandes navegações e ao enxergar a ciclópica vontade do Homem da Renascença em alcançar o Novo Mundo, deparamo-nos com esse mesmo Homem, hoje, não mais sendo instruído pela Escola de Sagres, mas sim pela NASA e pela Agência Espacial Européia, para viver a época do encontro com inteligências alienígenas.

O Ceticismo Programado

A Revolução Científica e Tecnológica que tantos benefícios trouxe para a Humanidade, em especial para a Astronomia e a Astronáutica, ainda não foi objeto de revelação da exobiologia. A negação sobre a

vida em outros mundos parece ser orquestrada sob o patrocínio de grupos que têm interesse nesse estado de alienação.

Basta dizer que autoridades de ilibado senso mental, ao fazerem declarações sobre a inexplicabilidade de determinados fenômenos, foram motivo de gozo e chacota.

Nós mesmos, quando estávamos servindo nos EUA, ao realizar uma missão na Base Aérea de White Partesen, em Dayton, Ohio, fizemos perguntas sobre o grau de veracidade de seres extraterrestres recolhidos no incidente de Roswell, e que estariam recolhidos em instalações daquela Base Aérea americana, fomos motivo de risos e deboches por parte de colegas militares americanos e brasileiros. Restou-nos levar o caso também na gozação, para que a brincadeira terminasse por ali.

O que se percebe é que, não obstante as possibilidades de os engenhos astronômicos e astronáuticos abrirem, a cada dia, portais que propiciam enxergar quintais recuados no espaço sideral, trazendo aos pesquisadores das agências espaciais e astronautas imagens de mundos não explicados, ainda preexiste o ceticismo tolo e burro.

Vejam que a Ciência nos ofereceu uma nova anatomia do espaço em relação àquela que aprendemos ainda no Curso Primário. Por exemplo, os Planetas não existem somente no Sistema Solar, mas circunavegam em outras estrelas; o número de luas que gravitam os orbes do nosso Sistema aumentou e vem aumentando vertiginosamente; Plutão não pertence mais ao nosso Sistema, mas ao Cinturão de Kuiper, uma população de pequenos corpos congelados distribuídos em torno do Sol, estendendo-se de Netuno até algumas centenas de Unidades Astronômicas (UA). Vejam que esses dados há 30, 40 ou 50 anos não eram exatamente os que interpretamos hoje. Naturalmente, as informações relatadas podem atualmente ser de domínio público. Agora, o que dizer daquelas que não são podem ser repassadas à Humanidade? Com toda certeza teriam de ser acobertadas ou despistadas, utilizando-se o subterfúgio denominado por nós de *"ceticismo planetário"*.

Por que presidentes americanos como Jimmy Carter e Bill Clinton pediram ao *"bureau"* da CIA a verdade sobre os discos-voadores? Será que o General Douglas MacArthur foi visionário ao

afirmar, em 1955, após a Segunda Guerra Mundial, que o próximo conflito seria com civilizações de outros planetas? Os astronautas americanos Gordon Cooper e Edgar Mitchell, no Programa *Apollo*, e o cosmonauta soviético Pavel Popovich, durante o vôo na Estação Mir, ao relatarem que foram proibidos de mencionar que viram UFO's, nas suas respectivas missões, estavam traindo seus governos e superiores ou devotaram respeito à pobre Humanidade?

Essas são questões de extrema relevância e que poderiam suscitar, pelo menos, indagações nas *"cabecinhas"* dos *"céticos globais"*.

A Diminuta Elite Pensante e os Discos-Voadores

Se há um elenco de personalidades que relegam a existência de inteligências extraterrenas, felizmente existem outras, por meio de fatos e posicionamentos, que proporcionam outro entendimento para o fenômeno.

A começar, destacamos a obra de Marco Antonio Petit, *"UFO: Arquivo Confidencial – Um Mergulho na Ufologia Militar Brasileira"*, em que o pesquisador menciona a palestra do então Coronel-Aviador, depois Brigadeiro-do-Ar, João Adil de Oliveira, na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), em 2 de novembro de 1954, quando aquele oficial já falava para um seleto auditório sobre o fenômeno dos discos-voadores, que *"deveria ser tratado com seriedade, uma vez que quase todos os governos das grandes potências se interessavam por ele de forma circunspeta e reservada, dado o seu interesse militar"*, (Petit, 2007, p.26).

Aliás, por falar no livro *"UFO's – Arquivo Confidencial"*, ele pode ser classificado como um documento de extrema relevância para o esclarecimento das nossas elites interessadas no assunto UFO, principalmente a militar. É uma narrativa apresentando fatos envolvendo as três Forças Singulares.

Nós vimos, na obra, um conteúdo escrito que pode ser considerado um *"dado"*, e algumas das suas conclusões podem transformar-se em *"conhecimento"*, considerando-se a metodologia da *"Inteligência Estratégica"*. A nossa formação profissional, ao ler a literatura, levou-nos a ofertá-la a algumas Organizações da Aeronáutica, com o fim de arquivá-la para possíveis consultas, em caso de montagem de cenários prospectivos, uma vez que referenda e apresenta capas de

documentos anexos, considerados confidenciais, e que muitos militares, principalmente os mais modernos, ignoram, especialmente se não pertencem à Comunidade de Inteligência. É, portanto, um inventário minucioso sobre as ações dos militares que nos antecederam, diante do fenômeno, com destaque para:

– Capítulo 5: A Investigação Ufológica Oficial da Aeronáutica;

– Capítulo 7: A Incrível Onda Ufológica de maio de 1986;

– Capítulo 9: Os Segredos da Operação Prato, realizada em 1977. Serve para balizar ocorrências que venham a se repetir nas localidades já mencionadas. É, enfim, uma produção intelectual que destaca a atenção dada ao assunto por autoridades sérias e dignas.

Ainda neste contexto, vamos verificar depoimentos de personalidades já mencionadas neste artigo, como os presidentes norte-americanos Jimmy Carter e Bill Clinton, e mais ainda Dwight D. Eisenhower e Ronald Reagan, assim como os Primeiros-Ministros Nikita Kruchov e Mikail Gorbachov, da extinta União Soviética, os quais se preocupavam com a defesa planetária, em virtude de uma provável ameaça do espaço.

Os astronautas Gordon Cooper e Edgar Mitchell foram implacáveis, reiteramos, nas afirmações sobre suas experiências, no tocante ao que presenciaram de extraordinário em seus vôos espaciais. Agora o que dizer das observações feitas por outros astronautas, como M. Scott Carter, da *Aurora 7*, em maio de 1962; Charles Conrrade, da *Gemini 5*, em março de 1964; Frank Borman, da *Gemini 7*, em dezembro de 1965; e outros que presenciaram e fotografaram das escotilhas de suas cápsulas corpos estranhos acompanhando seus movimentos orbitais? Certamente esses homens, a par de suas reputações e de seus elevados sensos psíquicos, não iriam ferir a Sociedade Científica a que pertencem com relatos fúteis e sensacionalistas, uma vez que nenhum deles precisava de reputações bisonhas.

Não muito longe do tempo, mencionamos a figura do saudoso General Moacyr Uchoa, militar insigne, Professor de Cálculo Vetorial na antiga Escola Militar do Realengo e Professor Catedrático de Mecânica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a relatar suas experiências

com os UFO's, na Fazenda Vale do Rio do Ouro, nas cercanias de Alexânia, Goiás, em janeiro de 1972, de acordo com o site www.jlocal.com.br.

O General Uchoa foi mais além, já que suas declarações extrapolam o espaço tridimensional, para relatar uma experiência sua, pessoal, sobre a hiperdimensão espacial. A nossa linha de pensamento não contempla esse tipo de vivência, porque vai além do limite dos nossos cinco sentidos, mas prende-se tão-somente à sua observação com outras presenças, também de elevado nível social, naquela fazenda, sobre os vetores luminosos que lá chegavam e se retiravam, sob forte suspeita de um comandamento inteligente.

Muito mais contundente do que o acontecido extraordinário é a revelação daquele oficial-general, por meio de livros e palestras, cônscio das reações das forças naturais sobre a matéria, por ser, além de militar de alta patente, Professor de Física. Percebe-se que não é o pensamento de um alienado ou visionário, mas de alguém de destaque, incluído no contexto social como protagonista da formação do caráter da oficialidade do Exército Brasileiro, de um passado recente.

No quadrante do debate mundial sobre os discos voadores, no exemplar n.º 137 da *"Revista UFO"*, de janeiro de 2008, foi feita a cobertura de um evento denominado Coalizão pela Liberdade da Informação *(Coalition Freedom of Information)*, no dia 12 de novembro de 2007, e realizado na sede do Clube Nacional da Imprensa, em Washington (EUA). Lá se reuniram cientistas, militares, políticos e ex-membros de agências governamentais. Pessoas como o General Wilfried de Brower, ex-Chefe de Operações da Força Aérea Belga, Fife Symington, ex-Governador do Arizona, o Capitão-Aviador do Exército Chileno, Rodrigo Bravo Garrido, o General da Reserva Parviz Jafari, ex-Piloto da Força Aérea Iraniana, John Callahan, ex-Chefe da Divisão de Acidentes, Avaliações e Investigações da Agência Federal de Aviação dos EUA, e outros expoentes de nações como o Peru, a França e a Inglaterra, que debateram a fenomenologia dos discos-voadores e a urgente necessidade de os governos dos diversos países colaborarem e divulgarem à Humanidade as ocorrências dos insólitos no mundo.

Três dias depois, entre 15 e 18 de novembro de 2007, o Brasil sediou, na cidade de Curitiba, o II Fórum Mundial de Ufologia, contando com a presença de alguns participantes da *"Coalizão pela*

Liberdade da Informação", nos EUA, e ainda Richard Hines, ex-consultor da NASA; Nick Pope, ex-funcionário do Ministério da Defesa Britânico; Anthony Choy, da Força Aérea do Peru; e o Coronel Ariel Sanchéz, da Força Aérea Uruguaia, dentre outros notáveis por suas qualificações funcionais em seus países.

Queremos dizer que, nessas reuniões, perfilaram figuras humanas que têm destaque, na estrutura organizacional da sociedade humana, não podendo, portanto, terem suas opiniões deixadas de lado sobre um assunto de elevada envergadura na contextualização etiológica de inteligências no Universo.

Se representantes oficiais do Governo brasileiro faltaram a ambos os eventos, isso não aconteceu com os nossos bravos e estóicos pesquisadores da Ufologia, representando a Comissão Brasileira de Ufólogos (CBU), o Núcleo de Pesquisas Ufológicas (NPU) e a Redação e Co-Editoria da *"Revista UFO"*, que lá estavam presentes, contribuindo com suas experiências e vivências.

Mas nem por isso o Brasil pode ficar maculado, já que, segundo nossos próprios pesquisadores, a Força Aérea Brasileira (FAB) foi a primeira Força Militar no mundo a abrir seus arquivos secretos sobre aparições de discos-voadores.

A *"Revista UFO"* e a Imprensa nacional e internacional anunciaram, sobremaneira, a iniciativa dos dirigentes da Aeronáutica Militar, produzindo assim um grande avanço para que o Poder Público contribuísse com a pesquisa ufológica. Cabe mencionar, segundo declarações dos próprios pesquisadores, o elevado grau de cavalheirismo e de cortesia dispensado pelos oficiais e graduados da Aeronáutica aos visitantes, à medida que estes adentravam as instalações militares reservadas e questionavam sobre os processos, os métodos e as operações de vigilância do espaço aéreo brasileiro.

Aliás, essa conduta não poderia ser diferente para o autor destas linhas. Sabemos que, assim como recepcionistas, colegas superiores, ex-comandantes e ex-chefes, nossos veteranos como cadetes, no lendário Campo dos Afonsos, além de outros companheiros, também nos empenhamos ombro a ombro por uma Força Aérea mais operacional e, também como eles, sempre nos notabilizamos, ao longo de nossas carreiras, pelo profissionalismo e pela fidalguia para com aqueles que nos cercam.

A iniciativa do Comando da Aeronáutica em convocar os pesquisadores brasileiros sérios, integrantes da Comissão Brasileira de Ufólogos (CBU), em maio de 2005, a comparecerem ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) e ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), em Brasília, é produto imanente da nobilitante postura da oficialidade que nos antecedeu, cujas lideranças forjaram no tempo a coragem retemperada diante de um assunto tão controvertido: os discos-voadores. Dentre esses líderes destacamos o:

– Brigadeiro-do-Ar João Adil de Oliveira, então Chefe do Serviço de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica, que, em novembro de 1954, proferiu uma palestra sobre Defesa e OVNI, na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), no Rio de Janeiro;

– Tenente-Brigadeiro-do-Ar Eduardo Gomes, então Ministro da Aeronáutica, e hoje Patrono da Força Aérea Brasileira, por convocar o Jornalista Fernando Cleto Nunes Pereira, em 1954, a comparecer ao Estado-Maior da Aeronáutica, a fim de prestar informações sobre as ocorrências ufológicas aos seus oficiais;

– Tenente-Brigadeiro-do-Ar Gervásio Duncan, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, por ter dado uma entrevista coletiva à imprensa, em 16 de outubro de 1954, sobre a ocorrência de insólitos nas proximidades da Base Aérea de Gravataí, hoje Base Aérea de Canoas;

– Major-Brigadeiro-do-Ar José Vaz da Silva, então Comandante da Quarta Zona Aérea, atualmente Quarto Comando Aéreo Regional (COMAR IV), por criar, em 1969, o Sistema de Investigação de Objetos Voadores não Identificados (SIOANI), órgão que nasceu em território paulista, mas que tinha abrangência nacional, no que tange à pesquisa;

– Major-Brigadeiro-do-Ar Protásio Lopes de Oliveira, Comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional (COMAR I), por ter criado, em setembro de 1977, um projeto confidencial denominado *"Operação Prato"*, designando como Comandante da Operação o então Capitão-Intendente da Aeronáutica Uyrangê Hollanda, para investigar os fenômenos de luzes noturnas nos céus da cidade de Belém;

– Tenente-Brigadeiro-do-Ar Octávio Júlio Moreira Lima, então Ministro da Aeronáutica, em maio de 1986, por convocar a Imprensa e declarar que mais de vinte objetos voadores de origem desconhecida sobrevoaram o Vale do Paraíba, episódio que ficou conhecido na

Ufologia brasileira como *"a noite oficial dos UFO's"*. Na ocasião, o Capitão da Aeronáutica Basílio Baranoff produziu um belíssimo dossiê, registrando o fenômeno como um todo.

Concluímos, mencionando que outros oficiais da Aeronáutica, anonimamente, também elaboraram relatórios ou prestaram depoimentos a seus superiores em decorrência das suas vivências, diante do avistamento de UFO's nas diversas missões operacionais para as quais foram destacados.

É interessante relatar que, mesmo o Brasil vivendo momentos difíceis no ano de 1954, em especial no mês de agosto, com o atentado na Rua Tonelero, em Copacabana, o qual implicou na morte do Major-Aviador Rubens Vaz e no suicídio do Presidente Vargas; sendo a Força Aérea Brasileira (FAB) o epicentro de uma crise política; e estando às voltas com a *"República do Galeão"*, quando os oficiais-generais já mencionados encontravam-se diretamente envolvidos no restabelecimento da ordem social, os mesmos, em hipótese alguma, postergaram suas iniciativas em prestar esclarecimentos, em âmbito nacional, sobre as ocorrências ufológicas.

A herança comportamental daqueles líderes provocou certamente a ressonância em níveis mais sutis, estimulando a predisposição dos atuais chefes, precisamente em maio de 2005, no sentido de abrir seus arquivos secretos.

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Gervásio Duncan, então Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, dando entrevista à Imprensa sobre a ocorrência de aparecimento de UFO's sobre a Base Aérea de Gravataí, atual Base Aérea de Porto Alegre

Se não houve ainda a *"Liberdade de Informação"* pelo Governo, tão pleiteada pelo Movimento Ufológico brasileiro, em hipótese alguma, segundo a nossa opinião, isso invalida a atitude destemida dos líderes da FAB, que souberam conduzir o assunto, através dos anos, com a propriedade que cada caso requeria.

A elite da Aeronáutica Militar brasileira desempenhou o seu papel, contribuindo com o esclarecimento de um assunto tão polêmico como são os discos-voadores.

A elite mundial, mesmo que reduzida, representada por oficiais de alta patente das Forças Armadas de diversos países, astronautas, jornalistas, políticos, cientistas, profissionais liberais e funcionários de elevadas posições de setores e agências públicas se têm posicionado, aqui e acolá, de forma altiva, não obstante as tentativas de desmoralização e descrédito, oriundas de uma propaganda mentirosa e perversa, manipulada por grupos que não têm interesse em esclarecer a população sobre uma real pulsação cósmica preexistente, preferindo encerrá-la em ambiente hermético custodiado por um Poder Estatal estúpido e ignorante.

Construção de Cenários e o Contato Final

O mundo dos negócios hoje não programa políticas sem testá-las. O teste de políticas mais adequadas só é possível mediante um estudo preliminar, a fim de traçar uma linha de planejamento.

A Prospectiva é a Ciência dos futurólogos, que projetam cenários baseados nos acontecimentos atuais denominados *"fatos portadores de futuro"*.

O Instituto Hudson, nos anos sessenta, dedicou-se exclusivamente aos estudos do futuro. Esse futuro é o que estamos vivendo, ou seja, o crepúsculo do Segundo e o alvorecer do Terceiro Milênio. A obra *"O Ano 2000"*, *"best-seller"* de 1966, de autoria de Herman Kahn e Anthony J. Wiener, previu vários cenários econômicos, políticos e sociais nas diversas regiões da Terra. Não havia terminado a Guerra do Vietnã, mas Herman Kahn e Anthony Wiener projetaram alguns desfechos, dentre eles a *"retirada das tropas norte-americanas do Sudeste Asiático"*, o que aconteceu.

Modelos econômicos também foram desenhados, levando em conta a falta de insumos estratégicos e a carência de energia, exatamente como está ocorrendo hoje.

Algo que aqueles futurólogos previram para o final do Segundo Milênio, como uma possibilidade remota, foi *"a descoberta de vida extraterrena, ou a possibilidade ainda mais extrema de comunicação com inteligência extraterrena."* (Kahn & Wiener, 1967, p.90). Esses pesquisadores não fizeram a previsão baseados na Quiromancia ou na Astrologia, mas com a aplicação de ferramentas probabilísticas, mensurando e quantificando fatos que guardam substância de eventos que vão acontecer, isto é, o denominado *"fato portador de futuro"*. Kahn e Wiener utilizaram a técnica *"Delphi"* que projetou cenários que estão em plena desenvoltura.

Orlando de Souza Barbosa Júnior, biólogo e ufólogo, em seu ensaio *"Top Secret"*, comenta que os países desenvolvidos simulam situações futuristas e aplicações de processos de gestão nas soluções dos problemas logísticos e sociais, mas que também podem ser adequadas na previsibilidade do encontro com outras civilizações.

"Hoje, porém, há novo tipo de especialista – Os Futurólogos – que se baseiam nas tendências e nas leis probabilísticas, para se antecipar no tempo. Os países do Primeiro Mundo que dispõem de recursos tecnológicos prevêem coisas admiráveis para os seus povos, bem como antecipam perspectivas sombrias para os países menos desenvolvidos."

(JÚNIOR, 2006)

Nós estamos relatando as possibilidades da predição do futuro, dentro dos parâmetros científicos da Propedêutica, para instigar a reflexão de que isso pode ser feito em relação à probabilidade de contato com outras civilizações extraplanetárias.

Se nós analisarmos o vertiginoso avanço tecnológico dos últimos cinqüenta anos; se reconhecermos o impacto desse salto científico na Sociedade; e, ainda, se percebermos que alguns segredos de Estado extravasaram, principalmente os de caráter ufológico, teremos condições de fazer um diagnóstico disso tudo que aconteceu e está acontecendo, numa fase denominada Análise do Ambiente. A Análise do Poder envolveria o potencial das inovações, com projetos de novos equipamentos e reatores no campo da Telescopia e da

Astronáutica, bem como as novas aplicações de materiais, envolvendo insumos estratégicos, visando ao aperfeiçoamento da Microeletrônica e à revolução dos combustíveis, garantidores das possibilidades de ampliação do raio que o Homem é capaz de moldar para a sua contínua penetração no Cosmo.

Isso tudo sendo quantificado, aplicando-se a Técnica *"Delphi";* sendo processando pelo aplicativo informatizado denominado Puma, ambos utilizados em diversos centros de estudos estratégicos, inclusive na Escola Superior de Guerra; e sendo complementados pela *"matriz de impactos cruzados"*, obteremos os *"cenários exploratórios probabilísticos"* e o *"cenário mais provável"* quanto aos indícios substanciais de possibilidade de contato ou não com outras inteligências.

Medição e comensuração dos eventos que modelarão, numa etapa final, o cenário mais provável, só podem ser arbitradas por peritos gabaritados. Esse perito não pode ser o cientista cético, que só se importa com o que vê ou com o que os sensores detectam, não tendo a mínima percepção das projeções que a Ciência, através do tempo, aponta. Mas também não pode ser o crédulo, que vive o seu devaneio psicótico, maculando, infelizmente, sem maldade, o estudo ufológico sério.

Deve ser, sim, uma pessoa com uma boa cultura geral, nas áreas da História, Antropologia, Arqueologia e Geologia, tendo, em especial, um bom entendimento dos avanços da Astronáutica nas principais Agências Espaciais do mundo. Em suma, possuir visão interdisciplinar de saberes. O avaliador com esse perfil contribuirá com uma modelagem probabilística do contato final o mais próximo da realidade.

Todas essas reflexões feitas por nós sobre o estudo prospectivo na incidência de UFO's não é sofisma, mas estão calcadas em algo que tem nos impressionado nos últimos tempos. Trata-se das fotografias das superfícies da Lua e do Planeta Marte, na Internet, postadas pela NASA a partir de 2005 e pela Agência Espacial Européia mais recentemente, as quais contrastam, frontalmente, com as que foram apresentadas, nos anos 60, da Lua e, nos anos 70, de Marte. É uma revolução do ambiente extraplanetário somente mostrado agora, em conseqüência do avanço tecnológico, podendo ser considerado como um fator exógeno, dentro da Futurologia Probabilística.

O pesquisador Marco Antonio Petit tem desenvolvido um trabalho hercúleo na captação, análise e divulgação dessas fotos. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), no bairro do Humaitá, no Rio de Janeiro, é o local onde Petit e sua equipe vem apresentando ao público essas imagens ampliadas e contrastadas, sob uma análise imparcial, não conjeturando nada sobre o irreal ou o impossível. Simplesmente têm mostrado traços de nítida presença de inteligência em um passado de Marte, tudo registrado e enviado a Terra pelos sensores dos robôs *Spirit* e *Opportunity*, que perambulam na superfície de Marte.

Nós não temos a menor dúvida de que o retorno do Homem à Lua e a sua chegada a Marte será a consagração do novo entendimento da razão de ser dos vestígios de vida em nosso Satélite e no Planeta Vermelho. A nova revelação, que acontecerá, com toda certeza, de forma inteligente e velada, era tudo que os nossos perscrutadores do céu estelar precisavam para montar o grande quebra-cabeça: **"de onde viemos? Por que estamos aqui? E, para onde iremos?"**, em suma, **qual o significado da nossa existência?**

A convergência dos últimos acontecimentos em superfícies de mundos vizinhos, e a probabilidade da ocorrência do grande entendimento, leva-nos a meditar que, no bojo do nosso Planeta, em um fundo de quintal dentro do Zodíaco, mais de seis bilhões de criaturas lutam, desesperadamente, por seus sonhos de grandeza. Triste é constatar que a grande maioria, completamente alienada, não pode imaginar que carrega, dentro de si, as fontes da vida e da felicidade. Assim como aquele que, durante o dia, se chafurda na lama da trivialidade, inexistindo em si a sabedoria para compreender as leis que regem o espaço-tempo, o que se mantém sintonizado com a nova ordem das estrelas, torna-se espectador ativo da grande sinfonia que melodia o Universo.

Conclusão

"Um pequeno passo para o homem, um grande passo para a Humanidade", assim se expressou o Astronauta Neil Armstrong, quando andou na superfície da Lua. Não sabemos se essas palavras saíram naturalmente de si ou se foram orquestradas pelo Governo dos EUA. Mas, de uma coisa estamos certos: foi a predição de mais uma conquista estratégica americana.

Na mesma missão, pouco antes do módulo lunar deixar o satélite, uma placa é fincada com os seguintes dizeres:

"Aqui, os homens do Planeta Terra pisaram pela primeira vez na Lua. Julho de1969. Viemos em paz, em nome de toda Humanidade."

Neil Armstrong, Michael Collins, Buzz Aldrim e o Presidente Richard Nixon foram os signatários da primeira missiva interplanetária.

Oito anos depois, em 1977, Carl Sagan, astrônomo americano da Universidade de Cornell, coordena o embarque de dois discos com um conteúdo denominado Gravação Dourada (*Golden Record*), nas *Voyager 1* e *2*, cujas rotas finais seriam a extrapolação dos confins do Sistema Solar. Diversos sons e imagens da natureza terrestre era o recado para potenciais civilizações alienígenas.

Vejam a preocupação de cientistas, astronautas e políticos com a conquista do espaço e com o possível encontro com vida fora da Terra. É o desbravar de desafios para o domínio e controle do desconhecido.

Americanos, russos e outros europeus lançam-se aos céus em busca de preponderância e supremacia na busca de posições que proporcionem objetivos vantajosos em todas as expressões do Poder, mas não descartam um possível contato com outras inteligências.

Deboche e zombaria são posturas dos que estão na contramão da evolução científica. Como devem ter sido escarnecidos os defensores da Física Quântica pelos ideólogos mecanicistas!

Os cartesianos substituíram os devotos fanáticos do passado, cuja fé era cega e estava calcada na letra morta. Agora, o sincronismo das galáxias e a magnitude da miríade estelar, como se estivessem a falar conosco, diante do espetacular paroxismo das forças motrizes que acionam as turbinas das astronaves e dos possantes telescópios e radiotelescópios, os quais captam as emissões eletromagnéticas dos mais distantes mundos, mostram que estamos diante de novos portais para a compreensão do exótico Universo.

Encolhe o cientista especialista, unívoco na visão de seus estudos, e eclode o pesquisador com interpretação plural anatômica da natureza. O seu olhar é o da *"teia da vida"*, segundo Fritjof Capra.

Assim como a Matemática admite uma infinidade de limites na escala dos números reais e imaginários, projetando pontos infinitesimais no plano complexo, na concepção de Gauss, a Astronomia, a Telescopia e a Astronáutica não podem prescindir das fronteiras da abstração mental, as quais irão nos aproximar de entidades exobiológicas que orbitam mundos e astros.

É o despertar dos deuses na nova Raça Terrestre, cujo passaporte ao exuberante paraíso estelar consiste na macrovisão investigativa e científica do insólito inteligente e a sua correspondente região sideral.

É, por fim, o atavismo do novo Homem, com os novos valores morais e do conhecimento, a projetar a heurística do amanhã.

O autor é Coronel-Intendente da Aeronáutica, Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) e Mestre em Ciências Administrativas.

Em Defesa das Forças Armadas Brasileiras

Paulo Tadeu Rodrigues Rosa

Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 1º, *"caput"*, o Brasil é uma República Federativa formada pela união indissolúvel dos estados, Distrito Federal e municípios, o que significa, com base na Teoria Geral do Estado, que o Brasil é um país independente, reconhecido internacionalmente junto à Organização das Nações Unidas (ONU), e demais organismos internacionais.

A *"soberania"* é uma característica das nações independentes, mas não se pode e não se deve esquecer que não basta afirmar-se que uma nação é soberana; é preciso que esta soberania possa ser mantida e, quando necessário, defendida, pois, caso contrário, a nação *"hoje independente"* amanhã poderá tornar-se possessão de outra nação com interesses imperialistas.

O Brasil é um País que, por suas características territoriais e também por suas riquezas naturais, desperta interesses em outras nações. Estas, devido à carência de recursos, começam a desenvolver teorias na busca de uma conquista não pelas armas, mas por meio de influências políticas e econômicas.

Em virtude desta realidade, chega-se à conclusão de que o Brasil necessita investir mais em suas Forças de segurança, ou seja, nas Forças Armadas, a fim de que estas tenham os meios e as condições necessárias para preservar a soberania nacional e as riquezas naturais e minerais pertencentes ao País.

Nos últimos anos, devido a questões de natureza ideológica, as Forças Armadas brasileiras têm sido sucateadas, deixadas de lado, como se esta conduta fosse o melhor caminho para a nação.

Por força do período compreendido entre 1964 e 1985 existe, ainda, por parte de alguns setores, certa reserva com as Forças militares, o que não se justifica, até porque a questão foi devidamente pacificada com a anistia ampla, geral e irrestrita.

O momento atual exige o desenvolvimento dos objetivos nacionais, a busca de um crescimento sustentável que possa gerar empregos, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, mas, ao mesmo tempo, existe a necessidade de uma política efetiva de segurança, sem a qual o Brasil poderá ficar vulnerável frente às nações da América Latina.

Apesar de sua extensão territorial e das riquezas que estão presentes tanto em terra como no mar, o Brasil possui atualmente apenas e tão-somente cinco submarinos para cuidar de toda a costa, o que é motivo de preocupação, pois nem todos se encontram em pleno funcionamento.

A Força Aérea Brasileira, considerada uma das melhores do mundo, enfrenta sérias dificuldades para colocar os seus aviões em operação, enquanto a Venezuela, uma nação com um *"PIB bem menor que o brasileiro"*, tem adquirido aviões de última geração para preservar e defender o seu espaço aéreo.

O Exército Brasileiro também enfrenta sérias dificuldades para o desenvolvimento de sua missão constitucional. Os blindados estão desatualizados e faltam, ainda, investimentos essenciais para a defesa do território e, principalmente, de nossa maior riqueza: a *"Amazônia brasileira"*.

A Amazônia, ou seja, a Amazônia Legal representa 50% do território brasileiro e possui várias riquezas minerais e naturais. Além disso, a população precisa e deve saber que existem várias nações interessadas nestas riquezas e, para tanto, estão dizendo que esta área seria um patrimônio da Humanidade, o coração do mundo *"e outros adjetivos que não passam de ideologia"*.

A Amazônia não foi e nunca será patrimônio da Humanidade, patrimônio da UNESCO, ou patrimônio de qualquer outro organismo internacional. A Amazônia pertence única e exclusivamente ao *"povo brasileiro"* e é patrimônio do Brasil, a quem cabe decidir as políticas que devem ser implementadas naquela região.

A preservação da Amazônia exige investimentos nas Forças Armadas brasileiras, que possuem homens e mulheres qualificados para o exercício da missão, mas que não tem recebido os recursos necessários. O Brasil tem condições para tanto e precisa reaparelhar, urgentemente, sua Força de segurança.

A melhoria de condições já deveria ter sido feita há muito tempo. Já passou da hora a aquisição de novos aviões, novos submarinos, novos blindados e de outros bens necessários para a preservação do território nacional e de suas riquezas.

A população também precisa saber que nações como os Estados Unidos têm estabelecido bases militares no Paraguai, e também possuem pretensões de estabelecer bases militares em países como a Argentina, a Colômbia e outros. Neste sentido, é preciso uma política efetiva voltada para a defesa da nação.

A Constituição Federal, que no dizer de Rui Barbosa é a rainha das leis, estabelece expressamente a segurança como um direito fundamental do cidadão, o que significa que a segurança nacional também é um direito fundamental do cidadão e, nesta seara, não pode e não deve existir dúvida, mas investimentos, sem os quais a nação brasileira poderá sofrer prejuízos em sua soberania e, também, em suas riquezas naturais e minerais.

O autor é Juiz Titular de Direito da 2ª Auditoria Judiciária Militar do estado de Minas Gerais, Professor de IED na Academia de Polícia Militar do estado de Minas Gerais, Mestre em Direito pela UNESP, Membro Titular da Academia Mineira de Direito Militar, da Academia Ribeirão-Pretana de Letras Jurídicas e Parceiro-Assessor da Academia de Letras João Guimarães Rosa da Polícia Militar de Minas Gerais.

Globalização, Segurança e Defesa

Hiram Câmara

No que se refere às políticas nacionais de Segurança e de Defesa, o mundo do século XXI se tem caracterizado pela forte influência do fenômeno da globalização.

Herança do final da Guerra Fria e da bipolaridade que colocava a Humanidade sob constante risco de conflito nuclear, a globalização trouxe nítidas alterações nas relações de distribuição do poder entre as diversas nações. Um novo quadro geopolítico e geoestratégico, na passagem do século XX para o século XXI, afirmou os Estados Unidos da América como a mais poderosa superpotência, assumindo uma instância singular na estrutura de poder mundial.

O fenômeno embutiu a necessidade de reexame do papel a ser desempenhado pelo estamento armado de cada Estado Nacional, como decorrência das exigências da nova situação. O reexame de objetivos a atingir decorreu da necessidade de novas concepções de preparo e aplicação do poder militar, consideradas as prioridades e ameaças e a situação econômica de cada país.

Sem o risco de um mega-conflito entre as duas potências preexistentes, a tendência ao incremento de emprego multinacional de Forças de paz passou a ser uma das linhas de ação logo tentadas pelos estrategistas. Esta tendência se deu em função de que, se antes, a bipolaridade potencializava aquela permanente ameaça de megaconfronto, com o símbolo da queda do Muro de Berlim e com a dissolução do regime comunista, estes dois fatos levaram estudiosos a crer que o mundo entrara em um período de aparente diluição dos conflitos globais e de promessas de um futuro de paz duradoura.

A repercussão dessa impressão, em diversas Nações, foi o início de campanhas pacifistas pelo fim das Forças Armadas. Logo, no entanto, o mundo teria uma demonstração de que, embora o conflito entre os EUA e a URSS houvesse se diluído na História, o conceito da necessidade de Forças militares para pronto-emprego em conflitos

de alta, de média e de baixa intensidade, na Segurança e na Defesa de seus patrimônios nacionais, e naquela para o cumprimento de missões pacificadoras, logo se fortaleceu, com a participação das Forças norte-americanas e européias, na pacificação do conflito dos Bálcãs.

Desde o início da globalização, tomam-se dois fatos como determinantes nas mudanças dos campos da Segurança e da Defesa. De um lado, o mundo assistiu à dissolução do Pacto de Varsóvia, até então constituído pelas Forças Armadas da Rússia e dos países a leste da Cortina de Ferro, apagando do mapa o sentido geopolítico de *"cinturão sanitário"* defensivo, que caracterizava os países satélites da Rússia pertencentes à União Soviética, do restante da Europa, na linha Trieste (Itália)-Stetin (Finlândia); de outro, em grande parte, tornou-se difícil justificar a dispendiosa manutenção de Forças Armadas nos países partícipes da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A supremacia militar dos EUA como pólo hegemônico mundial de poder ocorreu por dois motivos principais. O primeiro, porque os EUA avançaram suas peças políticas, econômicas e militares sobre os vazios deixados pela ex-potência concorrente. O segundo, porque os EUA estavam prontos para assumi-la, com objetivos estabelecidos e atingidos, sob firme vontade política de seus mentores, durante a formação e a evolução histórica. Foi de sua decantação que o Povo, a Nação e o Estado norte-americanos aprenderam a valorizar seu papel de líder mundial, com lógica determinista a partir do conceito de "*destino manifesto*". *Destino* cujo respaldo se materializou no extraordinário diferencial de poder econômico, financeiro e militar.

Este quadro de proeminência norte-americana – que envolve, forçosamente, os planejamentos estratégicos de Segurança e de Defesa das diversas Nações – contém uma aparente contradição. Ela se dá entre a realidade de tal poderio e a sensação de vulnerabilidade do país deixada no espírito da Humanidade, inclusive nos próprios cidadãos norte-americanos, após os tão trágicos quanto surpreendentes atentados de 11 de setembro de 2001. Em conseqüência, tornou-se visível – com repercussões internas e externas – sua potencial vulnerabilidade às atividades antiamericanas que se operem fora dos limites, isto é, *"fora dos limites da própria guerra"*, capazes de limitar a Segurança e a Defesa, mesmo da mais poderosa Nação do planeta. Outro aspecto a considerar, no que se refere à preponderância

norte-americana, é que, não obstante a imensa distância entre o nível de poder dos Estados Unidos da América e o dos demais, não é impossível que a liderança daquele, em alguns momentos, aspectos e áreas geoestratégicas, internas ou externas, venha a confrontar-se com outras potências, mesmo emergentes, na defesa do que considerem ser legítimos interesses, com o emprego de uma duradoura estratégia de desgaste, ou com grupos radicais que, independentemente de governos nacionais, busquem ocupar espaços de barganha e chantagem – até mesmo nuclear – mais significativos na cena internacional, por meio de ações terroristas.

O processo de globalização não é obra acabada, e a maturação de seus aspectos relativos à Segurança e à Defesa está fermentando, com respostas ainda insondáveis a estímulos como os das guerras no Afeganistão e no Iraque, com ou sem razões que ultrapassassem os limites do Direito Internacional ou a negativa de aval da ONU.

O traço da *velocidade* catalisada pela globalização não pode deixar de ser considerada. A aceleração de vetores de informação como a Internet é uma marca deste tempo, e pode vir a ser fator de maior distanciamento de poder entre os EUA e outros países. A repercussão maior dar-se-á na Segurança e na Defesa das Nações de menor poder, incapazes de acompanhar o passo científico-tecnológico dos EUA, resultando, provavelmente, no risco permanente de um processo de obsolescência de seus arsenais bélicos, com prejuízos às atividades vitais de Controle, Comando e Informação. Assim, a Política de Educação desses países deverá estar atenta para a capacitação de inteligências para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia de Ponta, no sentido de aproveitar os efeitos positivos dessa velocidade em escala geométrica, compensando, ao máximo, os negativos. O nítido desequilíbrio das Forças em presença, em um combate moderno, ampliou o fenômeno da *"assimetria"* preexistente na guerra de usura, de desgaste, que se afirmou na globalização. A resposta ao desafio da *"assimetria"* é a necessidade de permanente atualização, renovação e inovação, e das características da objetividade, da flexibilidade e da rapidez nas ações com *"precisão cirúrgica"*, o que exige organização, treinamento intenso e lideranças políticas, estratégicas, operacionais e táticas capazes e motivadas para compensar a usura de recursos, pelo valor moral dos combatentes adequadamente empregados.

Ao se elaborar um cenário da inserção de países com o *"status"* de poder do Brasil no quadro da Segurança e da Defesa, em escala global, ou em escala regional, uma pergunta ressalta, entre tantas, e cujas respostas devem resultar em duas premissas de cenário, ambas possíveis, como característica da análise prospectiva. De início, a resposta menos favorável seria confirmar a hipótese de que *"o mundo que co-habitaremos nas próximas décadas, agravará antagonismos históricos radicais sob quaisquer formas; e se ampliará as desigualdades econômicas, sociais e a exclusão política"*. E, a resposta mais favorável – *"a Humanidade criará e desenvolverá mecanismos de aceitação e compreensão entre os povos e as civilizações, de cooperação, integração de interesses, e respeito à Cultura e à História de cada Nação"*. Mas as respostas a uma segunda pergunta deverão trazer conseqüências mais concretas ao núcleo do planejamento estratégico da Segurança e da Defesa – *"quais os melhores caminhos a serem trilhados pelo Estado e pela Nação para que os resultados decorrentes dos cenários elaborados não configurem em si próprios, obstáculos ao desenvolvimento e à conquista dos objetivos definidos pela Política Nacional, nos âmbitos nacional e internacional, em um mundo globalizado e, ainda, em transformação?"*

Os efeitos da globalização sobre as Políticas de Segurança e de Defesa estão em fermentação. Permanentemente, estrategistas governamentais e de instituições privadas reexaminam as concepções políticas e estratégicas que conduzem o pensamento estratégico das diversas Nações, no caso do Brasil e de outras Nações de assemelhado nível econômico, sempre dependentes das limitações orçamentárias e da relação custo-benefício que lhes sejam providos pela sociedade nacional.

O autor é Coronel do Exército Brasileiro, Vice-Presidente e Analista de THEMAS – Centro de Estudos Políticos, Estratégicos e de Relações Internacionais, Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e Membro Jubilado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

O Brasil e o Eixo do Pacífico

Mário Gibson Barboza ("In memoriam")

O alinhamento automático com o Governo norte-americano prevaleceu em certa fase da Política Externa brasileira, simbolizado pela infeliz frase que se transformou no ferrete de uma administração:

"O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil."

Agora esse alinhamento vem sendo substituído por um antinorte-americanismo de viés nitidamente ideológico que contamina nossa atuação internacional, amarrando-nos cada vez mais a posições que não representam necessariamente o interesse nacional. Muitas vezes nos levam a atitudes e solidariedades desnecessárias, para não dizer prejudiciais.

Ambas as posições – o alinhamento automático e a hostilidade ideológica – têm explicação dentro de um contexto histórico. Nenhuma das duas, porém, consulta nossos interesses, pois atividade diplomática é exercida por uma carreira de Estado, cujos profissionais respeitam o Governo de turno, mas não servem a este e sim à Nação, que, ao contrário do Governo, é permanente. Em vários artigos de jornal e palestras, tive a oportunidade de lembrar que o nume tutelar da nossa diplomacia, o Barão do Rio Branco, um monarquista convicto e confesso, foi o maior chanceler da República, a qual, por sua vez, nunca lhe cobrou adesão política.

O que explica o antigo *"alinhamento"* de nossa Política Externa é o momento histórico que vivíamos. Estávamos recém-saídos de um colossal conflito mundial, no qual nos *"alinhamos"* (para usar a expressão hoje condenada) com a grande – embora não única – potência responsável pelo esmagamento da mais cruel e perigosa tentativa de submissão da Humanidade, a verdadeira besta apocalíptica que por pouco não nos mergulhou em trevas irreparáveis: o nazi-fascismo capitaneado pela sinistra figura de Adolf Hitler.

Não é demais supor que, sem a intervenção dos Estados Unidos, naquele terrível momento em que a Inglaterra ficou sozinha,

contando apenas com a bravura idônea de Churchill, a Alemanha nazista teria vencido a guerra.

Assim, no imediato pós-guerra, passamos entusiasticamente a viver uma época em que o bom era o que vinha do nosso grande e heróico vizinho do Norte: a moda, o cinema de Holywood, a Coca-Cola, o jazz – tudo isso absorvido avidamente por nossa juventude. O ideal era imitar os EUA. Instalou-se, entre nós, um comportamento de *"idade da inocência"*, sem que se descortinasse o surgimento de um inevitável imperialismo vocacionado para o domínio do mundo. Vocacionado, repito, pois a exacerbação capitalista, instalada num país de natureza messiânica como os EUA, com suas bases fundamentalmente calvinistas, dono das armas mais sofisticadas, do dinheiro, das tecnologias mais avançadas, dos laboratórios que o levariam à conquista do espaço, ao desembarque na Lua – um país assim dificilmente resistiria à tentação de dominar o mundo *"globalizado"*.

Os brasileiros adeptos do *"o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil"* não eram vendilhões da Pátria, mas, embora equivocadamente, patriotas ao seu modo. Não os julguemos com os dados e as informações de hoje, não cometamos o grave erro do anacronismo histórico. Era um tempo em que o Brasil tinha 40 milhões de habitantes (hoje somos quase 200 milhões), em que importávamos tudo, em que não fabricávamos nem exportávamos, como hoje, automóveis e aviões. Sobretudo não cedamos à tentação de super-reagir e tomarmos o caminho oposto, que é a *"satanização"* de tudo que procede do colosso do Norte. Tentação esta compreensível, quando vivemos um infeliz período da História dos EUA, no qual a Nação enfrenta com perplexidade a agressão de um terrorismo generalizado e imprevisível, tendo a guiá-la a incompetência de um Chefe de Estado que não faz honra ao seu passado.

O alinhamento automático de ontem é tão anacrônico quanto o antinorte-americanismo que se percebe hoje em nossa Política Externa. Ambas as posições são tão anacrônicas quanto dividir o mundo atual em direita e esquerda. Tão anacrônico quanto lutar, academicamente, contra ou a favor do comércio Sul – Sul para substituir o tradicional comércio Norte – Sul. O que surge no horizonte, com força e dinamismo, em contraposição ao eixo Norte – Sul, é o *"eixo Leste – Oeste"*.

Observávamos que durante séculos a História, para nós deste lado do mundo, desenrolou-se ao redor do Oceano Atlântico. O Pacífico era um teatro à parte e não constituía para nós um fator histórico de causação.

Disse uma vez Euclides da Cunha que *"o Pacífico, ao contrário dos outros mares, é um grande isolador de povos"*. Não sei se concordo com essa afirmação do genial pensador, mas este não é o espaço apropriado para uma discussão a respeito.

O que impressiona hoje e nos fornece elementos irrecusáveis para o planejamento de nossa Política Externa é o surgimento da China, além de fatos, como a recentíssima celebração de um acordo que entrará em vigor ainda este ano para a criação de uma zona de livre comércio entre a China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (*ASEAN*, na sigla em inglês). O grupo é formado por Brunei, Camboja, Cingapura, Tailândia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Indonésia e Vietnã. Trata-se de um acordo que abrange uma economia calculada em US$ 884 bilhões (R$ 1,85 trilhão) e que abrirá aos países do Sudeste da Ásia as portas do mercado chinês nos setores bancário, turístico, imobiliário e sanitário, bem como a tecnologia de informação e transporte.

Estamos diante de um significativo passo para a implantação de um imperialismo chinês? Não creio. Não acredito num *"imperialismo chinês"*. Posso estar enganado, mas vejo a China como uma inevitável superpotência do futuro, mas sem o *"ânimo"* imperialista. Não por bons sentimentos ou generosidade, e sim porque o Império do Meio, a China, eu o vejo simbolizado pela Grande Muralha, isto é, uma Nação que aspira a ser superpotência do futuro e que, em vez de pretender conquistar terras e países, prefere recolher-se a um isolamento auto-suficiente, profundamente consciente de sua superioridade.

De qualquer modo, a China deve constituir, sem dúvida, uma prioridade da Política Externa brasileira dirigida ao Oriente. E isto para não mencionar o Japão e a Austrália, entre outros.

Ao tratar do planejamento da nossa Política Externa, sinto-me obrigado a dizer que não entendo como é admissível reformar uma instituição como o Itamaraty por meio de uma Medida Provisória (MP). E reformar mal. Muito mal mesmo. Não posso deixar de denunciar a expedição de uma MP, que constitui, segundo penso, uma flagrante

usurpação do poder legislativo do Congresso, com o agravante de entrar em vigor na data de sua expedição, criando-se situações irreparáveis se o Congresso não aprová-la, pois aumenta muitíssimo o número de diplomatas que já foram e continuam a ser admitidos e/ou promovidos, em conseqüência do grande aumentos dos Quadros.

Além disso, é impossível exagerar a gravidade das denúncias contra a administração do Itamaraty feitas pelo Embaixador Roberto Abdenur, em entrevista à revista *"Veja"*. Subscrevo essas denúncias, até mesmo porque já há algum tempo venho apontando os mesmos fatos em artigos de jornal e palestras. Agora essas denúncias adquirem especial relevo, ao serem feitas por um diplomata que até pouco tempo chefiava nossa Embaixada em Washington. Destaco os pontos principais que, a meu ver, assim como na opinião de muitos dos meus colegas que ocuparam ou ainda ocupam posições de chefia do Itamaraty, merecem nossa reprovação:

– Politização dos diplomatas, para que possam obter promoção ou os melhores postos no exterior. Por *"politização"* entenda-se entusiástica adesão política ao petismo e ao atual Governo;

– Absurda e desnecessária criação de novos 400 cargos de diplomatas, quando éramos pouco mais de 900;

– Leitura obrigatória de textos históricos e/ou diplomáticos e subseqüente e vexatória *"tomada de lição"*, visando à formação de uma ideologia unificada.

Fatos como esses descaracterizam e acabam por destruir a indispensável isenção do diplomata em relação aos processos políticos internos, os quais, por sua natureza, estão em permanente evolução e sujeitos a transformações.

O autor era Embaixador. Foi ex-Ministro das Relações Exteriores e faleceu no Rio de Janeiro, em novembro de 2007.

A Política Indigenista Brasileira

Armando Amorim Ferreira Vidigal

Introdução

O problema da Amazônia brasileira ocupa, cada vez mais, o imaginário de uma parcela considerável da sociedade. A preocupação com a região decorre de muitas circunstâncias:

– O crescente aumento do interesse internacional com o efeito estufa e a conseqüente elevação da temperatura do Planeta – de que as queimadas na floresta seriam a principal causa, pelo menos no que concerne à responsabilidade do Brasil;

– O número cada vez maior de Organizações Não Governamentais (ONGs) na região, a maioria de caráter internacional, e cujos propósitos não são sempre claros;

– As inúmeras demarcações de terras indígenas na Amazônia brasileira, algumas em áreas de fronteira, de extensão maior do que a de muitos Estados europeus, em áreas de abundantes recursos, onde vêm crescendo as dificuldades de acesso a não índios e, até mesmo, ao poder público. A recente aprovação na Organização das Nações Unidas (ONU) da Declaração Universal dos Povos Indígenas, com o voto inacreditável dos representantes brasileiros naquela Organização, onde há referência não só à *"posse da terra"*, mas também à *"autodeterminação, de acordo com a lei internacional"* e ao direito dos índios de *"não concordar e de vetar 'as atividades militares' e depósitos ou armazenamentos de materiais em suas terras"*, bem como o contencioso criado com a decisão governamental da demarcação contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, ao norte do estado de Roraima, vieram trazer novos elementos de inquietação.

O contencioso com relação à Reserva Raposa Serra do Sol resulta do fato de que a demarcação contínua implicará na expulsão, da área, de fazendeiros produtores de arroz, que estão na região desde a década de 80 do século passado, responsáveis pela produção de boa parte da riqueza do estado e da geração de empregos na área, inclusive para os índios. Uma parcela dos índios (ligada à Sociedade de

Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR) apóia os fazendeiros, enquanto outra apóia a demarcação contínua, estes unidos no Conselho Indigenista de Roraima (CIR), ligado à Igreja Católica. O Governador do estado, José Anchieta, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a demarcação contínua, alegando que ela fere o princípio da autonomia federativa, pois transfere para a União toda a área da gigantesca Reserva – 1,74 milhões de km², para uma população de cerca de 18.000 índios. Graças a essa ação, o Supremo Tribunal Federal (STF) sustou a ação programada pela Polícia Federal (PF) para expulsar os arrozeiros, que, com os índios que os apóiam, pretendiam resistir. A decisão final é aguardada com muita ansiedade [1].

Estamos convencidos de que a atual Política Indigenista brasileira é, em grande parte, responsável pelos problemas amazônicos e precisa, urgentemente, ser mudada, após uma ampla discussão.

O General-de-Exército Augusto Heleno Ribeiro, Comandante Militar da Amazônia, disse, recentemente, num Seminário realizado no Clube Militar:

"A política indigenista está dissociada da História brasileira e tem de ser revista urgentemente. Não sou contra os órgãos do setor, quero me associar para rever uma política que não deu certo, é só ir lá para ver que é lamentável, para não dizer caótica." [2]

Este breve artigo é minha contribuição para esse inadiável debate.

A Atual Política

A essência da atual Política Indigenista brasileira é a criação de gigantesca Reserva – justificada pelo *"nomadismo"* das tribos – onde os índios, em teoria, pelo menos, seriam mantidos isolados, em

---

[1] *O estado de Roraima perderá, considerando-se a Reserva Raposa Serra do Sol e a Reserva Ianomâmi, cerca de três quartos do seu território. A Reserva Ianomâmi, que tem continuidade numa Reserva na Venezuela, compreende uma área de 96.649 km² para uma "tribo fantasma" de cerca de 5.000 índios (há muita controvérsia sobre a existência de uma tribo Ianomâmi).*

[2] *Cúpula Militar critica Governo, "O Globo", 17 de abril de 2008.*

"estado natural", preservados de qualquer contato com os não índios, com os objetivos de não serem contaminados pelo mal do homem civilizado e de preservarem sua cultura. A manutenção dos índios sob a tutela do Estado, o que os torna inimputáveis, é outra característica fundamental desta Política.

Essa política é totalmente inadequada pelas razões que apontamos a seguir:

– Ela é injusta para com os índios

Decorrente de uma visão idealista do *"bom selvagem"* de Jean-Jacques Rousseau – o índio no seu estado natural é um ser puro e, em contato com a civilização, degradar-se-á. Isto, além de não corresponder à realidade, esconde um sentimento racista, já que pressupõe que o índio é incapaz, mesmo se tiver acesso à informação, de se tornar consciente e assumir as suas responsabilidades como ser humano – a tutela pelo Estado é claramente um corolário desse ponto de vista. A atual Política está longe de apresentar os resultados que os seus idealizadores imaginaram.

Ninguém duvida que a preservação da cultura dos índios – língua, mitologia e determinados costumes – merece consideração. Aqui nos referimos apenas a *"determinados costumes"*, porque, certamente, alguns dos costumes de muitas tribos brasileiras não foram nem deveriam ser preservados. Refiro-me, em especial, ao canibalismo ou à antropofagia, forte elemento cultural para muitas tribos, com grande significado simbólico.

Não julgo que o isolamento seja um fator indispensável para a preservação da cultura desses povos, nem que seja necessário para a manutenção dos índios no estado de virtude. No passado, a necessidade de derrotar os inimigos, nas freqüentes guerras, obrigava as tribos a se manterem hígidas, permanentemente prontas para o combate. Com o fim das guerras entre as tribos – penso que este é outro importante elemento de cultura que terá de ser desestimulado – dificilmente os índios manter-se-ão com alto grau de higidez; sem o estímulo da necessidade da vitória em combate, a caça e a pesca não serão substitutivos suficientes, sendo mais provável que a lassidão e a preguiça sobrevenham, o que contribuirá para os vícios que já aparecem na atualidade.

No Brasil, a visão idealista importada pelas esquerdas é um produto estrangeiro e, em certos casos, é mal intencionada. Digno de registro é a carta enviada, em 1990, pelo Presidente George H. Bush ao então Presidente do Brasil Fernando Collor de Mello, exigindo, em nome desse idealismo, a demarcação da área dos índios Ianomâmis, que ocupam parte do território brasileiro e parte do território venezuelano. Em conseqüência, em 1991, a despeito das opiniões contrárias do Conselho de Segurança Nacional (CSN), dos Ministros Militares e dos governos da Região Amazônica, Collor criou no estado de Roraima a Reserva Ianomâmi – Portaria nº 580, de 15 de novembro de 1991, do então Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

– A política atual é irrealista

Acreditar que em pleno século XXI é possível manter qualquer grupo social completamente isolado da civilização é uma utopia. Não há barreiras suficientemente fortes que impeçam a intensificação do contato entre os índios e os civilizados. O rádio, a televisão e até mesmo a internet já fazem parte da vida de inúmeras aldeias e nada pode deter este processo, que é irreversível. A injustiça que este pretendido isolamento representa para os índios já foi objeto de nossas considerações no tópico anterior; aqui o objetivo é tão-somente mostrar a sua inexeqüibilidade.

Os contatos entre os índios e os civilizados são cada vez mais freqüentes e necessários para a própria segurança dos índios, para a proteção de sua saúde e, até mesmo, para a garantia de sua sobrevivência. O papel que as Forças Armadas desenvolvem na Amazônia é digno de louvor, mormente porque sua atenção não é restrita apenas aos povos indígenas, mas, de maneira bem mais ampla, às populações ribeirinhas e às populações isoladas em áreas remotas, aonde o serviço público não chega. As ONGs e algumas instituições religiosas atuam ativamente na região, influenciando os índios num sentido que, muitas vezes, é totalmente contrário aos interesses nacionais; outras entidades também estão presentes, perseguindo interesses econômicos próprios, como é o caso dos grupos de madeireiros e de mineradores, que se aproveitam das carências dos índios para a extração de madeira ou de minério, em condições que pouco ou nada beneficiam as populações indígenas, sendo um elemento que estimula a corrupção das mesmas.

O fato é que esses contatos já são inevitáveis e não será a demarcação das reservas que irá impedi-los, nem a simples interrupção deles significará uma melhor condição para os índios, muito ao contrário. Deixar essa imensa tarefa apenas para os órgãos oficiais específicos no trato com as tribos é, na prática, abandonar os índios à própria sorte: os recursos são ínfimos e o número de funcionários muito aquém do que será minimamente necessário. O que acontece na atualidade é a contratação de ONGs que, como veremos, vem piorar ainda mais a situação. Seria imprescindível uma verdadeira revolução no setor, inspirada numa visão menos ideológica e mais adequada à realidade local.

– A atual política é totalmente ineficaz

Não é incomum encontrar nas reservas índios vítimas de embriaguês e de drogas e crescem os problemas de prostituição entre as jovens índias. A subnutrição é uma perversa realidade.

A Política Indigenista, por falta de uma estrutura do Estado, está entregue a ONGs que, entretanto, não conseguem atender aos cerca de 740 mil índios existentes em todo o território nacional e se têm mostrado pouco confiáveis. Além da FUNAI, os ministérios da Educação, Saúde e Meio Ambiente são responsáveis pela ação governamental em relação aos índios, e esta atuação se faz, quase que inteiramente, por meio das ONGs.

Na saúde, por exemplo, 51 ONGs cuidam dos indígenas, mas, desde 2007, 26 delas foram trocadas por cometerem irregularidades (desvio de recursos públicos). A Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) editou Portaria tornando mais rígida a contratação de ONGs, numa tentativa de coibir os evidentes abusos. No ano passado, o Governo gastou R$ 179 milhões no programa de saúde indígena, entretanto apenas a Editora da Universidade de Brasília recebeu R$ 12,8 milhões. Há evidências de que boa parte dos recursos foi gasta em jantares suntuosos em Brasília. [3]

A FUNAI administra 488 reservas indígenas, com uma área total de 1.020 milhões de km², correspondentes a 12% do território brasileiro.

---

[3] *OGNs dominam política indigenista, Maria Lima, Evandro Éboli e Chico de Gois, "O Globo", 27 de abril de 2008.*

Outras 201 áreas estão na fila para se tornarem reservas, o que elevará o total de áreas homologadas a 15% do território brasileiro. [4]

A própria FUNAI tem pessoal das ONGs nos seus cargos de Direção, o que, evidentemente, torna a fiscalização completamente ineficaz.

As conseqüências são óbvias:

"Não é preciso viajar para aldeias perdidas no meio da Amazônia para constatar o descaso com a sobrevivência e dignidade dos povos indígenas. Nos arredores do prédio onde funciona a presidência da Funai, em Brasília, mulheres, crianças, jovens e velhos de etnias de todo o País se amontoam e perambulam em busca de alguma ajuda. A maioria está atrás de atendimento médico. Outros desistem de voltar às aldeias e passam dias entre os quartinhos alugados em pensões próximas à sede da Funai. Muitos se entregam ao alcoolismo. Os que não conseguem vaga nas pensões armam suas redes no saguão do prédio e por ali dormem e passam os dias. Alguns ficam como mendigos sob o pilotis do prédio." [5]

O Índio Teuê Camaiurá, do Parque Nacional do Xingu, comenta sobre a FUNAI:

"Quando a gente precisa, eles não atendem. Está havendo invasão de madeireiros e garimpeiros em nossas terras, e eles nada fazem. Nada de semente para plantar, nada de ajuda para produzir. A gente pede e é sempre a mesma resposta: a Funai não tem dinheiro." [6]

O Antropólogo Márcio Pereira Gomes, ex-Presidente da FUNAI – três anos e sete meses no Governo atual – declara:

"As OGNs indigenistas fazem um péssimo papel. Estão fazendo a Funai perder espaço e força, além de perder orçamento e capacidade de diálogo com os índios. As OGNs, desde o governo Collor, tomaram conta do Estado. E não têm qualquer compromisso com a causa. Deveriam sair da área." [7]

Apesar de ele não ver erro na Política em si, mas na sua aplicação – *"R$ 700 milhões para a política indigenista estão nas mãos de outras áreas"* e

---

[4] *Ibidem.*
[5] *Abandono à porta da Funai, "O Globo", 27 de abril de 2008.*
[6] *Maria Lima et alii, op. cit.*
[7] *Política está sendo conduzida de maneira caótica, entrevista com Márcio Pereira Gomes, "O Globo", 27 de abril de 2008.*

"em 86, eram cinco mil servidores para cuidar de 200 mil índios. Hoje, são dois mil funcionários para meio milhão de indígenas" [8] – nós acreditamos que, cada vez mais, a homologação de áreas imensas para os indígenas somente aumentará as tensões entre eles e os fazendeiros, ampliando os conflitos por terras nas regiões do País onde as reservas têm sido e serão criadas. O que ocorre no Mato Grosso é típico. Existem hoje 12 áreas com processos administrativos para ampliação das de reservas. Além do processo em curso em Nova Nazaré, na parte leste do estado, fazendeiros e prefeitos de Campinópolis, Comodoro e Peixoto de Azevedo questionam o aumento das áreas protegidas. Caso esses aumentos sejam confirmados, é certo que as tensões crescerão. No caso de Campinópolis, por exemplo, apenas 18% da área original do município estariam fora da Reserva. [9]

– A atual política é uma ameaça à segurança nacional

A aprovação pela Assembléia Geral da ONU, a 13 de setembro de 2007, da Declaração Universal dos Direitos Indígenas, conferindo proteção internacional para mais de 370 milhões de indígenas do mundo todo, consubstancia a ameaça. O instrumento foi aprovado por 143 países, havendo 11 abstenções e quatro votos contra – Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália. A Colômbia foi o único país ibero-americano que não votou a favor, optando pela abstenção; o Brasil, que por algum tempo foi opositor ferrenho da medida, chegando a liderar um grupo de oposição, votou – não consigo compreender por que – a favor, quando, os demais países que têm problemas análogos aos do Brasil no que diz respeito a populações nativas votaram, compreensivelmente, contra.

Alguns pontos deste documento merecem destaque:

▼ Os indígenas terão livres *"estruturas políticas, econômicas e sociais, especialmente seus direitos a terras, territórios e recursos"*;

▼ O Estado, baseado na Declaração, reconhece *"a necessidade da desmilitarização das terras e territórios dos povos indígenas"*;

---

[8] *Ibidem.*

[9] *Na Amazônia, tribos sofrem com desmatamento,* Ronaldo Brasiliense *e Anselmo Carvalho Pinto, "O Globo", 27 de abril de 2008.*

▼ Os *"indígenas têm o direito de determinar livremente suas relações com os Estados nos quais vivem..."*;

▼ Os indígenas *"têm o direito à autodeterminação, de acordo com a lei internacional"*;

▼ Os indígenas têm o direito coletivo e individual de indenização por *"qualquer propaganda dirigida contra eles"*;

▼ Os indígenas têm o *"direito coletivo e individual de possuir, controlar e usar as terras e território que têm ocupado tradicionalmente ou usado de outra maneira. Isso inclui o direito ao pleno reconhecimento de suas próprias leis"*;

▼ Os indígenas *"têm direito à restituição, e na medida em que isto não seja possível, a uma justa ou eqüitativa compensação pelas terras e territórios que hajam sido confiscados, ocupados, usados ou sofrido danos, sem seu livre e informado consentimento"*;

▼ Do ponto de vista da segurança do Estado, *"os índios têm o direito de não concordar e de vetar 'as atividades militares' e depósito ou armazenamento de materiais em suas terras"*;

▼ Os índios têm o direito *"de ter seu caráter específico devidamente refletido no sistema legal e nas instituições políticas, socioeconômicas e culturais, incluindo, em particular, uma adequada consideração e reconhecimento das leis e costumes indígenas"*.

Isto basta para mostrar que, aprovada a Declaração pelo Congresso Nacional, não será difícil uma moção na ONU, motivada por qualquer tribo indígena, estimulada por ONGs ou países, a fim de declarar a sua separação do seu país de origem, e a constituição de um Estado independente, que contará imediatamente com o apoio de inúmeros Estados e instituições internacionais. O fato é ainda mais grave quando, nos organismos internacionais, a denominação das tribos indígenas passa a ser feita, cada vez com mais freqüência, usando termos como *"povos e nações"*, independentemente do número de indígenas compreendidos nessas denominações e a área por eles ocupada.

A combinação dessa Política Indigenista criminosa com a nossa incontestável incapacidade de deter a destruição da floresta forma um conjunto explosivo que, hoje, indubitavelmente, é a maior ameaça à segurança nacional.

A atual Política Externa brasileira, alicerçada em premissas ideológicas, não contribui para tranqüilizar os espíritos, principalmente quando se leva em consideração a atuação dos ditos *"movimentos sociais"* não somente na área amazônica, mas em todo o País, sem que os poderes públicos impeçam a prática de atos criminosos e até os estimulem por meio de generosas doações com recursos públicos. Em Rondônia, a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) está utilizando táticas de guerrilha, conforme consta de relatório da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sem que providências sejam tomadas pelo Governo para coibir as ações terroristas da LCP. [10]

Não se pode deixar de considerar que, para agravar este quadro, já em si tão preocupante, o continente sul-americano, até pouco tempo atrás considerado uma zona livre de tensões e turbulências, graças em especial à tendência à unificação regional e ao aprofundamento da Democracia, já não o é mais. O MERCOSUL, por exemplo, enfrenta uma crise sem precedentes, e alguns governos da região – sem dúvida a Venezuela, a Bolívia e o Equador – embora eleitos democraticamente, estão utilizando métodos gramscianos para sua perpetuação no poder. O assistencialismo populista é uma praga da qual não escapam nem Estados mais desenvolvidos politicamente como a Argentina e o Brasil.

Uma Nova Política

A esta equivocada Política Indigenista, contrapomos uma Política cuja premissa fundamental é a integração dos índios à sociedade. Nada de segregá-los em enormes áreas e mantê-los sem contato com a civilização, mas, pelo contrário, integrá-los à sociedade, como indivíduos totalmente responsáveis pelos seus atos e prontos para contribuírem para o bem-comum, sem com isso renegarem a cultura que herdaram de seus antepassados.

A diferença entre esta proposta e a Política em vigor é crucial. A atual Política vê o indígena da mesma forma que vê o mico-leão dourado e a arara azul – espécies nativas ameaçadas de extinção e que

---

[10] *O Governo não está nem aí, Jorge Serrão, "Alerta Total", 21 de abril de 2008.*

devem ser preservadas – enquanto a nossa proposta considera que o índio é um ser humano integral, cujos direitos devem ser preservados e que merece desenvolver plenamente todas as suas potencialidades. Ela, ao contrário da Política atual, não é racista.

Ao longo da História, sempre que uma cultura mais primitiva entrou em contato com uma cultura superior, esta absorveu aquela, mesmo quando derrotada militarmente – os bárbaros que destruíram o Império Romano absorveram a cultura superior deste, embora preservando algumas características importantes da sua cultura, que, nesses aspectos, foi preservada. Em geral, o que é importante preservar é a memória de uma cultura passada, o que é feito por meio do conhecimento dela; a cultura egípcia é assim *"preservada"* pelo conhecimento que as escavações e a interpretação dos textos antigos nos trazem dela.

Já que tratamos aqui de uma cultura que está ainda viva,consideramos de interesse que as diversas línguas sejam preservadas, assim como a história dos hábitos e costumes das tribos estudadas.

A aplicação da nova Política não pode ser uniforme em todo o território nacional. Para cada região será necessário considerar as peculiaridades locais e o grau de aculturamento de cada tribo envolvida. Entretanto, alguns aspectos são comuns a todas as situações:

– *O consentimento dos índios é fundamental*

A obtenção desse consentimento deve ser conseguida por meio do convencimento das lideranças naturais ora existentes, o que, sem dúvida, tornará o processo moroso, mas muito mais consistente.

– *A presença do Estado, muito forte no início do processo, deve ser paulatinamente diminuída*

O objetivo final sendo a integração do índio à sociedade, a Política deve assegurar que a autogestão se vá impondo pouco a pouco. A preparação de novas lideranças, comprometidas com o projeto, com conhecimento da cultura das tribos, é requisito fundamental.

As ações do Estado devem ser de maneira a estimular, por parte dos índios, a procura da auto-suficiência. As doações de terra, por exemplo, devem inicialmente ser feitas a título precário, sendo efetivada a posse definitiva somente quando a terra tiver alcançado a condição produtiva estabelecida pela tecnologia.

– A assistência técnica é indispensável para o processo

Isso vale tanto no caso da agricultura como em outras áreas em que haja possibilidade de emprego dos índios.

No caso da agricultura, não basta doar terras, sementes e mudas. Sem o apoio de uma assistência técnica, no início contínua e, mais tarde, intermitente, será impossível obter resultados. A participação da EMBRAPA no processo é fundamental.

– A assistência médico-hospitalar é primordial para apoio às populações indígenas

Cada grupo de ambulatórios deve ser coordenado por um hospital. Deverá ser possível a transferência de pacientes que exijam internação dos ambulatórios para o hospital, usando meios de transporte adequados.

Os navios-hospitais da Marinha na Região Amazônica devem ser integrados ao sistema.

– O saneamento básico é parte importante do processo (água tratada, esgoto etc.)

Sem isso, os gastos com assistência médico-hospitalar serão excessivos.

– O acesso ao Ensino Superior, quando este for o caso, deve ser assegurado sem o apelo às cotas

As cotas são ou deveriam ser deprimentes para quem é beneficiado por elas, e odiosas pelos que, com mais mérito, são prejudicados pelos cotistas. Fazem parte de um processo que tende a dividir a sociedade em termos de raça e cor.

Conclusão

Uma discussão envolvendo variados setores da sociedade poderá ampliar muito estas considerações. É indispensável que as atuais lideranças indígenas participem desse debate.

Esta imensa e meritória tarefa de integrar o índio à sociedade somente terá êxito se o Governo e a sociedade estiverem unidos numa causa que corresponde à redenção de nossos indígenas e um marco na perene luta para a manutenção da integridade de nosso território.

O autor é Vice-Almirante da Marinha Brasileira.

A Estrutura do Ministério da Defesa e a Integração das Forças Armadas

Tacarijú Thomé de Paula Filho

Introdução

Neste texto, procura-se sinalizar para a importância de se estruturar algumas condições organizacionais favoráveis no Ministério da Defesa, no sentido de se estimular o processo de integração das Forças Armadas no Brasil. Não se pretende produzir uma análise profunda sobre tal processo, mas tornar visíveis algumas questões relacionadas à subjetividade do sujeito. Essas questões independem da lógica do organograma e de competências bem descritas, ou mesmo da capacidade e da experiência daqueles que ocupam cargos naquele Ministério, povoando, assim, uma área do conhecimento bem distante da lógica das Ciências Físicas.

Como se sabe, os sistemas físicos possuem aparente organização estável entre seus elementos, havendo um desgaste esperado segundo a provável relação dinâmica entre estes elementos e o modo de operação. No argumento aqui apresentado, procura-se mostrar que as transações entre sujeitos [1] não ocorrem espontaneamente de forma sincrônica, manifestando, *"sistematicamente"*, anomalias inesperadas. O que se pretende dizer é que essas transações são instáveis por natureza.

Considerando a referida instabilidade, há a necessidade de criarem-se certas condições para se diminuir as esperadas anomalias existentes nos processos de relação interpessoal. Do mesmo modo, ocorre a necessidade de criarem-se condições favoráveis de troca nas transações entre grupos de sujeitos, embora portadoras de soluções complexas e frágeis. É uma questão relacionada à subjetividade, que nem sempre os analistas organizacionais valorizam.

São anomalias decorrentes do mal entendido comum entre transmissor e receptor de uma mensagem, gerando, quase sempre, desconforto emocional no interior da transação. Quando ocorrem

entre grupos de sujeitos, cresce exponencialmente a probabilidade do rompimento das transações. Nesses casos, são anomalias que raramente são superadas pela racionalidade, ou pela boa vontade dos sujeitos, tornando os sistemas humanos bastante instáveis em suas funções.

Numa tentativa de evidenciar-se que a racionalidade das soluções pode não ser suficiente para superar as aventadas anomalias, sinalizou-se para o *"Goldwater/Nichols act"* do Congresso dos Estados Unidos, que, *"at last"*, logrou unir o Pentágono e integrar planos e programas das Forças Armadas Americanas. Neste texto, aponta-se para a possibilidade de uma analogia entre necessidades e motivos deste *"act"* e a organização do Ministério da Defesa do Brasil, como condição para a integração das Forças Armadas do Brasil.

Os exemplos escolhidos são atuais e fortemente discutíveis sob todos os aspectos. Na verdade, procura estimular-se a dúvida do leitor, suas indagações sobre a possibilidade da subjetividade do sujeito dificultar a integração dos esforços nos momentos de rotina, podendo rompê-la diante da incerteza e da crise. Como se sabe, a gestão da crise inicia-se muito antes dos seus fatores desencadeantes estarem presentes.

Neste texto, escapa-se do pensamento mecânico e linear, empregando-se alguns argumentos de natureza sistêmica e complexa, tal como é a natureza humana.

Fundamentos

O que intriga os não iniciados, quando se interessam pelas Ciências Humanas, é a discussão sobre seu caráter científico. Não seria diferente com a Psicologia a estudar a subjetividade do sujeito. Apesar de ser considerada atualmente como Ciência, raramente é possível garantir-se que determinado resultado será obtido com uma experiência específica. Um comportamento não retrata o processo subjetivo como um todo. Além da ação, a Ciência da Subjetividade trafega pelo campo da intenção.

De modo geral, a crítica sobre a cientificidade das Ciências da Subjetividade resume-se ao fato de serem capazes de controlar os fatores intervenientes da experiência e, portanto, não poder garantir diagnósticos e resultados. Exageros positivistas à parte, ao acoplar-se sensores os mais variados e desenvolvidos em sua tecnologia ao cérebro

humano, o máximo que eles registram é que o sujeito está pensando e, *provavelmente*, no que está pensando e as emoções envolvidas. O estímulo de certas áreas específicas do cérebro permite inferirem-se apenas essas informações superficiais, sem alcançar o conteúdo desse pensamento, isto é, a mente do sujeito. Conteúdo que se expressa no sentido, no significado que o sujeito dá à realidade que o alcança. Esse sentido é fortemente carregado de intenções.

Se a Psicologia trata da singularidade do sujeito, isto é, admite que cada sujeito interpreta a realidade segundo sua herança genética, suas experiências pessoais e a cultura na qual está inserido, as experiências psicológicas individuais não podem ser transferidas entre sujeitos, portanto, não se repetem.

Imagine-se um músico fazendo apresentações sucessivas da mesma composição. Sua performance não será a mesma naquelas que fizer seguidamente, nem se a fizer em dias consecutivos, ou alternados. Cada apresentação será única, singular, transportada pela subjetividade do músico no momento da apresentação. O que se repete mecanicamente é a gravação de uma das suas apresentações. A apresentação gravada jamais se repetirá além dela.

Quando família, sociedade e cultura se misturam aos fatores genéticos e às experiências traumáticas individuais, o processo psicológico mergulha no universo da complexidade, dificultando diagnósticos e a identificação dos processos de tratamento. Psicoterapeuta e paciente, dois sujeitos interagindo e percebendo a mesma realidade de modo diferente.

Além da complexidade existente no universo interno de cada um, o caos pode aproximar-se sorrateiramente e aumentar o sofrimento do paciente ao invés de diminuí-lo. Tudo depende da experiência pessoal do psicoterapeuta, da sua técnica na condução do tratamento e da confiança do paciente no psicoterapeuta, isto é, das transações a ocorrerem durante o processo de tratamento. Exageros à parte, alguns chegam a dizer que a Psicologia trabalha na *"função placebo"*, isto é, na crença do paciente que o processo vai curá-lo.

Na verdade, em cada caso clínico é estabelecido um novo processo de relacionamento (transação) entre paciente e psicoterapeuta. O sucesso de um tratamento depende dessa dinâmica de relacionamento,

nomeada pela Psicologia de *"vínculo terapêutico"*. Tal vínculo, em geral, estabelece-se ao longo do processo de tratamento. Para complicar um pouco, algumas vezes, ele acontece rapidamente, outras, com dificuldade e algum tempo, ou não ocorre durante o processo. Neste último caso, a mudança de psicoterapeuta é aconselhável, permitindo nova tentativa de estabelecimento, em outro contexto, do vínculo indispensável ao processo de tratamento.

Em poucas palavras, está-se falando que o perfil de relação entre psicoterapeuta e paciente é o principal fator de sucesso de um processo psicoterápico, embora não seja natural e espontaneamente garantido. Há necessidade de criarem-se algumas condições que possibilitem o estabelecimento do vínculo terapêutico. É possível tentar controlar o ambiente terapêutico e a experiência do psicoterapeuta, no entanto a crença do paciente na sua *"cura"* permanece incontrolável e como provável fator de mal entendido.

A Psicologia Social deslocou seu foco da *"cura"* do sujeito para a *"cura"* da relação existente entre sujeitos e entre grupos de sujeitos, buscando diminuir, ou mesmo evitar, conflitos relacionais. É conhecida como Psicologia de caráter sistêmico. Nela, o diagnóstico clínico do sujeito permanece como pano de fundo; e a identificação das transações entre sujeitos recebe mais iluminação. Em algumas situações, o *"tratamento relacional"* torna-se bastante difícil, ou até impossível, em função da singularidade dos envolvidos na transação.

Nem sempre as intenções são complementares e, talvez, surjam mais vezes do que o esperado. E, mesmo que se admita a possibilidade de um acordo entre as intenções, o mal entendido próprio da linguagem estará sempre presente. Semântica, sintaxe e pragmática enrolam-se na fala e na escuta, criando o ambiente ideal para as anomalias nas transações. Não há dúvida de que as transações entre sujeitos são afetadas diretamente pelo universo subjetivo de cada um, não sendo, portanto, racional e previsível.

Embora seja assim, em se tratando de Organizações, ou Instituições, o objeto de estudo da Psicologia é o modo como se processam as transações entre sujeitos, como o processo decisório é afetado pelo estreitamento do fluxo das informações em todo sistema de gestão, desde o nível de relacionamento estruturado [2], passando pelo

semi-estruturado [3], finalizando na complexidade [4] do não-estruturado [5]. Como se sabe, em cada um desses níveis, as decisões são influenciadas por fatores situacionais, internos e externos, previsíveis e imprevisíveis, em proporções variadas, segundo o cenário considerado.

No alto nível de gestão, se a conclusão do estudo indicar *"doença"* relacional, mesmo diante deste diagnóstico, a *"cura relacional"* pode ser dificultada, na medida em que alguns sujeitos não suportam estar diante do desamparo e da dúvida, característica das situações não-estruturadas, por exemplo. Nessas situações, coragem moral, intuição e experiência pessoal valem mais do que a razão. Depender da escolha do sujeito *"ideal"* num processo político, geralmente existente nesse nível organizacional, é aposta arriscada.

Buscando superar tais contratempos, a Psicologia das Organizações, ou das Instituições, aparece como um ramo da Psicologia Social, no qual se estuda o ambiente [6] de gestão, onde as decisões são tomadas, e o perfil [7] dos sujeitos em relação aos requisitos[8] dos cargos e postos de trabalho, a fim de possibilitar a criação das condições favoráveis às transações entre sujeitos e grupos de sujeitos. Contudo, como se sinalizou acima, nem sempre é possível adequar perfil e requisito, principalmente nas empresas familiares e nas Instituições do Estado.

Quando se fala de transações, está-se no ambiente da Teoria dos Sistemas. Essa teoria dirige seu foco para a inter-relação entre os elementos de um sistema qualquer, seja físico, social, ou de gestão, sem esquecer a função de cada elemento. Quando olhamos um organograma, por exemplo, não estamos visualizando a *estrutura* do sistema de gestão. O organograma é apenas uma *"fotografia"* do modo como os elementos do sistema estão distribuídos hierarquicamente e qual seriam as competências de cada um, isto é, trata-se de uma visão estática sem relação com os fatores dinâmicos ocasionais.

Dando um passo à frente, diríamos que a probabilidade do sistema de gestão realizar sua função depende da qualidade do dinamismo relacional entre seus elementos. Assim, teríamos um *"filme"*, no qual o *"diálogo"* entre os atores revelaria a história a ser contada. Com esse enfoque, é possível dizer-se que não há um organograma ideal, a partir do qual se garantiria um *"diálogo"* adequado entre os elementos do sistema de gestão. O que a Psicologia faz é estudar como se processa

esse *"diálogo"* e sua influência na função do sistema de gestão, isto é, nos resultados esperados e alcançados pelo processo decisório e as possíveis causas subjetivas das anomalias. A aplicação das soluções é sempre do Administrador.

Alguns autores, ao abordarem os sistemas administrativos, fazem analogia entre os sistemas orgânicos e os sistemas de relacionamento humano. Aparentemente, poderíamos pensar que, sendo o relacionamento humano desenvolvido entre organismos humanos, essa *"analogia linear"* poderia ser verdadeira. Contudo, o organismo individual possui algumas características de auto-regulação, como a homeostase, por exemplo, que os sistemas de relacionamento humano não possuem em sua natureza. Tais sistemas dependem de regras de relação impostas desde fora, organizadas na forma de regulamentos, normas e leis. Claramente, essa regulação não garante sucesso na relação, sempre influenciada decisivamente pela emoção, pelas crenças e pelos valores de cada elemento do sistema de gestão, isto é, pela sua subjetividade.

Como se sabe, a homeostase depende de um subsistema de retroalimentação, que detecta anomalias na excitabilidade do organismo, fazendo com que o hipotálamo *"dispare"* alguns fatores reguladores do organismo. Um equívoco comum, repetindo, é acreditar-se que um subsistema semelhante exista na natureza de um organograma, ou mesmo num processo de gestão.

Certos administradores, percebendo entraves na função do sistema de gestão, isto é, para que serve sua existência, identificando a falta de algum elemento com função específica, criam tal elemento sem preocupar-se com o resultado das transações entre todos os elementos do sistema e sua influência no próprio sistema. Com a introdução de um novo elemento, ou de uma nova *"caixa"* no organograma, todas as relações entre os elementos são alteradas, surgindo um novo sistema, que precisa ser estudado em suas inter-relações internas e externas.

Portanto, novas normas, regulamentos e, eventualmente, leis, que regulam o sistema de gestão precisam ser alteradas e as novas transações estudadas. O pensamento linear pouco se preocupa com as interfaces entre elementos de sistema, na medida em que a *"rede"* relacional torna o cenário demasiadamente complexo.

O pensamento linear, por natureza, é reducionista, tende a não considerar fatores aparentemente pouco importantes. O pensamento sistêmico complexo admite que algumas conseqüências possam ser desproporcionais à intensidade de suas causas. Pequenas causas podem resultar em grandes desastres. Afinal, quando uma borboleta bate asas...

Assim sendo, como o estudo aqui proposto não se baseia em avaliação das transações existentes no Ministério da Defesa, a proposta resume-se a uma observação das condições, para que se objetive a desejada integração entre as Forças Armadas do Brasil. A analogia aqui proposta só é pertinente ao admitir-se que o sujeito tende a construir isolamentos protetores diante das ameaças, em que, muitas vezes, são exigidas reações imediatas. Terra, mar e ar são ambientes que possuem especificidades, que determinam perfis de inter-relacionamentos peculiares, nem sempre intercambiáveis. Espaço e tempo transitam pela relatividade produtora de mal entendidos.

No combate, esperar, conversar, construir transações confiáveis pode contratar a derrota, danos irreparáveis, ou impedir a vitória. A Psicologia das Organizações ainda está diante desse paradoxo, que certamente afeta a Administração Militar em tempos de paz, como veremos a seguir.

Integração e Subjetividade

De modo geral, os militares estão integrados à dinâmica do combate. Nesse caso, a liderança tem características peculiares, na medida em que o cenário é caótico, dependendo, assim, da experiência e da coragem dos Comandantes e da confiança neles depositada pelos combatentes. O que se percebe é que, na *"rotina pré-combate"*, surgem bons Comandantes que, no combate, não confirmam este perfil, e vice-versa. É o paradoxo da liderança militar em tempos de paz e de guerra.

Curiosamente, os militares *"combatentes"* estão naturalmente mais preocupados com a dinâmica da Operação (nível não-estruturado) e menos com Aspectos Logísticos (nível semi-estruturado), ou mesmo com os de Inteligência Estratégica e Políticos (não-estruturados). De outro lado, os militares dos *"serviços"* estão focados no abastecimento do *"combatente"*, sem o qual não haverá combate.

Raramente se descobre alguém cujo perfil esteja sincronizado com todo o espectro da gestão militar. Quando acontece, aparece um Júlio Cezar, ou um Napoleão, que, além de militares, tornaram-se políticos de grande expressão nacional e mundial. Na Segunda Guerra, as histórias entre o General Patton e o General Bradley são significativas. De um lado, Patton buscava a vitória definitiva, enquanto, de outro, Bradley procurava consolidar a vitória alcançada. Agressividade e precaução, combinação extremamente difícil num perfil de Comandante.

Um combatente sem agressividade sonha pesadelos com a derrota; Ler Sun-Tzu, ou Clausewitz, não é suficiente; vencer Jogos de Guerra não é suficiente. Conhecimento, Habilidade e Atitude precisam juntar-se para comandar e vencer o combate. Estas são frases que parecem repetições do já sabido. Contudo, repetindo, é possível dizer-se que a gestão militar não é fácil de ser estruturada, como demonstram diferentes agrupamentos humanos em diferentes culturas.

Antes do combate, algo precisa ser feito, no sentido de sincronizar as ações de todas as Forças a serem nele envolvidas. Parece outra afirmação, a ecoar no já sabido. Não obstante tudo isso ser conhecido, Exército, Marinha e Aeronáutica, em função de suas especificidades, tendem a atuar de forma independente uns dos outros. Isso, no Brasil? Talvez... No entanto, apesar dessa dúvida alimentar discussões, certamente ocorreu nos Estados Unidos da América. Basta ler o livro *"Victory on the Potomac"*, que narra o processo que culminou com *"the Goldwater/Nichols act unifies de Pentagon"*. Se o uniu, é porque antes não o era. Mais uma vez, as transações entre grupos de sujeitos sofreram algumas anomalias de difícil superação.

O processo acima referido ocorreu na década de 80, mais precisamente, o *"act"* deu-se em 1986, portanto, há 22 anos. Considerando-se que os americanos têm vasta experiência de combate, surpreende o fato de terem alcançado tal *"macrosincronia"* do planejamento do combate, ou da Defesa, apenas há 22 anos, embora o Pentágono exista desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo que os esforços nessa direção fossem insistentes, algo impedia tal sincronia; algo além da razão, embora contraditoriamente compreensível do ponto de vista da subjetividade dos sujeitos.

Como já se comentou anteriormente, um organograma é apenas uma condição de possibilidade para a estabilidade das transações.

Contudo, tal como ocorreu no Pentágono, é necessário que tal condição exista, a fim de se superar os bloqueios no processo de integração. Há necessidade de repetir-se, insistentemente, que o estudo aqui proposto não tem caráter definitivo, servindo apenas para iluminar possibilidades.

Quando observamos a História do Ministério da Defesa, descobrimos que estamos vivendo algo parecido com o que ocorreu com o Pentágono. Em 2003/2004, o então Ministro da Defesa reuniu militares, políticos, empresários, formadores de opinião, além de cidadãos influentes na cultura, a fim de responder a uma orientação específica, dentre outras:

"Por esses motivos, a noção de processo contínuo e cumulativo é sempre muito presente na integração das Forças. E, embora o Brasil esteja trilhando consistentemente esse caminho, estou aberto a que, ao longo deste exercício, sejam apresentadas sugestões relativas ao nosso 'modus operandi' nessa matéria." [9]

Assim, ficou evidente que o Ministro da Defesa sabia da necessidade de integração das Forças Armadas, mas, como havia dúvida sobre o processo, solicitava sugestões em relação ao como fazer. É evidente que não se trata de Operações Combinadas, fartamente estudadas e treinadas por nossas Forças Armadas. Trata-se sim de uma integração muito mais profunda e abrangente, tal como aconteceu no Pentágono e, conseqüentemente, no processo de planejamento estratégico/tático das Forças Armadas dos Estados Unidos da América. Tal como lá, o referido treinamento exaustivo pode não ser suficiente nos momentos de crise.

Daquela reunião no Ministério da Defesa resultaram quatro livros, nos quais estão artigos pessoais dos debatedores e sínteses, bastante bem elaboradas, dos debates. Os livros tratam dos seguintes assuntos:

▼ Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma Estratégia para o Brasil;

▼ O Brasil no Cenário Internacional de Defesa e Segurança;

▼ As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico-Tecnológico do País;

▼ Os Desafios na Atuação das Forças Armadas.

Apesar do amplo espectro das discussões, os resultados ainda não apareceram com a evidência desejada. Como não poderia deixar de ser, um analista organizacional procuraria evidências de prováveis anomalias relacionais antes de elaborar seu diagnóstico. Senão, vejamos.

Embora o organograma não reflita a essência da estrutura do sistema de gestão, é possível dizer-se que ele participa das condições para que sua função seja realizada de modo confiável. Esse analista poderia perceber que, nas diferentes organizações do Ministério da Defesa até aqui compostas, há um lento processo de evolução a simbolizar um esforço na direção da desejada integração das Forças Armadas.

Nesse caminhar, no final de 2007, perceberia que a organização do Ministério da Defesa foi alterada, parecendo que se buscava, de fato, intensificar o processo de integração das Forças Armadas. No entanto, ainda é possível a esse analista identificar algumas impropriedades relacionadas ao organograma e à intenção de buscar-se algo semelhante ao ocorrido no Pentágono em termos de profundidade e alcance do referido processo de integração.

Na referida modificação, aparece um Conselho de Defesa, do qual participam o Ministro da Defesa, os Comandantes das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior de Defesa. Observando-se as competências do Estado-Maior de Defesa, percebe-se que seu alcance limita-se às Operações Combinadas, isto é, ao combate especificamente.

Nas reuniões do Conselho, certamente surgirão perguntas relacionadas às questões internacionais, principalmente aquelas de Inteligência, além das questões Logísticas e de Mobilização, dentre outros assuntos pertinentes. Ocorre que esses assuntos são tratados por Secretarias, as quais não estão diretamente vinculadas ao Estado-Maior de Defesa e, portanto, não participam do referido Conselho. Além disso, não está visível a possibilidade de troca de informação entre as Secretarias e o Estado-Maior de Defesa, sendo apenas subentendidas por uma intervenção do próprio Ministro, ou por uma natural tendência a uma suposta *"homeostase"*.

Num diagnóstico preliminar, embora arriscado, acredita-se que o *"combate"* predominou sobre a Logística e a Inteligência, deixando-as quase imperceptíveis, como pano e fundo. Sem uma *"gestalt"*, é possível que o esforço de integração *"tropece"* nessa

aparente dificuldade de transação entre sujeitos e grupos de sujeitos participantes desse Conselho, fruto dos lapsos de informações disponíveis nos momentos de discussão.

Nesses casos, nos grupos de alto nível, prevalece a opinião da *"maior autoridade"* no assunto. Opinião que, sem informação atualizada, nem sempre retrata a realidade dos fatos, diminuindo a confiabilidade da decisão ou da assessoria.

Quando as transações entre grupos de sujeitos vivenciam algumas anomalias, a conseqüência provável é a dificuldade de se alcançar um denominador comum nas idéias manifestadas. No alto nível da gestão, esse fato se materializa em orientações estratégicas bastante genéricas, tal como constatado nas reuniões de 2003/2004 no Ministério da Defesa, comentada com objetividade nos livros sobre este acontecimento e já referidos acima.

Para alcançar orientações estratégicas específicas, é necessário que haja um acordo sobre o que será defendido, isto é, o grau de importância representado pelo objetivo. Sem conhecer claramente o perfil da ameaça, isto é, quem tem tal intenção, onde provavelmente agirá e com que recursos, talvez se complique a realização da pretendida integração. Conhecimento comum e insuficiente para a operacionalização do conceito de integração...

Apenas como exemplo, diríamos que objetivos como a Amazônia e o Mar Territorial são vastos demais para os recursos de Defesa a serem atualmente disponibilizados. Elegendo-se e priorizando-se as vulnerabilidades, torna-se possível estudar como defender cada ponto crítico e dizer como seria a composição de cada Força para a realização da tarefa específica. Dando esse segundo passo, seriam desenhadas as características gerais de cada Força, segundo as necessidades operacionais específicas. Conhecimento comum e insuficiente para a operacionalização do conceito de integração...

Na medida em que, pelas dimensões do País, não seria possível defender todos os pontos vulneráveis e críticos ao mesmo tempo, seria desejável que as Forças tivessem algumas características gerais, como por exemplo:

– *Flexibilidade* – capacidade de operar com diferentes intensidades segundo as necessidades;

– *Sustentabilidade* – capacidade de operar pelo prazo necessário;

– *Agilidade* – capacidade de mover-se rapidamente segundo as necessidades.

Uma quarta característica, decorrente do planejamento específico, seria a Leveza, que sugere empregar apenas a *"intensidade"* necessária. Conhecimento comum e insuficiente para a operacionalização do conceito de integração...

Considerando-se as Vulnerabilidades Estratégicas e de posse dessas Características Gerais, seria possível dizer-se que meios estão faltando, para atender às Necessidades Estratégicas. Esse modelo sugere que os projetos de P&D, os projetos de reequipamento das Forças Armadas, o incentivo à Indústria e a Logística Militar de modo geral, bem como os planos de Mobilização, devem partir do princípio de Integração entre as Forças Armadas, além de serem operacionalizados segundo uma visão combinada, isto é, sem prejudicar a singularidade de cada Força. Conhecimento comum e insuficiente para a operacionalização do conceito de integração...

Como se sabe fartamente que essa *"teoria"* da integração é conhecida por todos os componentes do alto nível de qualquer Força Armada, a pergunta insistente continua sendo dirigida ao *"the Goldwater/ Nichols act"* e ao seu momento de concretização, 200 anos depois dos Estados Unidos da América terem nascido e vivido inúmeras guerras.

É possível que o Brasil esteja vivenciando algo análogo; é possível que se esteja dirigindo o foco de atenção para a operação, deixando que a *"homeostase"* natural *"dispare"* seus fatores reguladores do *"organismo"* decisório (Inteligência, Logística, Mobilização etc.), sem levar em conta a alta probabilidade de anomalias no inter-relacionamento entre sujeitos e grupos de sujeitos, já fartamente comentadas. Estas últimas, sim, ocorrem naturalmente!

Como ficou evidenciado, esta foi uma análise superficial, servindo apenas como um possível exemplo para as dificuldades de transação entre sujeitos e grupos de sujeitos e suas repercussões nas decisões e assessorias de alto nível, isto é, nas decisões tomadas em ambientes não-estruturados.

No futuro, pensadores da organização do Ministério da Defesa, eventualmente, chegarão à conclusão da necessidade de o

Chefe de Estado-Maior, como especialista em questões militares, reunir sob si algumas Secretarias e Comandos, cujas atividades são vitais ao planejamento estratégico. Talvez concluam que a função de um Ministro é política, sendo uma interface entre a estrutura governamental e o planejamento estratégico militar; talvez descubram a importância de um militar a coordenar as ações direcionadas ao planejamento estratégico militar; talvez se descubra que não haverá conflitos entre o Ministro da Defesa e o Chefe de Estado-Maior de Defesa, mesmo que as Forças Armadas sejam coordenadas por tal especialista em assuntos de estratégia militar; talvez se descubra que o Ministro da Defesa aponta os rumos desejados pela estrutura de Governo e que o especialista em estratégia militar avalia as necessidades objetivas, buscando sincronizar a estratégia militar com as intenções da estrutura de Governo.

Talvez a integração das Forças Armadas dependa desses pensadores da organização do Ministério da Defesa, sem o que as condições favoráveis ao processo estarão prejudicadas.

Sem uma análise mais profunda do contexto, não seria factível se dizer que essas dificuldades estariam prejudicando a gestão do Ministério da Defesa. Contudo é possível afirmar-se que muito provavelmente, diante de uma crise, elas se tornem intensas, podendo, assim, dificultar esta gestão.

Conclusão

Costuma-se dizer que, num Ministério, em especial o da Defesa, as pessoas são experientes e com anos de profissão, sendo, portanto, capazes de superar esses pequenos entraves organizacionais. Talvez não seja assim; talvez seja como se passou nos Estados Unidos com toda a sua experiência militar em guerras de diferentes dimensões; talvez o ser humano não seja tão racional que possamos afirmar a existência de uma *"homeostase"* natural nos sistemas de gestão de alto nível; talvez as transações entre sujeitos e grupos de sujeitos não ocorram com a facilidade esperada; talvez seja necessário criar as condições favoráveis para que a integração ocorra; talvez seja necessário atualizar o Conselho de Defesa e, provavelmente, modificar o organograma do Ministério da Defesa.

Ao se relacionar tantos *"talvez"*, não será surpresa surgirem algumas frases:

– Sabemos disso, mas a legislação não permite (?);

– Sabemos disso, mas foi o possível nestas circunstâncias (?);

– Sabemos disso, mas tudo isso está no campo do *"dever ser"* (?);

– Sabemos disso, mas...

A cada *"mas"*, intensificam-se as anomalias na transação entre o analista organizacional e o gestor. Chamam a isso de *"resistência à mudança"*, na medida em que tais argumentos, povoados de *"mas"*, são inconsistentes.

Encontra-se, portanto, uma possível explicação para as dificuldades existentes no processo de integração das Forças Armadas nos Estados Unidos da América até ao *"the Goldwater/Nichols act"*. Tudo indica que existe alta probabilidade dessa dificuldade estar ocorrendo no Brasil, isto é, embora os esforços em direção à integração da Forças Armadas sejam visíveis, o processo encontra resistências insuspeitas no seu desenrolar.

Finalizando, deixemos o pensamento de Edgar Morin sugerir a complexidade da estratégia:

"A complexidade atrai a estratégia. Só a estratégia permite avançar no incerto e no aleatório. A arte da guerra é estratégica porque é uma arte difícil que deve responder não só à incerteza dos movimentos do inimigo, mas também à incerteza sobre o que o inimigo pensa, incluindo o que ele pensa que nós pensamos. A estratégia é a arte de utilizar informações que aparecem na ação, de integrá-las, de formular esquemas de ação e de estar apto para reunir o máximo de certezas para enfrentar a incerteza." (Morin, 1999)

Notas

[1] Em Psicologia, o sujeito tem consciência da existência, do desamparo e da morte; é capaz de fazer planos e alterar a realidade; de modo geral, chama-se sujeito da linguagem (Cultura), portanto é mais que indivíduo.

[2] É o nível da rotina de trabalho.

[3] É o nível de decisão intermediário, no qual planos e programas dependem dos recursos liberados pelo nível superior. No caso das Forças Armadas, é o nível dos diferentes Comandos Gerais.

[4] É o universo do não determinístico, do provável, do incerto, do não-linear, considerando-se as transações entre sujeitos, entre Instituições e entre Nações.

[5] É o nível da Política e da Estratégia nacionais, no qual a fluidez das relações internacionais e aquelas entre as Instituições do Estado colocam o Decisor Estratégico diante de vários possíveis e de suas probabilidades de vir a ser.

[6] No sentido objetivo e, mais intensamente, no sentido subjetivo (crenças e valores).

[7] O Perfil é composto de Conhecimento (capacidade representar a realidade por meio de símbolos a ela relacionados), Habilidade (capacidade de modificar a realidade segundo um objetivo) e Atitude (sentimentos manifestados diante da realidade).

[8] Requisitos são as exigências em termos de Conhecimento, Habilidade e Atitude dos cargos e postos de trabalho. Esses requisitos são estabelecidos pelas *"autoridades"* em cada função. O *"casamento"* entre requisito e perfil é realizado pela Psicologia das Organizações durante o processo de Recrutamento e Seleção, ou durante o processo de Treinamento.

[9] Livro 1 – Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma estratégia para o Brasil – José Viegas, p. 22.

O autor é Coronel-Aviador e Mestre em Ciências Aeroespaciais.

COLEÇÃO AERONÁUTICA DO INCAER

SÉRIE

HISTÓRIA GERAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

VOL. 1 – Dos Primórdios até 1920.

VOL. 2 – De 1921 às Vésperas da Criação do Ministério da Aeronáutica.

VOL. 3 – Da Criação do Ministério da Aeronáutica ao Final da Segunda Guerra Mundial.

VOL. 4 – Janeiro de 1946 a Janeiro de 1956 – Após o Término da Segunda Guerra Mundial até a Posse do Dr. Juscelino Kubitschek como Presidente da República.

SÉRIE

HISTÓRIA SETORIAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

1 – Santos-Dumont e a Conquista do Ar - Aluízio Napoleão
2 – Santos-Dumont and the Conquest of the Air - Aluízio Napoleão
3 – Senta a Pua! - Rui Moreira Lima
4 – Santos-Dumont – História e Iconografia - Fernando Hippólyto da Costa
5 – Com a 1ª ELO na Itália - Fausto Vasques Villanova
6 – Força Aérea Brasileira 1941-1961 – Como eu a vi - J. E. Magalhães Motta
7 – A Última Guerra Romântica – Memórias de um Piloto de Patrulha - Ivo Gastaldoni (ESGOTADO)
8 – Asas ao Vento - Newton Braga
9 – Os Bombardeiros A-20 no Brasil - Gustavo Wetsch
10 – História do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - Flávio José Martins
11 – Ministros da Aeronáutica 1941-1985 - João Vieira de Sousa
12 – P-47 B4 – O Avião do Dorneles - J. E. Magalhães Motta
13 – Os Primeiros Anos do 1º/14 GAv - Marion de Oliveira Peixoto
14 – Alberto Santos-Dumont - Oscar Fernández Brital (ESGOTADO)
15 – Translado de Aeronaves Militares - J. E. Magalhães Motta
16 – Lockheed PV-1 “Ventura” - J. E. Magalhães Motta
17 – O Esquadrão Pelicano em Cumbica – 2º/10º GAv - Adéele Migon
18 – Base Aérea do Recife – Primórdios e Envolvimento na 2ª Guerra Mundial - Fernando Hippólyto da Costa
19 – Gaviões de Penacho - Lysias Rodrigues
20 – CESSNA AT-17 - J. E. Magalhães Motta
21 – A Pata-Choca - José de Carvalho
22 - Os Primórdios da Atividade Espacial na Aeronáutica - Ivan Janvrot Miranda
23 - Aviação Embarcada - José de Carvalho

SÉRIE

ARTE MILITAR E PODER AEROESPACIAL

1 – A Vitória pela Força Aérea - A. P. Seversky
2 – O Domínio do Ar - Giulio Douhet
3 – A Evolução do Poder Aéreo - Murillo Santos
4 – Aeroportos e Desenvolvimento - Adyr da Silva (ESGOTADO)
5 – O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas - Murillo Santos
6 – A Psicologia e um novo Conceito de Guerra - Nelson de Abreu O' de Almeida
7 – Emprego Estratégico do Poder Aéreo - J. E. Magalhães Motta
8 – Da Estratégia – O Patamar do Triunfo - Ivan Zanoni Hausen

SÉRIE

CULTURA GERAL E TEMAS DO INTERESSE DA AERONÁUTICA

1 – A Linha, de Mermoz, Guillaumet, Saint-Exupéry e dos seus companheiros de Epopéia - Jean-Gérard Fleury
2 – Memórias de um Piloto de Linha - Coriolano Luiz Tenan
3 – Ases ou Loucos? - Geraldo Guimarães Guerra
4 – De Vôos e de Sonhos - Marina Frazão
5 – Anesia - Augusto Lima Neto
6 – Aviação de Outrora - Coriolano Luiz Tenan
7 – O Vermelhinho – O Pequeno Avião que Desbravou o Brasil -Ricardo Nicoll
8 – Eu vi, vivi ou me contaram - Carlos P. Aché Assumpção
9 – Síntese Cronológica da Aeronáutica Brasileira (1685-1941) - Fernando Hippólyto da Costa
10 – O Roteiro do Tocantins - Lysias A. Rodrigues
11 – Crônicas... no Topo - João Soares Nunes
12 – Piloto de Jato - L. S. Pinto e Geraldo Souza Pinto
13 – Vôos da Alma - Ivan Reis Guimarães
14 – Voando com o Destino - Ronald Eduardo Jaeckel

Pedidos ao:
INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
Praça Marechal Âncora, 15-A, Centro - Rio de Janeiro - RJ
Cep: 20021-200 - Tel: (21) 2101-4966 / 2101-6125
Internet: www.incaer.aer.mil.br e-mail: incaer@maerj.gov.br

Destaques do Clube do Livro

História Geral da Aeronáutica Brasileira

Volume 1

Volume 2

Volume 3

Volume 4

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

22 anos registrando a história da aeronáutica brasileira

www.incaer.aer.mil.br

INCAER

ESTAÇÃO DE HIDROS - 70 ANOS
INCAER
22
Anos